

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

BARTOLOMEU SILVA CARNEIRO

**A MORTE É UMA AULA: O CEMITÉRIO DO ALECRIM COMO REFERÊNCIA
VIVA DA HISTÓRIA DE NATAL-RN**

**UFRN/CAMPUS CENTRAL
Janeiro/2023**

BARTOLOMEU SILVA CARNEIRO

**A MORTE É UMA AULA: O CEMITÉRIO DO ALECRIM COMO REFERÊNCIA
VIVA DA HISTÓRIA DE NATAL-RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

UFRN/CAMPUS CENTRAL
Janeiro/2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Carneiro, Bartolomeu Silva.

A morte é uma aula: o cemitério do Alecrim como referência viva da história de Natal-RN / Bartolomeu Silva Carneiro. - 2023.

120f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-graduação em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Airon Silva.

1. Cemitério do Alecrim. 2. Ensino de História. 3. História de Natal. 4. História Local. 5. Patrimônio Histórico. I. Silva, Roberto Airon. II. Título.

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

BARTOLOMEU SILVA CARNEIRO

**A MORTE É UMA AULA: O CEMITÉRIO DO ALECRIM COMO REFERÊNCIA
VIVA DA HISTÓRIA DE NATAL-RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovado em: 29 de novembro de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto Airon Silva (UFRN)
Presidente

Prof^a Dr^a Irene de Araújo van den Berg Silva (UERN)
Membro externo

Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus dos Santos (UFRN)
Membro interno

Prof^a. Dr^a. Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN)
Suplente

UFRN/CAMPUS CENTRAL
Janeiro/2023

Em memória de minha irmã Dodora e de minha sobrinha Gézika,
as quais partiram precocemente do nosso convívio para
o repouso silencioso do Cemitério do Alecrim.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é sempre nobre, mas nem sempre justo. Certamente, na trajetória que culmina na apresentação deste objeto dissertativo, deixarei de mencionar presenças, ajudas, atitudes de apoio, palavras de confiança e gestos de boa vontade que me aliviaram fardos e me fortaleceram os passos necessários à caminhada até aqui. Agradeço ao Criador em suas mais diferentes denominações e expressões de crenças por me conceder a existência e a oportunidade das convivências. Afinal, como disse Vinícius de Moraes: “A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe, Dona Antônia, que tanto cobrou a continuidade de meus estudos por confiar em minhas capacidades de vencer desafios; ao meu irmão João Daniel que me acompanhou na catalogação de dados mesmo em dia chuvoso na necrópole, à minha irmã Iracema pelo compartilhamento de memórias afetivas relacionadas ao cemitério; à minha esposa Elisângela e aos meus filhos Heitor (pela ajuda técnica na produção cartográfica e nos gráficos da pesquisa) e Oscar (pela exigência de pausas para sorrir e arejar as ideias com comentários e questões naturais a um pensador de seis anos).

Agradeço também aos amigos, em especial ao Professor Luciano Capistrano, companheiro de trabalho na Escola Estadual Myriam Coeli. Recém-ingresso no ProfHistória/UFRN, o Professor Luciano foi o responsável pelo convite, confiança e torcida que resultaram em meu conseguinte acesso a esse mestrado profissional. Gratidão aos colegas da minha turma 2020.1, com os quais compartilhei alegrias, mas também as angústias e dificuldades de cursar as disciplinas do mestrado na modalidade remota devido à pandemia de Covid-19 que assolou o mundo no biênio 2020/2021 e exigiu o nosso distanciamento da universidade e das escolas logo após a aula inaugural do curso. Sucesso a todos! O distanciamento social não venceu os laços de amizades firmados nesse período. Obrigado pelo carinho e respeito com que fui tratado nesse grupo.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UFRN, os quais dedicaram muito empenho na promoção de nossas aprendizagens e na qualificação de nossos projetos dissertativos; em especial, aos Professores Roberto Airon - a quem particularmente agradeço a disponibilidade, paciência e metodologia amistosa com que conduziu a orientação da pesquisa -, Magno Santos, Francisco Santiago e Irene van den Berg por suas valiosas colaborações no processo de qualificação e de aprimoramento desse trabalho.

Agradeço aos meus alunos das escolas estaduais que se dispuseram a contribuir para a pesquisa respondendo ao questionário sobre suas percepções e conhecimentos a respeito do Cemitério do Alecrim; vocês são a razão de minha dedicação a esse mestrado profissional e de meus anseios por uma educação pública inclusiva e libertadora.

Gratidão também ao administrador do cemitério, Sr. Francisco Umbelino de Moura Filho, e ao funcionário local, Ewerton Kleber Oliveira Filho, com o qual tive a grata surpresa de ser reconhecido como seu ex-professor de ensino médio na primeira e já saudosa década dos anos 2000. Obrigado pela disponibilidade de vocês em me receber e por permitir minha pesquisa na necrópole. Agradeço também ao fotógrafo Brunno Coutinho pela parceria e execução do projeto de registro fotográfico aéreo do cemitério e à Professora Eliziane Ataliba pela revisão e adequação normativa do trabalho.

Enfim, quero externar minha gratidão a todas e todos que não foram aqui nominados, mas que contribuíram direta ou indiretamente para a minha construção cognitiva, humana e ética durante esse período de formação acadêmica.

O demônio talvez não grite no túmulo dos mortos, mas
nos ouvidos dos viventes supersticiosos.

(L. C. F. Garman)

Nós não somos, nós estamos sendo.

(Alejandro Jodorovsky)

RESUMO

Durante minha atuação docente em escolas públicas e privadas de Natal-RN, constatei que há uma significativa dificuldade de inserir os discentes no universo de discussões a respeito da História e do Patrimônio Histórico da cidade. Essa abordagem quase sempre é pautada por desconhecimentos, incoerências de informações e por uma aparente condição de desinteresse e de ausência de vínculo de identidade dos alunos com a temática. Tal constatação mostrou-se presente também em relatos compartilhados com colegas docentes nas escolas em que atuo e no mestrado. Diante desse fato, ao pensar sobre locais que possibilitassem o ensino da história da cidade a partir de sua condição patrimonial, escolhi o Cemitério do Alecrim: um objeto urbano com mais de um século e meio de existência. Historicamente, o cemitério já teve sua relevância funcional questionada pela sociedade natalense. Porém, na atualidade, é oficialmente reconhecido como um patrimônio histórico local e abriga considerável diversidade de elementos materiais e simbólicos que podem ser identificados, interpretados e classificados como fontes históricas e referências memoriais da cidade. Fato esse que, aliado a uma condição pessoal de interações com o lugar, me fez elegê-lo como ferramenta pedagógica adequada para subsidiar o ensino da História de Natal-RN e despertar o interesse dos alunos pela história da cidade. Nesse sentido, proponho nesta produção dissertativa, abordar e ressignificar objetos sepulcrais presentes nessa necrópole urbana para, a partir de suas referências históricas e/ou simbólicas, apresentar e descrever fatos e aspectos relacionados à própria História da cidade do Natal-RN.

Palavras-chave: Cemitério do Alecrim; Ensino de História; História de Natal-RN; História Local; Patrimônio Histórico.

ABSTRACT

During my teaching experience in public and private schools in Natal-RN, I noticed that there is a significant difficulty to insert the students in the universe of discussions about the History and Historical Heritage of the city. This approach is almost always based on ignorance, inconsistencies of information and an apparent condition of lack of interest and absence of identity bond of the students with the theme. This finding was also present in reports shared with fellow teachers in the schools where I work and in the master's program. In face of this fact, when thinking about places that would enable the teaching of the city's history from its patrimonial condition, I chose the Alecrim Cemetery: an urban object with more than a century and a half of existence. Historically, the cemetery has already had its functional relevance questioned by the natalense society. However, nowadays, it is officially recognized as a local historical heritage and houses a considerable diversity of material and symbolic elements that can be identified, interpreted and classified as historical sources and memorial references of the city. This fact, together with a personal condition of interactions with the place, made me choose it as an adequate pedagogical tool to support the teaching of the History of Natal-RN and to awaken the students' interest in the city's history. In this sense, I propose, in this dissertation, to approach and re-signify sepulchral objects present in this urban necropolis in order to, from its historical and/or symbolic references, present and describe facts and aspects related to the history of the city of Natal-RN.

Keywords: Alecrim Cemetery; History Teaching; History of Natal-RN; Local History; Historical Heritage.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABEC: Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais

ABMC: American Battles Monuments Commission

BC: Batalhão de Caçadores

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

Cel.: Coronel

CIRN: Centro Israelita do Rio Grande do Norte

CONIB: Confederação Israelita do Brasil

Covid: Corona vírus disease

D.: Dom

Dr.: Doutor

E. E.: Escola Estadual

EJA: Educação de Jovens e Adultos

EUA: Estados Unidos da América

Gov.: Governador

HCJB: Hospital da Caridade Juvino Barreto

HUOL: Hospital Universitário Onofre Lopes

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAQUE: Escola Estadual Professora Maria Queiroz

MEC: Ministério da Educação e Cultura

MEJC: Maternidade Escola Januário Cicco

MG: Minas Gerais

Ms.: Mestre

Panair: Pan American World Airways

PB: Paraíba

PE: Pernambuco

PI: Piauí

PM: Polícia Militar

PPGEH: Programa de Pós-graduação em Ensino de História

PR: Paraná

Prof.: Professor

ProfHistória: Mestrado Profissional em Ensino de História

PUC: Pontifícia Universidade Católica

Q: Quadra

RAF: Royal Air Force

RJ: Rio de Janeiro

RN: Rio Grande do Norte

RS: Rio Grande do Sul

SCBEU: Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos

SEEC: Secretaria Estadual de Educação e Cultura

SESED: Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

S/A: Sociedade Anônima

Sd.: Soldado

Sgt.: Sargento

SIGEDUC: Sistema Integrado de Gestão da Educação

SP: São Paulo

UFPI: Universidade Federal do Piauí

UERN: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Os espaços da morte na vida	23
2.1. A morte como fenômeno na vida, objeto na História e assunto na escola	23
2.2. A morte e os cemitérios como expressões na História	33
2.3. O cemitério e a sua condição patrimonial	38
3. Cemitério do Alecrim: das rejeições às referências	47
3.1. Impactos de um cemitério em uma cidade	47
3.2. Reflexos de uma cidade em um cemitério	55
3.3. Chãos de escolas: espaços de olhares plurais sobre o Cemitério do Alecrim	61
4. A morte é uma aula: a História vive nos espaços dos mortos	72
4.1. Mausoléu da Maçonaria	72
4.2. Mausoléu de Pedro Velho	74
4.3. Mausoléu da Família Cicco	77
4.4. Mausoléus de artistas populares e trabalhadores	81
4.5. Cemitério dos Judeus	85
4.6. Túmulo do Soldado Luiz Gonzaga	89
4.7. Túmulos dos militares estrangeiros da II Guerra Mundial	92
5. Uma cartografia temática do Cemitério do Alecrim como roteiro para o ensino da História de Natal-RN	98
5.1. A cartografia como recurso didático no ensino da História	98
5.2. Um trajeto cartográfico e imagético até o Alecrim e o seu cemitério	99
5.3. Proposta de cartografia temática como roteiro de visita histórica no Cemitério do Alecrim	105
6. Considerações finais	111
7. Referências	115

1. INTRODUÇÃO

Uma das principais dificuldades relatadas por docentes da História no processo de ensino da disciplina na educação básica é a de inserir seus discentes no universo do conhecimento sobre a história local. Em salas de aula, as referências sobre espaços, monumentos, edificações, ruínas e personagens históricos locais são replicadas muito mais por desconhecimentos, desinteresses, dúvidas e incoerências do que pela relevância de informações oriundas de buscas, interpretações e correlações pertinentes.

Essa constatação, observada em situações de ensino-aprendizagem nas cinco escolas públicas¹ onde leciono em Natal-RN, também é comumente alegada por colegas docentes que atuam em diferentes níveis e modalidades de ensino da educação básica, nas ocasiões em que compartilhamos nossas experiências docentes em escolas públicas e privadas situadas em Natal-RN e em outras cidades potiguares.

Nos compartilhamentos de vivências ocorridos durante as aulas das disciplinas que compuseram a grade curricular do ProfHistória, na UFRN, nos anos de 2020 e 2021, esses exemplos de dificuldades eram constantemente citados pelos colegas mestrands que atuavam em diferentes unidades de ensino durante esse biênio.

Porém, mesmo considerando que essa é uma condição recorrente em nossas falas, a impressão que temos sobre os elevados níveis de desconhecimento e de desinteresse discente pela história local está longe de ser considerada como o único desafio que enfrentamos no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História na atualidade. As demandas parecem infundáveis quando consideramos esses compartilhamentos de experiências e de anseios pedagógicos.

Além disso, as proposições de ações efetivas que vislumbram sanar essa questão em específico não se apresentam com o mesmo padrão de regularidade de ocorrência e de causas com que o problema é evidenciado. Fato esse que nos leva a destacar que a natureza peculiar dos fatores e dos cenários descritos nas narrativas docentes exija propostas igualmente

¹ Nos anos de 2020 e 2021, minha carga horária de trabalho docente estava distribuída em cinco escolas da rede estadual de ensino. Todas elas no ensino médio. Três dessas escolas estão localizadas na zona norte de Natal-RN: E. E. Varela Barca, E. E. Myriam Coeli e E. Paulo Pinheiro de Viveiros. Enquanto duas dessas escolas são localizadas na zona oeste da referida cidade: E. E. Maria Queiroz e E. E. Raimundo Soares.

peculiares de reflexões e de intervenções pedagógicas condizentes às suas determinadas especificidades.

Diante dessa exposição, considero necessária, nas escolas de ensino básico, a permanente reflexão a respeito de propostas didático-pedagógicas que apresentem a história local e o patrimônio que a compõe como elementos minimamente mais atrativos e significativos para a promoção de uma compreensão histórica mais identitária e elucidativa. Tarefa essa que compete inicialmente àqueles que exercem diariamente o planejamento e a prática do ensino da História nas variadas modalidades do ensino e nas diferentes realidades escolares que compõem nosso exercício docente.

No cotidiano de aulas de três escolas públicas de ensino médio da zona norte de Natal-RN, onde leciono, por exemplo, ainda é comum alguns alunos atribuírem a construção da ponte de Igapó² aos “holandeses”, apesar da atual facilidade de acesso a fontes históricas e tecnológicas (presentes nas próprias escolas) que narram o fato de que a dominação flamenga nessa cidade terminou quase três séculos antes da construção da referida ponte³ e que sua atuação administrativa por aqui foi historicamente marcada muito mais pela promoção de massacres e expropriações locais do que por um legado de construções e de empreendimentos estruturais⁴ na urbe.

Há ainda diversas outras situações em que os alunos parecem ter concepções históricas bem mais distorcidas da realidade em que estão inseridos do que sobre eventos ocorridos em contextos muito distantes de seus espaços de vivências física, social ou temporal. Por exemplo, a facilidade com que descrevem as fases e os acontecimentos relacionados à II Guerra Mundial na Europa nas aulas e as avaliações, não se mantém quando são solicitados a descrever os aspectos e os impactos desse mesmo evento histórico, naquele mesmo contexto temporal, no cotidiano da cidade onde residem. Muitos desconhecem, inclusive, o fato de Natal ter recebido a maior base aérea militar estadunidense fora dos Estados Unidos e um contingente de militares estrangeiros equivalente ao quantitativo de habitantes que a cidade possuía naquele início de década (1940), praticamente dobrando a sua população durante o período final desse conflito bélico global.

² Igapó é um bairro localizado na mesma região administrativa dessas escolas, na zona norte de Natal-RN.

³ A ponte metálica sobre o rio Potengi, denominada atualmente de ponte presidente Costa e Silva, mas popularmente conhecida como ponte de Igapó, foi construída entre 1913 e 1915 pela empresa inglesa The Cleveland Bridge & Engineering Company e inaugurada em 1916.

⁴ A presença holandesa no Rio Grande se deu entre 1633 e 1654 e ficou marcada por massacres promovidos em aliança com indígenas do interior da província contra comunidades de colonos luso-brasileiros locais.

É refletindo, portanto, sobre os déficits de informações e, por vezes, sobre as incoerências interpretativas da história local que, ao buscar recintos urbanos da cidade que possam embasar referências práticas sobre temas históricos trabalhados em sala de aula, remeto-me à importância do Cemitério do Alecrim: um espaço da memória urbana de Natal-RN, tombado como patrimônio histórico desse município em 2011⁵ e referenciado por personagens, monumentos, lugares, narrativas e outros elementos que integram o próprio trajeto da história da cidade desde a segunda metade do Século XIX.

A escolha do Cemitério do Alecrim enquanto espaço potencial de exploração historiográfica local foi considerada um desafio diante do suposto tratamento de aversão e/ou indiferença que lhe é atribuído pelos alunos e por vários outros perfis sociais da cidade que parecem não o reconhecer em suas dimensões histórica e patrimonial. Provavelmente, enquanto natural e habitante da cidade do Natal-RN, eu mesmo passei por esse presumido estágio de desinteresse, de ausência de vínculo identitário e de nulidade de percepção de sentidos de historicidade em relação àquele espaço cemiterial.

A apropriação simbólica desses sentidos, no meu caso em específico, foi fruto de um processo personalíssimo de observação e de reflexão exercitadas de forma espontânea e casual a partir de diferentes experiências que concorreram para minha presença no lugar ao longo da vida.

Em 21 de janeiro de 1985, aos sete anos de idade, adentrei pela primeira vez em um espaço cemiterial, justamente no Cemitério do Alecrim, com a missão tristemente marcante de acompanhar o sepultamento de minha irmã que falecera com apenas 16 anos de idade em decorrência de problemas cardíacos e de outras condições patológicas que a acometeram desde o nascimento. Em meio à atmosfera pesada do episódio, recordo que observei aspectos peculiares do lugar enquanto o cortejo atravessava vagarosamente sua extensão espacial em direção à sepultura de parentes que se localiza próxima ao muro que delimita os fundos do cemitério.

A monumentalidade arquitetônica de alguns túmulos, a diversidade de esculturas presentes, as referências sacras, o chão pavimentado de tijolos brancos enodados nos acessos

⁵ O Cemitério do Alecrim foi tombado como patrimônio histórico e cultural de Natal-RN pelo Conselho Municipal de Cultura através do decreto 9.541/2011, assinado pela então prefeita Mícarla de Sousa, no dia 02 de novembro de 2011. Fonte: ARAÚJO, Ricardo. Cemitério do Alecrim é patrimônio histórico de Natal. **Tribuna do Norte**. Natal-RN, 02 de nov. de 2011. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cemiterio-do-alecrim-e-patrimonio-historico-de-natal/201394>. Acesso em 02 de dez. de 2021.

internos e a falta de espaços entre as sepulturas dentro das quadras formavam na ocasião um cenário constante e ao mesmo tempo variado pelos incontáveis estilos, cores, formas e expressões simbólicas que compunham aquele emaranhado arquitetônico característico do local, no intuito de conceder referência e memória aos que já se encontravam ali inumados⁶.

Na ocasião da morte de minha irmã, minha mãe não conseguiu reunir forças para acompanhar o cortejo e o sepultamento, mas adotou uma rotina de visitas semanais à sepultura, seguidas regularmente da celebração mensal de uma missa em intenção de sua alma, provavelmente como forma de expressar que não havia perdido o amor e os deveres maternos para com a filha mesmo após sua precoce partida e demonstrando que “a crença na imortalidade parece ser aquilo que nos tira do mar de aflição com relação à morte, mas é o amor que nos liga a um indivíduo que já não faz parte desse mundo”. (MEDEIROS, 2015, p. 193).

Nessas ocasiões, eu e alguns outros irmãos, com idades próximas à minha, passamos a acompanhá-la. Mesmo morando relativamente distante do cemitério, o trajeto e a ideia de explorar seus espaços assumiram gradativamente uma condição muito mais de entretenimento para nós do que de pesar, diferente do que me ocorrera no primeiro contato com o lugar.

Todos os anos, no Dia de Finados, por exemplo, o cemitério se tornava um lugar de encontros de familiares e conhecidos, ocasiões em que orações, compartilhamentos de notícias, recordações e até as brincadeiras com meus irmãos e primos quebravam as motivações tristes de nossas presenças no local. Aos poucos, nossas incursões por ruas e quadras do lugar passaram a nos familiarizar com espaços específicos, estruturas simbólicas e alguns personagens inumados ali em diferentes momentos históricos.

Algumas percepções desses personagens eram motivadas muito mais por curiosidades pessoais e cotidianas (como detalhes incomuns descritos em epitáfios e singularidades exóticas da arquitetura de alguns túmulos) do que pelas relevâncias históricas ou sociais dos falecidos. Chamava-nos a atenção, por exemplo, o jazigo de uma criança falecida em tenra idade cujo epitáfio narrava sua morte por envenenamento, em meados da década de 1940, como um ato nefasto provocado pelas próprias cuidadoras do menino, citadas nessa descrição lapidar como “perversas”.

⁶ Inumação é o ato de depositar o cadáver no recinto destinado a abrigá-lo durante seu processo de decomposição. Pode ser realizada no solo, em jazigos sobre o solo ou no interior de paredes e muros. Por isso, o ato de inumar pode ser denominado também como enterrar, sepultar, encovar, tumular etc. É o antônimo de exumar (retirar o cadáver do local onde fora inumado).

Com o passar do tempo, as minhas visitas ao cemitério foram se tornando cada vez mais espaçadas até praticamente inexistir, apesar de ocorrerem esporadicamente alguns falecimentos e sepultamentos de parentes e conhecidos meus ao longo dos anos e em diferentes túmulos dessa necrópole. Certamente, minhas experiências, observações e apropriações no espaço do Cemitério do Alecrim, associadas a uma presumida dificuldade de meus discentes em compreender a história local potencialmente referenciada nele, contribuíram na minha decisão de concebê-lo como recurso adequado a sanar uma problemática atualíssima do meu cotidiano docente.

Mais de três décadas e meia se passaram entre o meu primeiro contato com o Cemitério do Alecrim e a sugestão do Professor Dr. Roberto Airon da Silva – para a turma 2020.1 do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFRN – de escolhermos um lugar de memória na cidade para produzirmos uma reflexão historiográfica a respeito deste e apresentarmos tal exercício analítico como critério avaliativo na composição de nota na disciplina de Educação Patrimonial e Ensino de História.

Essa missão acadêmica invariavelmente resgatou memórias e experiências pessoais de todos os alunos da turma e, no meu caso em específico, contribuiu para novas reflexões e deduções a respeito do caráter identitário que o Cemitério do Alecrim possui em relação a mim, à minha ancestralidade e à própria história da minha cidade natal a partir da segunda metade do Século XIX.

Só diante desse processo reflexivo, por exemplo, constatei que o cemitério abriga integrantes de pelo menos cinco gerações de familiares meus e, considerando que a primeira inumação comprovada de um parente ocorreu após mais de um século da sua fundação, é instigante questionar quantas outras histórias e identidades pessoais, familiares e sociais o local compõe. É também desse universo simbólico e transcendente que partiu o processo de reconhecimento e de delimitação dessa necrópole urbana enquanto objeto histórico relevante para essa propositura dissertativa.

O Cemitério do Alecrim, localizado no bairro de mesmo nome, na zona leste da cidade do Natal-RN, é, portanto, potencialmente concebido como um espaço de memória e de expressão da diversidade identitária que povoou e ainda povoa a capital potiguar desde a sua fundação. Fato esse que se ilustra nos desdobramentos históricos e nas implicações sociais que sua presença gera para a cidade a partir de então.

Devido ao relativamente extenso intervalo temporal em que o cemitério se faz presente como equipamento público na urbe natalense e à sua relevante diversidade de elementos materiais e simbólicos passíveis de exploração enquanto conteúdos relacionados à história local, delimitei nessa proposta exploratória a abordagem de alguns objetos sepulcrais do lugar que estejam relacionados a fatos, personagens e aspectos históricos ocorridos ou repercutidos na cidade a partir da fundação desse cemitério público, na segunda metade do Século XIX, até a repercussão local da presença de militares estrangeiros, sobretudo estadunidenses, na cidade do Natal, no início da década de 1940, como atividade logística e operacional dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

A partir da delimitação desse recorte temporal, proponho uma intervenção didático-pedagógica para alunos do ensino médio, na disciplina de História, baseada na produção de um mapa temático do cemitério destinado a orientar um roteiro de visita no local, cujo guiamento se baseie em narrativas que destaquem as relações dos elementos cemiteriais abordados com seus respectivos contextos de inserções temáticas na história local.

Nesse sentido, é necessária a seleção de conteúdos históricos específicos, potencialmente acionados a partir da abordagem de elementos materiais presentes no interior da necrópole. Devido à flagrante diversidade temática apresentada no local e à amplitude teórica dos conteúdos históricos relacionados a esses temas, o roteiro de visita propõe-se em exposições narrativas objetivas e sintéticas das informações apresentadas a partir da observação dos objetos e espaços cemiteriais previamente selecionados, considerando-se, sobretudo, o ordenamento cronológico dos eventos históricos abordados e a otimização da logística espacial da visita.

É importante registrar que na abordagem de um espaço cemiterial como objeto analítico há a necessidade de um olhar seletivo e questionador do local por parte do pesquisador, além de um considerável exercício de rastreio de informações que lhes são pertinentes. Para tanto, mais que visitas e registros no local, promovi um levantamento bibliográfico relacionado às temáticas exploradas nesse trabalho, além de checar e organizar dados adquiridos a partir da observação dos objetos tumulares selecionados para orientar, enquanto ação prática, a primeira etapa da estrutura metodológica da pesquisa.

A exploração bibliográfica, nesse sentido, foi *condition sine qua non* tanto para promover o embasamento teórico relativo ao objeto quanto para direcionar a adequação da metodologia proposta à abordagem deste. Portanto, a busca, a leitura e a seleção prévia de

fontes bibliográficas relacionadas às temáticas e ao enfoque investigativo da pesquisa fazem-se ponto de partida para a discussão teórica e para as estratégias de ações que a nortearam.

Inicialmente, a obtenção e apreciação de dados qualitativos oriundos dessas leituras e observações se fizeram no intuito de estabelecer um levantamento genérico de informações do local considerando suas diferentes naturezas constituintes. Ademais, essas ações permitiram também a promoção de um levantamento biográfico de algumas personagens inumadas no lugar e referenciadas na proposta de construção da cartografia temática e do roteiro de visita no local.

Destaco, porém, que não se objetivou na proposta nenhuma exploração minuciosa sobre a biografia dessas personagens, mas sim, partir de alguns desses perfis biográficos para estabelecer relação entre suas atuações e determinados eventos históricos ocorridos na cidade dentro do segmento temporal abordado.

Como já exposto, uma das motivações da escolha do Cemitério do Alecrim enquanto objeto de exploração histórica local foi a suposição do desinteresse ou mesmo de desconhecimento de meus alunos a respeito do patrimônio histórico local e dos lugares que remetem à memória urbana da cidade; nesse sentido, promovi a aplicação de um questionário a respeito do cemitério como forma sondar o nível de conhecimento e interesse desse público em relação à percepção e à condição patrimonial do lugar.

Por ter na percepção dos alunos o ponto de partida para a definição do objeto e do objetivo geral da pesquisa, considerei uma abordagem do lugar sob inspiração da fenomenologia, tal qual fez a geógrafa Ivanaíla Souza ao explorar cemitérios da cidade de Teresina-PI na dissertação intitulada *Geografia e a fenomenologia dos espaços cemiteriais* (2018), pela UFPI, já que a condição subjetiva e empírica dessa natureza de abordagem mostrou-se potencialmente adequada para alcançar outra meta objetivada no meu trabalho pedagógico: ressignificar o cemitério.

Segundo Souza, “é preciso entender os cemitérios enquanto fenômenos a serem vividos e analisados a partir das experiências e percepções de seus observadores”. (SOUZA, 2018, p. 33). Essa compreensão evidencia uma abordagem teórica e conceitual de natureza reflexiva e permite sondar em meus alunos um parâmetro sobre os conhecimentos ou lacunas que portam a respeito do Cemitério do Alecrim e de sua condição histórica. Saliento, porém, que a menção ao conhecimento aqui apreciada, não diz respeito à instrução formalizada de

saberes (como a exercida pela escola ou pela academia, por exemplo), mas, sobretudo, pelo nível de apreensão de saberes a partir da subjetividade das experiências e das perspectivas construídas sob as influências que cada meio social incute em suas peculiares visões de mundo.

Antes de formalizar as questões que definem os objetivos dessa reflexão, é inevitável questionar as percepções e os sentidos que o Cemitério do Alecrim transcende para os alunos. Dessa forma, o que ele representa para esse público? Qual a importância histórica atribuída a ele? É com base nessas devolutivas que o exercício analítico estende o questionamento também ao investigador, ao me perguntar quais seriam as estratégias necessárias para que o cemitério se tornasse atrativo ou pelo menos relevante enquanto espaço de produção de conhecimento histórico sobre a cidade.

Tais problematizações nortearam a sondagem preliminar sobre as concepções que os alunos têm sobre o Cemitério do Alecrim. O levantamento se deu através da aplicação de um questionário sobre esse equipamento urbano em todas as escolas em que leciono na atualidade. Após planejar e ministrar remotamente⁷ uma aula sobre Patrimônio Histórico e Memória Urbana nas três séries do ensino médio dessas escolas, disponibilizei link de acesso ao questionário na plataforma Google Forms⁸, via grupos de WhatsApp, em todas as turmas em que leciono nessas escolas.

Constatei, através do sistema de gerenciamento de dados (Sigeduc) da Secretaria Estadual de Educação (SEEC-RN), que havia um universo de 1.330 alunos matriculados distribuídos nas 40 turmas nas quais houve a aplicação do questionário. Até 30 de junho de 2021, ocasião em que programei a plataforma para não receber mais respostas, 250 discentes haviam respondido à referida sondagem (18,79% do total).

A análise inicial dessa experiência reforçou a ideia de que trabalhar temáticas relacionadas à morte exige um enfoque conceitual e semântico que superem suas representações antagônicas, maniqueístas e repulsivas presentes no senso comum. Por isso, explorei, no primeiro capítulo desse objeto dissertativo, aspectos elucidativos da contribuição historiográfica dessa temática em alguns autores cujas naturezas de abordagens são

⁷ Nesse período letivo, devido ao isolamento social imposto via Decreto Estadual como medida de combate à pandemia do SARS-CoV- 2, todas as escolas de Natal-RN estavam funcionando na modalidade remota de ensino.

⁸ O questionário foi disponibilizado para todos os alunos de 40 turmas de ensino médio das cinco escolas públicas estaduais em que eu lecionei no ano letivo de 2021, através do link: https://docs.google.com/forms/d/1UH_83Muv7TDa57eOTduD2Pfygd6seA_YIoXY1G-m6IA/edit

fundamentadas na amplitude, na pluralidade e na naturalização do conceito de morte como temática histórica, tal qual fizeram Ariés (2017), Vovelle (1997) e Cunha (1978).

Busquei, nesse sentido, abordar também algumas reflexões mais direcionadas à realidade histórica, social e cultural brasileira, como as trabalhadas por Araújo (2015) e Reis (1991); além disso, recorri a produções acadêmicas que basearam o enfoque de suas explorações em espaços cemiteriais específicos – a exemplo do que proponho aqui –, tal qual ocorre nas produções acadêmicas de Uliana (2018), Nogueira (2013) e Medeiros (2015).

Diante, portanto, da necessidade de historicizar um espaço cemiterial e sua indissociável relação com a morte e com o espaço urbano que o delinea, considere também necessária a consulta de autores que já se dedicaram a estudar especificamente o Cemitério do Alecrim. Destaco nessa linha teórica as contribuições de Cascudo (2010), Cabral (2006), Silva (2018) e Tavares (2016). Finalizo o capítulo com uma descrição sobre a potencial condição patrimonial de espaços cemiteriais e sobre a exploração dessa condição em situações já ocorrentes em dois cemitérios do exterior e uma proposta no Brasil.

No segundo capítulo, dedico-me à descrição e à historização do Cemitério do Alecrim enquanto equipamento público na urbe natalense, relacionando sua presença com ocorrências históricas que motivaram seu projeto de existência na cidade a partir da segunda metade do Século XIX, além de enfatizar o seu papel na transição local ao ideal modernizador das primeiras décadas do Século XX; explorando, nesse sentido, os impactos sociais de sua insurgência até a sua posterior condição de referência urbana e de funcionalidade na capital potiguar.

Em contrapartida, na segunda seção desse capítulo, apresento uma reflexão a respeito dos impactos e das alterações que o desenvolvimento histórico e geográfico da cidade transferiu para as configurações e para o cotidiano da necrópole. Por fim, apresento também uma síntese descritiva dos perfis dos meus discentes do ensino médio, destacando peculiaridades dos diferentes cotidianos escolares que os abrigam; ocasião em que promovo, a partir dos dados da pesquisa, uma reflexão sobre as naturezas de conhecimento e de interação que esses públicos possuem em relação ao Cemitério do Alecrim.

No terceiro capítulo, descrevo sete objetos sepulcrais⁹ presentes no Cemitério do Alecrim e alguns personagens referenciados neles, relacionando-os com ocorrências e aspectos da História da cidade de Natal-RN enquanto dimensão local de temáticas históricas que costumam ser abordadas nas salas de aulas e nos livros didáticos apenas pela ótica generalista e enfática da História do Brasil ou da História Geral.

Por fim, no quarto e último capítulo, dedico-me a fazer uma reflexão a respeito da importância da cartografia enquanto recurso didático no ensino de História. Ocasão em que exponho um trajeto cartográfico e imagético partindo do mapa do Brasil até o bairro do Alecrim, ocasião em que teço sucintamente algumas considerações a respeito da história do bairro e continuo o trajeto cartográfico até o cemitério, culminando com os mapas real e temático do lugar e a plotagem colorizada dos objetos cemiteriais explorados com suas respectivas legendas, além de um quadro de orientação para um roteiro que relaciona, de forma didática, suas características históricas com conteúdos da História da cidade do Natal-RN.

⁹ Os objetos sepulcrais não foram concebidos necessariamente como unidades tumulares, mas também como espaços coletivos de sepultamentos ou como categorias de sepulturas que, mesmo situadas em espaços diferentes da necrópole, dividem aspectos, temáticas e características históricas em comum.

2. OS ESPAÇOS DA MORTE NA VIDA

2.1. A morte como fenômeno na vida, objeto na história e assunto na escola

Explorar objetos históricos relacionados a conceitos lúgubres como morte, cultura funerária e cemitério requer uma postura teórica e reflexiva determinada a ressignificar o sentido funesto desses temas nas concepções do senso comum. Para tanto, é preciso desconstruir o enfoque de aversão que predomina sob suas concepções usuais e naturalizar esses temas como objetos de exploração científica, ou seja, baseada na objetividade, na relevância simbólica e na repercussão racional de suas ocorrências e efeitos práticos.

A morte é compreendida nas mais diferentes expressões culturais e nos mais diversos períodos históricos das sociedades humanas como uma condição natural e inevitável inerente a todos os seres vivos. Porém, especificamente quando se trata da morte humana, esse fenômeno está envolto numa complexa e dinâmica teia de concepções, questionamentos, simbologias e ritos. As reflexões a respeito das dimensões antropológicas, filosóficas e religiosas da morte se fizeram presentes em praticamente todas as produções acadêmicas que consultei a respeito das explorações historiográficas em espaços cemiteriais.

Mesmo diante da considerável diversidade de linhas teóricas e dogmáticas que abordam o universo tanatológico como dimensão humanística, é possível observar algumas conclusões comuns em meio à pluralidade interpretativa da ideia de morte. Independente, por exemplo, dos recortes históricos ou das perspectivas culturais exploradas, a morte apresenta-se regularmente concebida como uma demarcação de alguma situação de transição ou de ausência física ou simbólica; remete inevitavelmente também a uma condição de perda/separação e tal condição sempre desencadeia situações de luto que podem ser expressas ou celebradas sob diferentes perspectivas e/ou modelos ritualísticos.

Mitos e ritos sobre a morte são incontáveis; todas as culturas criam uma forma especial de imaginar e contar a própria versão (...). Na tentativa de ajudar o homem em seu confronto com a morte, e conseqüentemente com a separação, foram criadas centenas de manifestações culturais, como rituais, celebrações, cultos, rezas, cânticos e expressões dramáticas. O fato da morte marcar um fim físico requer um ritual ou uma atitude de respeito. (OLIVEIRA e CALLIA, 2005, p. 9).

Se por um lado a morte humana é concebida como um fenômeno cíclico e universalista nas diferentes culturas, por outro, suas concepções e tratamentos são dinâmicos e peculiares mesmo quando moldados por uma transitoriedade gradual ou mesmo imperceptível diante dos olhares mais pontuais e limitados. Afirma Ariès: “As transformações do homem

diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou se situam entre longos períodos de imobilidade”. (ARIÈS, 2017, p. 22). Ainda segundo ele:

Os contemporâneos não as percebem porque o tempo que as separa ultrapassa várias gerações e excede a capacidade da memória coletiva. O observador de hoje se quer atingir um conhecimento que escapava aos contemporâneos, deve, portanto, dilatar seu campo de visão e ampliá-lo a um período maior (...). Em se atendo a uma cronologia muito curta, mesmo se esta parece longa aos olhos do método histórico clássico, arrisca-se a atribuir características originais da época a fenômenos que são, na realidade, muito mais antigos. (ARIÈS, 2017, p. 22-23).

Nos ensaios que compõem a *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias* (1975), Ariès concede importante contribuição interpretativa sobre as dinâmicas históricas e sociológicas que envolvem comportamentos e percepções sociais relacionadas à morte quando esta é explorada sob a ótica da cultura cristã ocidental. Porém, mesmo tendo essa reflexão teórica destacadamente referenciada nos trabalhos acadêmicos que consultei sobre o “mal irremediável”, a complexidade representativa da temática e a pluralidade simbólica dos espaços que a referenciam exigem também a exploração de outros olhares a respeito do que transcende ao ato biológico de morrer.

Nessa perspectiva, é importante salientar que apesar da constante alegação de pesquisadores sobre a escassez de estudos relacionados à morte, no universo cultural da ocidentalidade há análises sobre múltiplas concepções, significados e manifestações em torno da relação entre a morte e a consciência que os vivos têm dela. Algumas dessas análises partem de uma amplitude cognitiva mais universalista sobre essa condição humana, tal como é abordado na obra *O homem e a morte* (1970) de Edgar Morin. Outros teóricos, por sua vez, exploram veredas mais peculiares desse arcabouço interpretativo, como faz Manuela Carneiro da Cunha (1978) ao investigar a concepção de morte, sistema funerário e noção de pessoa entre os índios Krahó. “Esta é a perspectiva em que devemos ver também o par vivos-mortos em cada sociedade. Não existe, como parece ter pensado Hertz 1970 (1928) um modo de se pensar os mortos que, de tão natural seria de certa forma “universal””. (CUNHA, 1978. p.3).

O protagonismo dos mortos na realidade dos vivos atravessa praticamente todas as dimensões temporais e materiais da existência humana. Independente do fascínio, da inquietação ou do horror que a ideia da finitude representa, a morte é sempre interpretada como um traço da extensão da vida, seja na preparação e nas suposições que os vivos a dedicam, seja nas ações de preservação da memória e de homenagem aos que supostamente já não existem mais.

Ao analisarmos a vida dos primeiros povos verificamos em todos, sem exceção, o grande respeito e veneração pelos defuntos, que se traduzia não só nos ritos religiosos, como na tentativa de preservação da memória dos mortos pela inumação, dando origem às necrópoles. Constatamos que, já na antiguidade clássica, existiam empresas funerárias para apoiar a família na hora do luto, como vemos nos ritos de sepultura. (ARAÚJO, 2008, p. 24).

A ideia de morte é uma constante tão refletida na vida que o tratamento historiográfico destinado à primeira revela características, concepções e práticas da segunda, assim como revela as variações de suas representações sociais nos mais diversos contextos temporais e espaciais onde se manifestam, possibilitando, inclusive, destacar analogias e especificações entre os mais diversificados sentidos do viver e do morrer para a humanidade. “(...) a morte está estreitamente vinculada à vida do ser humano e, portanto, faz parte integrante da História. E pelo lugar que se concede a ela numa determinada sociedade, pode-se definir sua cultura”. (ARAÚJO, 2008, p.24).

Ou seja, na tentativa de se preservar a memória dos mortos se produzem diversos elementos materiais e ritualísticos que, sob um olhar racional e criterioso, são capazes de preservar também as mentalidades, valores e outros aspectos que compõem o momento histórico, a estrutura material e o universo cultural da sociedade em que aqueles mortos (e vivos) estavam inseridos. Como afirma João José Reis: “As atitudes diante da morte e a relação entre vivos e mortos não estão separadas de processos históricos mais amplos”. (REIS, 1991, p.98).

Isabel Uliana, ao explorar o Cemitério de Maringá enquanto espaço de saberes históricos em sua dissertação de mestrado, corrobora com a constatação dessa ideia de concepção de morte a partir de uma mentalidade coletiva: “Dessa forma, a clareza que deve se ter hoje na compreensão da morte é que ela é social e culturalmente construída. A morte é real, fatídica, mas tudo que dela resulta, sejam celebrações, sepultamentos, manifestações familiares são produtos sociais”. (ULIANA, 2018, p. 20).

Na medida em que a morte passa a ser concebida como uma dimensão da vida social e reflete significados coletivamente estabelecidos nos grupos humanos, há uma naturalização da percepção de sua ocorrência, o que não deve ser compreendido como uma “aceitação” espontânea desse fenômeno que, por vezes, é até romantizado ou poetizado a partir de suas referências e expressões, tal qual expõe Medeiros (2015) em *Imaginários da morte: poética das imagens em cemitérios brasileiros*, em que propõe uma leitura poética que resulta na criação de sentidos e imagens da morte a partir das diversas práticas culturais e representações

simbólicas expostas nas necrópoles urbanas de algumas cidades brasileiras, objetivando com isso, promover visibilidade a novas compreensões acerca do imaginário da morte no cenário contemporâneo.

Nesse sentido, problematiza-se quais sentidos e imagens da morte surgem a partir de uma *imaginação* que tenha como premissa relacionar imagens para fazer emergir uma nova ressignificação semântica da morte, ou seja, uma poética da morte a partir de práticas culturais e representações simbólicas nos espaços cemiteriais. (MEDEIROS, 2015, p. 19).

Contudo, como já observado, o sentido de interrupção e de ausência que transcende da representação da morte está invariavelmente relacionada a alguma natureza de perda e ao luto, sentimentos avessos ao que se idealiza na vida. Há, nesse sentido, uma relação intrínseca entre a vida e a morte, mas não por isso, necessariamente pacificada: “O espaço dos mortos é complementar e oposto ao espaço dos vivos”. (CUNHA, 1978, p.116).

O ato de morrer, portanto, é um fenômeno inevitável como desdobramento da vida, porém, salvo as peculiaridades de situações pontuais, não é pormenorizado em suas consequências, nem romantizado em sua espera. A ideia da morte inevitável seria muito mais um gatilho de alerta para evitar ao máximo o desfecho dessa ocorrência do que um discurso de conformidade com essa condição fatídica.

Foca-se na dimensão conflituosa que o homem estabelece com a morte, isso porque as práticas culturais e representações simbólicas que se observa no campo de pesquisa são resultado desse conflito e possibilitam a ampliação dos sentidos acerca desse tema, na medida em que estes são revestidos de uma aura fantástica, mística, secreta, fantasmagórica, atemorizante e religiosa, edificando uma imaginação complexa. (MEDEIROS, 2015, p. 12).

Outro aspecto a ser considerado nesse exercício reflexivo é o fato de as culturas modernas e contemporâneas realçarem a delimitação dos espaços entre representações ideológicas e conceituais relacionadas ao dualismo vida/morte. Tais representações, hoje opostas, já foram consideradas inseparáveis nas mentalidades antigas e medievais, tal qual relata Reis: “nas sociedades tradicionais, não havia separação radical, como hoje temos, entre a vida e a morte, entre o sagrado e o profano, entre a cidade dos vivos e a dos mortos”. (REIS, 1991, p. 92).

Diversos contextos temporais e espaciais nos demonstram que já se viveu, e ainda se vive, em função da morte, numa espécie de concepção integradora de estados (viver e morrer). Porém, na mentalidade hegemônica da ocidentalidade contemporânea, vive-se como atitude de recusa da morte. Viver é um ato de protesto contra a ideia da própria inexistência. Ariès ressalta que essa mudança de atitude dos vivos perante a morte é fruto de um processo

gradual, quase imperceptível em suas intercorrências. Principalmente quando o que se está em questão é a reflexão individual sobre a própria morte. Nesse trajeto, a naturalização do fenômeno é substituída pelo drama dessa relação dialética: “não se trata de uma nova atitude que irá substituir a que analisamos anteriormente, mas de modificações sutis que, pouco a pouco, darão um sentido dramático e pessoal à familiaridade tradicional do homem com a morte”. (ARIÈS, 2017, p. 47).

A respeito dessas mudanças de concepções, deduz Uliana: “As transformações nas quais a sociedade tem passado traz conjuntamente uma ideia diferente em relação à morte. Não se quer morrer. O desejo é de ser jovem para sempre”. (ULIANA, 2018, p. 21). Talvez por essa razão, tratar a morte hoje como objeto histórico e não apenas como condição coadjuvante de situações históricas é ainda motivo de estranheza e até de ojeriza nas expressões e gestos de discentes de História na instrução básica e até mesmo no ensino superior. Atitudes essas provavelmente motivadas pelas experiências negativas individuais ou coletivas, ou ainda a temores relacionados à possibilidade dessa natureza de ocorrência como tragédia pessoal.

A morte não se satisfaz em destruir o que chamamos organismo, mas inicia também um processo de dissolução do homem social, e isso em vários estágios de seu ciclo de vida. Nos outros ritos que desde Van Gennep se convencionou chamar “de passagem”, nascimento, casamento, iniciação, o estágio no ciclo da vida (e eventualmente o sexo na iniciação) é fixo; (...) Mas a morte que ceifa a esmo, que não escolhe sexo, nem idade, opera um tipo de “corte” na sociedade em que são representadas todas as categorias de idade e de status, e isso se traduz em comportamento diferenciado no desenrolar das exéquias. (CUNHA, 1978, p. 2).

Para se “viver bem” não seria interessante dividir espaços dessa vida idealizada com representações que a inquietem ou com possibilidades que corrompam o intuito desse almejado modelo de vivência. Diante da complexidade das questões envolvidas, a História não pode se furtar de explorar, em consonância com outras disciplinas, essa e outras temáticas consideradas incomuns ou indesejáveis na mentalidade hegemônica do senso comum. Apesar das repulsas ou resistências ao tema, não há como desvinculá-lo da dimensão existencial do objeto genérico das ciências humanas, em que a História tem seu assento. No fim, o sucesso do desafio depende muito mais da atitude do historiador do que da mentalidade vigente a respeito de tais temas:

Hoje não há temas tabus para o historiador, que ajudado por outras disciplinas, como a antropologia, por exemplo, arrisca-se à investigação de aspectos muitas vezes obscuros do passado. O historiador passou a estudar as atitudes em relação ao gosto culinário, o amor, a religiosidade popular, as mais diversas formas de sensibilidade física e espiritual. (...) Foi assim que se chegou a uma história das atitudes dos europeus em relação à morte. (REIS, 1991, p. 26).

Esse esforço de naturalizar a morte como objeto histórico é relativamente recente, surge como proposta reflexiva da chamada Nova História Cultural, sobretudo pelo diálogo e compartilhamento de abordagens com a Psicologia e a Antropologia, a partir da década de 1960, e sob o argumento de que todos os aspectos da cultura têm uma história e, nesse sentido, a morte, concebida em sua dimensão cultural, possui os requisitos que toda e qualquer outra manifestação humana, ou seja, porta para ser explorada como categoria histórica.

A objetividade biológica do fenômeno é só o ponto de partida para a complexidade conceitual, interpretativa e especulativa da morte difundida nas diversas sociedades e nos seus dinamismos culturais em diferentes épocas. Compõe-se assim a condição objetificada da temática nos diferentes enfoques exploratórios do pensamento humanístico, destacadamente, na Filosofia, na Antropologia, na Psicologia e na História.

Cada sociedade possui características próprias de lidar com a morte. As ações dos seres humanos diante da morte estão associadas à visão que cada momento histórico construiu quanto a esse fenômeno. Em virtude disto, as representações da morte devem ser refletidas, analisadas em cada contexto histórico e social, pois não existe uma padronização definida. Embora haja similitudes entre essas sociedades, as simbologias evidenciam o olhar de grupos sociais diferentes e específicos. (ULIANA, 2018, p. 17).

Uma vez exposto que a relação dualista entre vivos e mortos é diversa e dinâmica sob o ponto de vista histórico e cultural, não proponho ressaltar a forma como a mentalidade social variou suas percepções e atitudes diante da morte e dos mortos no decurso da História, mas, sim, compreender, a nível local, as concepções que um segmento social específico (alunos do ensino médio de escolas públicas onde leciono) possui em relação à temática morte na atualidade e como essas concepções poderiam ser reinterpretadas e/ou ressignificadas a ponto de se tornarem objeto de produção de conhecimento histórico quando relacionadas à expressão material de suas representações num espaço físico determinado: o Cemitério do Alecrim.

Ao propor uma exploração qualitativa da morte e de outras temáticas relacionadas a ela na escola, considereirei que nem todas as suposições podem ou devem ser aferidas por dados obtidos a partir de levantamentos estatísticos, tais quais os que realizei no intuito de apreciar o nível de conhecimento e de reconhecimento identitário dos alunos a respeito do Cemitério do Alecrim. A abstração conceitual e a diversidade subjetiva das experiências pessoais com a ideia de morte praticamente impossibilitam a criação de padrões classificatórios ou mensuráveis no que diz respeito à compreensão e à significação do fenômeno.

Nessas circunstâncias, mesmo sob uma condição de objetividade necessária ao pesquisador, considero relevantes as percepções pessoais a respeito das relações que os meus alunos estabelecem com a temática, já que componho e observo o grupo e, por vezes, as narrativas relacionadas às experiências desses discentes com a morte nos espaços escolares onde me faço presente. “Embora DaMatta (1991, p. 143), venha declarar que “[...] a morte é a única experiência social que não pode ser transmitida”, paradoxalmente, chega-se à morte por convivência, a morte está inserida na realidade dos seres”. (DAMATTA *apud* SILVA, 2018, p. 396).

A Professora Dra. Irene van den Berg, docente do Departamento de Ciências da Religião da UERN, observa, em comentários proferidos durante o processo de qualificação dessa produção dissertativa, que o professor Roberto DaMatta enfatiza a existência de uma imagem negativa dos mortos na cultura brasileira, portanto, os mortos são também personagens aversivos ao imaginário social de nossos alunos. Sob essa ótica, ela complementa que os mortos são um agente a ser “contido”, “controlado” e, abordá-los fora de uma condição ritual, seria algo considerado “perigoso”, “temeroso”. Conclui, parafraseando DaMatta (1997): “No Brasil a morte mata, mas os mortos não morrem”. Portanto, propor uma aula de História em um cemitério, a primeira vista, soaria como algo ousado ou mesmo desrespeitoso em relação aos mortos.

Porém, a temática morte não é, por isso, incomum ou proibida no chão das escolas; todavia, sua abordagem tem roteiros, limites e critérios próprios de expressão. Ela está explanada em diversas narrativas e circunstâncias do cotidiano escolar, inclusive na realidade de violência das periferias urbanas onde muitas escolas estão inseridas. Porém, a aparente naturalização do tema não o desqualifica como tabu nesse público. Algo que fica muito evidente quando não incomumente a morte acomete integrantes da própria comunidade escolar ou pessoas ligadas afetivamente a algum de seus componentes.



←**Figura 1:** Cartaz alusivo ao evento sobre luto no ambiente escolar, realizado no dia 05 de julho de 2019 na Câmara Municipal de Porto Alegre - RS. Demonstra como a morte é uma questão presente no espaço escolar, assim como é presente a preocupação com suas repercussões e consequências nesses espaços de convivência e aprendizagem.

Em suma, falar da morte sem eufemismos ou impessoalidades ainda é uma condição muito difícil nos espaços escolares, conceder a ela um lugar de construção de conhecimentos é então um desafio complexo para os docentes que dela tratam. Desafortunadamente, em quase todos os anos letivos, em mais de duas décadas de exercício docente, fui informado sobre falecimentos de alunos, de seus familiares ou mesmo de pessoas caras a eles. Em algumas ocasiões também me fiz presente em velórios e/ou sepultamentos desse público.

O luto ainda é um tabu em muitas culturas, inclusive na brasileira. Esse processo psicológico que atinge o indivíduo, sua família e os grupos da sociedade dos quais ele participa, é um período extremamente doloroso. No dia a dia, educadores entram em contato com o aluno, que traz consigo sua vivência familiar e por ela é influenciada em seu processo de aprender. Assim, em alguns momentos será inevitável não se deparar com situações de luto por falecimento, seja na família, no círculo de amigos, na vizinhança, a morte de uma personalidade famosa, do animal de estimação... Há ainda um alto índice de suicídios entre crianças e adolescentes, e o profissional precisa estar instrumentalizado para estar apto a lidar com situações de luto decorrentes. (Descrição do evento *Vamos falar de luto no ambiente escolar?* Disponível em https://www.sympla.com.br/1-forum-vamos-falar-sobre-luto-no-ambiente-escolar__541328). Acesso em 29 de ago. de 2021.

Significativa parcela desse histórico é marcada pelo ambiente de violência onde as escolas se situam e seu público discente reside. Das cinco escolas onde leciono atualmente, duas estão localizadas no bairro mais violento da cidade (Lagoa Azul), considerando o quantitativo absoluto de homicídios no ano de 2019 (último ano em que lecionei de forma presencial nessas escolas devido ao afastamento social¹⁰ provocado pela pandemia do SARS-CoV 2).

Nesse sentido, todas as escolas¹¹ em que leciono na atualidade estão distribuídas nas duas regiões administrativas consideradas como as mais violentas de Natal-RN (zonas norte e oeste), as quais abrigam bairros que compõem as treze primeiras posições no quesito “maior número de homicídios registrados” até a divulgação desse levantamento (06 de novembro de 2019)¹².

¹⁰ Devido à pandemia do Covid-19, em 17 de março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas em toda a rede de ensino do Estado do RN e permaneceu de forma virtual até 2021.

¹¹ As escolas em que leciono na zona norte atendem alunos dos bairros Lagoa Azul, N. S. da Apresentação e Potengi. Enquanto as escolas onde trabalho na zona oeste atendem alunos residentes nos bairros de Felipe Camarão, Dix-Sept Rosado e Cidade Nova.

¹² Levantamento realizado entre janeiro e novembro de 2019. Dados publicados no portal AgoraRN. Disponível em <https://agorarn.com.br/policia/sesed-revela-os-bairros-com-mais-mortes-das-4-cidades-mais-violentas-do-rn-confira-lista/>. Acesso em 16 de ago. de 2021.

Relação dos 15 bairros mais violentos de Natal-RN			
Posição	Bairro	Total de homicídios	Região da cidade
1º	Lagoa Azul	28	Zona Norte
2º	N. S. da Apresentação	27	Zona Norte
3º	Redinha	20	Zona Norte
4º	Pajuçara	15	Zona Norte
5º	Planalto	14	Zona Oeste
6º	Potengi	14	Zona Norte
7º	Igapó	14	Zona Norte
8º	Felipe Camarão	13	Zona Oeste
9º	Cidade Nova	11	Zona Oeste
10º	Quintas	10	Zona Oeste
11º	Dix-Sept Rosado	9	Zona Oeste
12º	Bom Pastor	9	Zona Oeste
13º	Nordeste	9	Zona Oeste
14º	Candelária	6	Zona Sul
15º	Ponta Negra	5	Zona Sul

Fonte: Sesed/RN

Apesar da ênfase voltada à questão da violência urbana nesse quadro estatístico, não é ela o objeto central da reflexão ora proposta, a exposição desses dados tem aqui a intenção simplista de demonstrar o quanto a morte, também como consequência dessa realidade de violência no meio social onde leciono, compõe o cotidiano, as narrativas e o imaginário cultural do público atendido.

Não são raros, portanto, os relatos de perdas, lutos, medos ou de outras representações vinculadas à morte nos espaços das escolas das periferias de Natal-RN. A condição da violência intencional demonstrada como fator dessas ocorrências de morte próximas ao meu

universo discente apenas realça uma relativa regularidade de eventos e discussões a respeito do tema, já que essa causa não neutraliza nem exclui outras naturezas de ocorrências fatídicas que atingem direta ou indiretamente o público escolar, tais quais as mortes violentas não intencionais (como acidentes e afogamentos, por exemplo), suicídios e falecimentos decorrentes de causas naturais, todas elas presentes em meu histórico pessoal de testemunhos¹³.

Embora não se apresente como temática simplória ou necessariamente atrativa, a universalidade da ocorrência e a presença multifacetada do fenômeno da morte em meio ao público e ao espaço dessas escolas faz dela potencial objeto exploratório em suas diferentes dimensões, sejam elas biológicas, antropológicas, filosóficas e, por que não? Históricas.

Estudar a morte converte-se numa proposta rumo à complexidade da existência, enquanto nos conduz às fronteiras do conhecimento. Há, de certa forma, a necessidade de um trânsito por áreas diversificadas, visto que a morte acontece tanto na esfera biológica quanto na esfera cultural, impregnando com sua força inalienável os fenômenos sociais e culturais, postando-se como sentinela para os corpos dos vivos e para os objetos. (MEDEIROS, 2015, p. 204).

Perante o exposto, conclui-se que a admissibilidade da morte e de suas representações como objeto de estudo no espaço escolar ou para o público desse espaço não deve ser confundida como indiferença ao sentimento de repulsa e de dor presentes em sua ocorrência como fato, mesmo quando considerado o seu desfecho como evento natural ou inevitável. Objetificar, pois, a morte na disciplina de História não é uma ação limitada a maximizar o fenômeno em sua perspectiva fisiológica ou dualista em sua capacidade de delimitar a condição vivente; é, antes de tudo, reconhecê-la como dimensão da expressão dos vivos, da atuação de atores sociais, das transformações e demarcações de condições sociais e períodos históricos.

É preciso refletir sobre esses modelos de expressões representados em cenários especificamente humanos como as manifestações culturais, religiosas e artísticas da morte e de seus espaços materiais e simbólicos. Provavelmente o espaço mais destacado de ocorrência dessas manifestações é o cemitério, não somente por se tratar do território destinado aos falecidos, mas por sua composição plural de concepção e organização social da ideia de morte nas mentalidades dos vivos. Os cemitérios, nesse sentido, dizem muito mais desses vivos que os produzem e os concebem do que dos mortos que os habitam.

¹³ A morte, enquanto ideia e ocorrência, parece muito presente no cotidiano do público escolar das periferias de Natal-RN, porém, parece completamente ausente quando referenciada nos aspectos de uma cultura histórica da morte nos espaços cemiteriais.

2.2. A morte e os cemitérios como expressões na História

Ao conceber o fenômeno da morte humana como condição natural fatídica, surge a necessidade de se pensar seu lugar (físico e simbólico) nos contextos social e espacial das cidades na contemporaneidade. Quando abordada sob perspectiva histórica, constatamos que essa questão não é recente, nem tampouco consensual. Mesmo numa concepção de *morte domesticada*¹⁴, a alegada aproximação dos sãos com os moribundos e a naturalização da morte pelos vivos se faziam pelo viés da abstração do fenômeno, o qual estaria inserido no panteão de uma mentalidade religiosa de admissão da morte e do sofrimento decorrente dela como um processo necessário de penitência, passagem e busca pela salvação da alma.

Sobretudo, como vimos, quando tratamos da mentalidade religiosa hegemônica no ocidente, essa dimensão transcendental e altruísta da morte é exaltada, de forma milenar, no símbolo de maior expressão dos cristãos: a cruz. O instrumento de expiação da vida terrena e do pecado, na qual Jesus “morreu”¹⁵. A morte é aclamada nesse cenário hermenêutico como ato necessário e divinamente planejado em favor da salvação da humanidade. Eis a morte como símbolo de amor, superação e vitória para os cristãos.

Todavia, quando nos referimos ao tratamento dado à dimensão material da morte, especialmente quando expressada na ausência de animosidade e no processo de decomposição dos corpos, essa perspectiva de resignação e convívio pacificado diante do fenômeno é consideravelmente afetada, mesmo na antiguidade clássica, tal qual narra Ariès ao descrever a necessidade de separação entre os espaços de vivência e de sepultamentos dos corpos dos falecidos na Roma Antiga. Determinações essas previstas em instrumentos legislativos de diferentes períodos da história do Império, como a Lei das Doze Tábuas e o Código Teodosiano:

O mundo dos vivos deveria ser separado do mundo dos mortos. É por isso que em Roma a Lei das Doze Tábuas proibia o enterro *in urbe*, no interior da cidade. O código Teodosiano repete a mesma proibição, a fim de que seja preservada a *sanctitas* das casas dos habitantes. A palavra *funus* significa ao mesmo tempo o corpo morto, os funerais e o assassinato. *Funestus* significa a profanação provocada por um cadáver. (ARIÈS, 2017, p. 39).

¹⁴ A “morte domesticada” ou “morte domada” aqui é uma referência à concepção clássica e medieval do tratamento naturalizado da morte apresentada em Ariès (2017) e referenciada por Reis (1991) em oposição à “morte selvagem” em que os rituais fúnebres perdiam importância e o defunto passaria a ser inumado em espaços específicos fora das igrejas e das cidades.

¹⁵ A narrativa de que Jesus Cristo morreu na cruz para salvar a humanidade de seus pecados constitui um dos principais dogmas da cristandade, fundamentado na interpretação de trecho da Epístola de São Paulo aos Gálatas, em sua terceira viagem missionária (Gálatas 3, 13): *Cristo nos resgatou da maldição da lei tornando-se ele próprio um maldito em nosso favor, pois está escrito: “maldito todo aquele que for suspenso no madeiro”*.

Mesmo considerando a atmosfera de religiosidade medieval como aspecto motivador de uma aceitação da finitude corpórea como necessidade – e em algumas situações até como virtude – para se alcançar a existência plena (eterna) na almejada salvação do espírito, há diversos registros que revelam a condição de horror propagada, nesse período histórico, pela exposição aterradora de cadáveres em meio a epidemias sanitárias e guerras, por exemplo.

A própria concepção medieval de vilipêndio de cadáveres, que proibia autópsia ou estudos anatômicos dos falecidos, passa muito mais pela admissibilidade sugestiva de repugnância e riscos infecciosos que emanavam dos cadáveres do que pelo alegado respeito à condição sacramentada do ser humano que animava aquele agora corrompido envoltório orgânico.

A própria morte e a peste eram representadas ilustrativamente por esqueletos ou corpos decompostos nesse período, demonstrando ao mesmo tempo a consciência da finitude material como destino humano e a dimensão de repulsa à corrupção material do corpo nessas representações iconográficas.



← **Figura 2:** Ilustração de Michael Wolgemut (1493), intitulada *Dança da morte*, fazia uma alegoria à universalidade da morte: unia pessoas de todas as condições sociais, idade e sexo. Era uma expressão do quão se tornou comum e recorrente o tema “morte” na Europa assolada pela Peste. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/remadih/rebelioes-camponesas-na-europa-medieval/>. Acesso em 09 de mar. de 2021.

A visão sacra do corpo, por sua vez, é uma referência fluídica, etérea, está no transcendente, portanto, no espírito que se “libertou” do corpo físico. Embora representado pela imagem desse corpo em vida, sua condição terrena (material) o destinava à propensão do contato com as impurezas mundanas, às tentações da carne, às dores e às limitações anatômicas e fisiológicas de sua condição corpórea. Esse corpo físico morto não poderia ou deveria ter o mesmo destino e prestígio da alma que emanou dele e segue viva para uma idealizada existência na eternidade. A dicotomia entre corpo e alma possui uma natureza muito mais antagônica na mentalidade medieval do que a relação dualista entre a vida e a morte.

O horror à morte física que o cadáver poderia significar encontra-se totalmente ausente nos testamentos, o que permite supor que também não estava presente na mentalidade comum. Em contrapartida – e trata-se aqui de uma observação capital – o horror à morte física e à decomposição é tema familiar da poesia nos séculos XV e XVI. (ARIÈS, 2017, p. 56).

Se o espaço simbólico destinado à alma era uma demanda interna e pessoal a ser resolvida ao longo da vida, o destino do corpo físico era uma situação externa, potencialmente danosa à coletividade e que requeria intervenções urgentes. É nesse comum e persistente dilema que se fazem as discussões e ações em favor da criação de espaços específicos destinados aos mortos em detrimento da salubridade e segurança dos espaços dos vivos. A condição em que isso ocorre é tão diversa e dinamizada quanto a ideia da própria morte.

Em diferentes expressões das culturas funerárias, a necessária leveza da concepção teológica de morte passava pela segregação e pela ocultação da condição real dos mortos. Eis os cenários que colaboraram para o surgimento dos espaços cemiteriais.

Na contemporaneidade parecem naturalizados os cuidados com o morto e com os espaços específicos que eles devem ficar. No entanto, os cemitérios como campos destinados a depositar mortos é uma invenção que se consolidou em meio a uma cultura que concebia a morte atrelada a concepções religiosas específicas. (TAVARES, 2016, p.13).

Thiago Nicolau de Araújo concede significativa colaboração reflexiva a respeito da simbologia dos espaços cemiteriais como expressões artística e cultural das cidades e de seus moradores em diferentes contextos históricos antes de direcionar o enfoque para seu objeto especificado na obra intitulada *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*, lançado em 2008. O livro é produto de sua dissertação de mestrado na PUC/RS. Segundo ele, “os cemitérios, propriamente ditos, só apareceram em plena Idade Média, quando se enterrava os mortos de categoria dentro das igrejas e os pobres nos adros, tudo nos limites paroquiais”. (ARAÚJO, 2008, p. 30-31).

Assim, imperava a ideia de entregar o morto a um espaço sagrado e coletivo, cuja natureza de autoridade teocêntrica o incumbia de resguardá-lo para a salvação. Como vemos, o processo de separação dos espaços de vivos e mortos e entre corpo e espírito não se deu drasticamente. “Ariès afirma que a partir do Século V da Era Cristã o defunto era abandonado à Igreja, que deveria se encarregar dele até a ressurreição”. (ARAÚJO, 2008, p. 31).

Mesmo fora da tradição cristã e de contextos históricos recentes, o cuidado com o local onde os falecidos eram inumados é sabidamente ato recorrente e revelado nas análises oriundas das investigações históricas e arqueológicas. Os cuidados vão desde a vigilância e a

preocupação com a salvação da alma até a preservação do corpo – como nos processos de mumificação do Egito Antigo, por exemplo – ou mesmo a defesa dos corpos contra vilipêndios e ataques de animais, ações essas presentes até hoje na cultura de alguns povos ameríndios, tal qual relata Cunha ao narrar detalhes de um sepultamento *krahó*: “a cova é, hoje em dia, de forma retangular, forrada com paus fortes – caxamorro (*pêkaikô*), sucupira preta (*kukrãyôpin*) – por todos os lados, para proteger o corpo do *autxet*, o tatupeba, sempre referido como “o comedor de cadáveres””. (CUNHA, 1978, p. 33).

Embora partindo de uma realidade tão peculiar, a análise de Cunha a respeito do lugar do enterro origina constatações que extrapolam as particularidades locais e cronológicas inerentes às relações dos vivos com os espaços destinados aos mortos: “Mais do que lugar da morte, sujeito a circunstâncias imprevisíveis, o lugar do enterro é carregado de significado. É uma situação bem conhecida dos antropólogos a da ligação do túmulo com o que poderíamos chamar “o verdadeiro lugar do homem””. (CUNHA, 1978, p.35). Renata Nogueira fundamenta argumento similar em sua dissertação de mestrado intitulada *Quando um cemitério é patrimônio cultural* (2013):

Cemitério, necrópole, campo santo. Todas essas palavras nominam o espaço onde inumamos nossos mortos. Esta prática da inumação – utilizada em grande escala mundo a fora – foi adotada desde os primórdios da humanidade por povos e culturas distintas. Os primeiros enterramentos, supõe-se, surgiram da problemática da decomposição, ainda que se possa sugerir outras relações. Era preciso resguardar os cadáveres em locais seguros, a salvo das intempéries, animais famintos, e aos olhos dos vivos. (NOGUEIRA, 2013, p. 25).

A iniciativa de se inumar os mortos em espaços cemiteriais separados do convívio rotineiro dos vivos, tal qual ocorria nos templos, remete ao Século XVII, influenciado pelas primeiras ideias higienistas que surgiam na Europa, como afirma Vovelle: “Só a partir do Século XVII é que se adotou o costume de enterrar os mortos fora dos muros da cidade em sepulcros familiares ou comuns, devido principalmente às primeiras ideias higienistas que surgiam”. (VOVELLE, 1997, p.351).

Todavia, o modelo de cemitérios tal qual conhecemos na contemporaneidade¹⁶ só se constituiu no Século XVIII na Europa motivado pela “popularização dos temas de antiguidade greco-romana e a observância dos princípios de higiene”. (ARAÚJO, 2018, p.31). Essa

¹⁶ Segundo Michel Vovelle, os primeiros enterramentos fora de espaços das igrejas na Europa do Século XVII eram realizados de forma dispersa e distante das concentrações demográficas urbanas. Relata ele: “Toda família rica ou remediada possuía seu túmulo, e os monumentos se alinhavam, ordinariamente, ao longo das estradas, nos subúrbios da cidade” (VOVELLE, 1997, p. 351).

segunda motivação se tornaria o principal fator na determinação dos enterramentos externos aos espaços das igrejas no Brasil, um século após o início da prática na Europa.

No Brasil, os cemitérios fora da Igreja surgiram no início do Século XIX, quando os médicos, influenciados pelas ideias higienistas europeias, começam a intervir nos setores da saúde pública. (...) Tudo isso concorreu para que se generalizasse a opinião de que as igrejas não eram o lugar apropriado para manter sepulturas. Essa nova concepção determinou a construção de cemitérios ao ar livre e o mais longe possível do perímetro urbano. (ARAÚJO, 2018, p. 31-32).

Independentemente do local, do modelo de distribuição ou do contexto histórico em que se faz, a intenção de destinar local apropriado e comum para os mortos perpassa sempre pela ideia de reverenciá-los, mas referenciá-los quando vivos. Esse substancial culto à memória dos mortos é embasado tanto pelos apelos afetivos (pessoais) daqueles que lhes prezaram convívio e relações de proximidade e estima, quanto pelas possíveis representações e significâncias sociais atribuídas ao papel e à personalidade dos falecidos quando em vida:

Percebemos diferentes maneiras das sociedades expressarem o sentimento sobre a morte, sempre mantendo a ideia de conservar a memória do morto pela imagem, numa tentativa de manter viva sua identidade. Assim como há uma tentativa de manter viva a memória do morto, também há a necessidade de se preservar a identidade cultural de uma sociedade num determinado período de tempo. (ARAÚJO, 2018, p. 20).

No intuito de preservar memórias e reafirmar identidades, os cemitérios tornam-se para pesquisadores da área humanística, fonte material e interpretativa da cultura, da história e de outros aspectos peculiares relacionados às sociedades em que estão inseridos: “qualquer coletividade produz um sistema simbólico que compreende os imaginários sociais, dessa forma sendo um instrumento de preservação da memória cultural”. (ARAÚJO, 2018, p. 21).

Considerando-se, a partir dessa constatação –geralmente – que há diversidade de expressões culturais e heterogeneidades sociais em praticamente todos os modelos de sociedades contemporâneas, podemos afirmar que os cemitérios são potencialmente também expressões da pluralidade cultural, econômica, política, religiosa e étnica locais.

É notório que a principal forma de expressão e de invocação das identidades individuais e coletivas dos falecidos é a que está retratada nos seus túmulos. As identificações e referências de variadas naturezas (pessoais, religiosas, relacionadas ao ofício ou às virtudes do inumado, por exemplo) desde a baixa Idade Média sugerem em algumas ocasiões, segundo Ariès, muito mais exaltar a identidade do morto do que de demarcar o local do seu sepultamento: “o que importava era a evocação da identidade do defunto e não o reconhecimento do lugar exato da colocação do corpo”. (ARIÈS, 2017, p. 63).

Por isso, as placas (esculpidas em pedra ou cobre) que identificavam alguns indivíduos em igrejas e cemitérios dos Séculos XVI, XVII e XVIII podiam ser encomendadas e confeccionadas quando estes ainda estavam vivos e estas placas, por vários motivos, nem sempre se encontravam na exatidão do destino descrito nas referências de suas inscrições na ocasião do sepultamento de seus idealizadores. A percepção desse cuidado planejado e antecipado ao dia fatídico revela uma área de pessoalidade (individualidade) que envolvia a mentalidade do homem medieval diante da morte.

O estudo dos túmulos confirma, portanto, o que nos ensinaram os Juízos Finais, as *artes moriendi*, os temas macabros: a partir do Século XI estabeleceu-se uma relação até então desconhecida, entre a morte de cada indivíduo e a consciência que se tomava de sua individualidade. (...) No espelho de sua própria morte, cada homem redescobria o segredo de sua individualidade. (ARIÈS, 2017, p. 63).

Os locais de enterramento assumem, portanto, a condição de fornecer indícios e representatividade das pessoalidades e da diversidade coletiva que predominou nos diferentes contextos de suas existências. Essa característica que lhes é inerente os faz serem admitidos como fontes históricas e, não incomumente, como autênticos patrimônios materiais das sociedades que os produzem e os utiliza.

2.3. O cemitério e a sua condição patrimonial

Nogueira (2013) defende a ideia de que o cemitério pode ser considerado patrimônio cultural, pois seus elementos preservam a história e a memória da cidade e de suas instituições. Portanto, este espaço faz parte da história do povo da cidade e se constitui como elo do tempo presente com o passado dando um sentido de continuidade à sua história.

Tratar de temas que se relacionam à morte ou cemitérios é recorrentemente considerado excentricidade ou até mesmo morbidez. No entanto, discussões que abordam esta temática devem ser compreendidas como resultantes de fenômenos naturais e instigantes, como a configuração de reproduções simbólicas da sociedade extramuros. (NOGUEIRA, 2013, p.14).

Ao considerar a possibilidade de uma natureza patrimonial oriunda das concepções simbólicas que os cemitérios assumem nas cidades, cabe a nós, historiadores, refletir também sobre a inconstância e a pluralidade do que é interpretado como patrimônio histórico e cultural. Principalmente quando a invocação do tombamento diz respeito a objetos, estruturas e espaços relacionados a conceitos considerados “difíceis” de serem trabalhados a partir de perspectivas usuais e cotidianas ou a partir de mentalidades hegemônicas e consensuais vigentes.

Dessa forma, a ideia de patrimônio deve ser apresentada atrelada tanto à condição pluralista de suas naturezas quanto à condição subjetiva de quem a propõe e a concebe. Devendo-se, inclusive, alertar para o jogo de interesses e as relações de poder por trás dos segmentos sociais que propõe ou rejeita cada condição de patrimonialização. “O discurso patrimonial é, pois, uma relação de poder, na medida em que, além de atribuir sentido a trajetória passada e presente, também influencia na construção de projetos para o futuro”. (VIANA e MELLO, 2013, p. 53).

No caso dos espaços cemiteriais, suas notórias relações com a morte e, portanto, com sentimentos relacionados à dor e ao luto, os fazem ser categorizados numa condição historiográfica considerada recente e complexa denominada de “patrimônios difíceis”. Os patrimônios difíceis remetem a lugares associados ao sofrimento, à exceção, encarceramento, segregação, punição e morte. (LOGAN e REEVES, 2009). Ou seja, o universo de referências a essa peculiar natureza patrimonial expõe o quão é complexa a concepção genérica do patrimônio e o quanto ela pode se distanciar da ideia tacanha de reduzir o patrimônio histórico a ruínas, estruturas e objetos considerados simplesmente como “antigos”.

Por encontrar referência naquilo que é considerado sombrio, dissonante, marginal e doloroso, Meneguello constata que os patrimônios difíceis também têm a dificuldade de encontrar espaço nas celebrações tradicionais dos patrimônios nacionais. São evidentes os desconfortos pessoais ou institucionalizados que se traduzem nos atos de ignorar, esquecer, eufemizar ou mesmo negar situações que remetam a essas memórias difíceis.

É preciso pontuar também que esses patrimônios não são “difíceis” simplesmente por lidarem com memórias do trauma e da dor, mas porque as próprias práticas de reconhecimento e institucionalização dos locais a eles associados não são consensuais dentro da sociedade. (MENEGUELLO, 2014).

Dentre os diversos segmentos que exploram essa concepção patrimonial destaca-se, inclusive, a atividade turística. Sobretudo, ao concebê-lo como natureza de entretenimento para públicos específicos que exploram roteiros alternativos na contemporaneidade, prática denominada de “Turismo Mórbido”.

Também conhecida como “Dark Turismo”, “Turismo Sombrio”, “Turismo Macabro” ou “Turismo de Luto”, essa segmentação da atividade turística vem gradativamente ganhando força no mercado do turismo no mundo a partir da década de 1980. Como exposto, a atividade consiste em explorar lugares lúgubres marcados por acontecimentos relacionados a dores,

medos, desespero, tristezas e outras naturezas de sentimentos inerentes às tragédias que atingiram e podem atingir a condição humana.

A polêmica de tornar atrativo aquilo que naturalmente se apresenta como indesejado, faz de roteiros em ruínas de presídios, hospitais abandonados, campos de concentração, palcos de crimes de grande repercussão e cemitérios, por exemplo, cenários ideais para aflorar curiosidades e explorar os próprios medos e tabus entre os apreciadores dessa natureza de atividade.

Há exploração desde roteiros mais clássicos do Século XX, como a musealização do Campo de concentração nazista em Auschwitz, na Polônia, e a concessão de permissões para pernoitar nas ruínas do Sanatório de Waverly Hills em Louisville (Kentucky), nos EUA, até o surgimento de atrativos de visitas motivadas por tragédias ocorridas nesse início de Século XXI, como o local do atentado às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque.

O chamado turismo mórbido surge muitas vezes pela demarcação involuntária e, claro, por vezes, indesejadas de pontos de visitas e roteiros questionáveis diante do que se possa conceber por bom gosto ou bom senso de alguns apreciadores dessa vertente turística no mundo. Cito aqui a questão do bom senso devido ao risco de se espetacularizar a tragédia e as dores humanas em propostas de explorar essas memórias difíceis pelo viés puramente mercadológico, e não pela necessidade de reflexão crítica sobre as causas e condições que promoveram essas ocorrências na necessária invocação do “lembrar para não esquecer” e “não esquecer para não se repetir”.

Contudo, mesmo diante dos riscos de banalização da dor ou distorção da natureza da atividade que explora, há conclusões inegáveis advindas dessa prática peculiar: se interpretado como reavivamento de memórias difíceis, o turismo mórbido não é recente; rende ativos financeiros para pessoas, grupos e até populações específicas; e tem em alguns cemitérios seus principais palcos efetivos ou potenciais de visitas.

O turismo mórbido é uma realidade que vem tendo seu destaque neste início de século, viajar com o intuito de conhecer um cemitério, não é um acontecimento raro no turismo passando a ser vivenciado gradativamente, embora possam existir empecilhos para a prática desta experiência. (SILVA, 2018, p.385).

No decorrer das discussões sobre as potencialidades de uso de espaços patrimoniais urbanos, na disciplina de Gestão de Sítios Históricos, ofertada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN e ministrada pelo Prof. Dr. José Clewton do Nascimento,

aventei sobre a possibilidade de explorar um roteiro de visita histórica em um espaço cemiterial como atividade avaliativa nesse componente curricular, ocasião em que o professor não apenas orientou-me nessa produção como também apontou exemplos de propostas similares efetivamente realizadas dentro e fora do Brasil.

Durante as orientações que antecederam a apresentação do meu trabalho na disciplina, o professor José Clewton destacou que, provavelmente, os dois exemplos mais famosos de exploração turística de cemitérios enquanto espaços de expressão cultural de suas respectivas cidades, na atualidade, estão em Buenos Aires e Paris. Mais especificamente nos cemitérios La Recoleta e Père Lachaise. Esses dois espaços cemiteriais refletem bem as pluralidades internas e as especificidades analógicas das sociedades portenha e parisiense, em cada caso específico.

O Cemitério La Recoleta, localizado no bairro de mesmo nome, em Buenos Aires, é marcado pelo luxo e pela monumentalidade arquitetônica que abriga grandes personalidades e representantes das elites econômica e política argentina ali inumadas. O cemitério, construído em 1822, é o repouso de cientistas, desportistas, ex-presidentes, artistas, vencedores de prêmio Nobel, oficiais militares etc. O imponente conjunto arquitetônico e o requintado acervo escultural que o compõe o referencia como um espaço aristocrático, um luxuoso museu a céu aberto cujo acervo legitima sua condição de roteiro histórico e patrimonial, inclusive, com a disponibilização oficial de guiamentos especializados, mapas locais e significativo investimento em publicidade nos bureaus turísticos da cidade.

Nesse espaço cemiterial evidencia-se o caráter elitista das famílias que lá possuem túmulos, jazigos e mausoléus, sendo estes objetos cemiteriais uma autêntica representação do poder aquisitivo e do caráter ostentador das linhas aristocráticas de diversos segmentos da sociedade argentina, ao ponto de túmulos de personagens aclamados pela fama, como Eva Perón, parecerem por demais simplistas perante a suntuosidade e os detalhes arquitetônicos dos mausoléus de alguns entes inumados ali cujos nomes não são referenciados, lembrados ou mesmo conhecidos diante do público nacional ou local. Alguns sepulcros são procurados mais pela excentricidade de seus detalhes arquitetônicos e artísticos do que pelas memórias de quem lhes inspirou os motivos das suas construções.



Figura 3: Vista superior parcial do Cemitério La Recoleta, localizado no bairro homônimo de Buenos Aires, Argentina. A suntuosidade e o perfil aristocrático das famílias que mantém jazigos e mausoléus no local o condicionaram como importante ponto turístico na cidade. **Foto:** Camille Panzera. Disponível em: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/ceimiterio-da-recoleta-86-1615-l.html>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

Definitivamente, O La Recoleta demonstra que o conceito de necrópole vai muito além da evidente função de inumar defuntos, sendo ele próprio um espaço de expressão aquisitiva e um projeto de identidade urbana e social, tal qual afirma Nogueira: “O lugar de repouso dos mortos modificou-se significativamente no decorrer dos tempos e, como resultado, os cemitérios assumiram um papel muito importante no imaginário visionário dos arquitetos, e consequentemente, nas paisagens citadinas”. (NOGUEIRA, 2013, p. 14).

O Cemitério Père Lachaise, por sua vez, apesar de ser igualmente uma referência como espaço de sepultamentos de grandes personalidades, tem um caráter mais democrático tanto em sua origem – haja vista que foi fundado em 1804 nos arredores (periferia) de Paris e considerado distante, na época, pela população mais abonada da cidade, para exercer sua função urbana de abrigar os corpos dos falecidos das diferentes regiões da cidade – quanto em relação ao público atendido, o qual é composto por todos os segmentos e classes da sociedade parisiense.

Após mais de dois séculos de existência foi inevitável que o crescimento demográfico e urbano de Paris e a sua própria necessidade de expandir-se para atender a demanda urbana de sepultamentos o trouxessem para o coração da cidade. Atualmente sua área é cerca de quatro vezes maior que a inicial e o seu espaço atual corresponde à maior área verde de Paris.

A significativa presença de árvores entre os túmulos do Cemitério Père Lachaise associada ao aspecto envelhecido – pelo tempo e pela neblina – dessas sepulturas formam uma paisagem bucólica e, diferente do Cemitério La Recoleta, gera uma impressão arquitetônica e artística menos regular nas linhas de seu conjunto, porém, não menos heterogênea ao considerar a pluralidade dos níveis econômicos das famílias nas concepções tumulares ali presentes.



Figura 4: Vista parcial do Cemitério Père Lachaise, Paris, França. O aspecto bucólico dessa necrópole é resultado do clima, da longevidade das construções, do perfil social e econômico diversificado dos inumados e das sepulturas do lugar. A pluralidade arquitetônica dos túmulos e a arborização notável expressam uma característica da própria urbe que o abriga. Além disso, o significativo número de celebridades inumadas nele o projetam como um importante ponto turístico e histórico parisiense. **Foto:** autor desconhecido. Disponível em: <https://maisdoqueumaviagem.blogspot.com/2011/02/paris-cemiterio-pere-lachaise>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

Alguns motivos arquitetônicos chegam a ser, por vezes, demasiadamente exóticos e grandiosos em alguns enquadramentos do lugar, enquanto em outros estão completamente ausentes. É possível distinguir, por exemplo, estilos góticos, neoclássicos, barrocos, dentre outros, nos mesmos espaços da necrópole. Assim como é comum observar concepções sacras, filosóficas, tradicionais, futuristas e personalizadas sobre jazigos bem próximos uns dos outros ao mesmo tempo em que alguns cenários são marcados pela uniformidade de tons na paisagem e pelas ausências de destaques em suas linhas de construção.

Essas necrópoles têm em comum a capacidade de reunir expressões das culturas e das pluralidades locais em diferentes contextos e conjunturas históricas. Os vestígios preservados nesses espaços cemiteriais potencializam interpretações e analogias entre diferentes realidades culturais de espaços distintos ou de um mesmo espaço em segmentos históricos díspares.

La Recoleta e Père Lachaise são demonstrações atualíssimas da capacidade e da importância dos espaços cemiteriais para a compreensão da história e da cultura das sociedades que os abriga e, ao mesmo tempo, refletem sobre a necessidade de preservação e de referência desses espaços como instrumentos de construção da memória e da identidade social nas urbes contemporâneas.

Nesse sentido, a morte sempre estabeleceu processos de espacialidade entre o homem e seu “espaço”. A espacialização da morte ocorrerá nos moldes de cada tempo no qual ela se encontra inserida. É por isso que os ambientes destinados aos enterros sofreram e ainda sofrem processos de espacialização, devido às relações sociais desenvolvidas neles e por eles. (SOUSA, 2018, p. 94).

A representatividade urbana e as dinâmicas de exploração dos espaços cemiteriais são potencialmente marcadas pelas formas como as sociedades e os poderes públicos locais tratam esses espaços. Porém, a percepção e a intenção de qualificar essas condições não se originam necessariamente das instâncias políticas ou das organizações comunitárias, nem da supostamente evidente natureza histórica, econômica e social que determinados cemitérios ostentam. Por isso, a importância de olhares sensíveis e de ações pautadas na organização de propostas de novas naturezas de concepções e usos para esses espaços, provenientes dos espaços acadêmicos ou mesmo de divulgações midiáticas.

No Brasil, já podemos considerar que há uma relevante produção acadêmica voltada à exploração de cemitérios enquanto objetos de produção histórica ou mesmo enquanto espaços de reflexões temáticas sobre a morte e as culturas sociais locais. Há, inclusive, uma associação dedicada aos estudos cemiteriais, a ABEC (Associação Brasileira de Estudos

Cemiteriais), fundada em 2004 e que tem como objetivo reunir pesquisadores de todo o país a cada dois anos para, num sentido transdisciplinar, divulgar e publicar suas pesquisas¹⁷ a respeito desses locais.

Além de trabalhos já referenciados aqui, como o de Uliana (2018) sobre o Cemitério Municipal de Maringá (PR) e o de Nogueira (2013) sobre o Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro (RJ), há, a nível regional, várias produções voltadas ao estudo de cemitérios e dos significados da morte presentes neles, tais quais as dissertações de Hipólito (2015) e Maeda (2017) que buscam, respectivamente, em cada caso, uma releitura dos significados contextuais de morte em uma determinada sociedade e uma reflexão sobre a adequação e a utilidade pedagógica da presença de crianças num determinado espaço cemiterial (Cemitério da Consolação).



Figura 5: Vista superior parcial do Cemitério São João Batista na capital fluminense. Por sua importância histórica e artística, esse cemitério é considerado uma atração turística, constando, inclusive, no roteiro cultural da cidade. Nogueira (2013) o explorou como objeto de sua dissertação de mestrado. **Imagem:** Autor desconhecido. Disponível em <https://cemiteriosaojoabatista.com.br/sobre/>. Acesso em 04 de nov. de 2021.

¹⁷ A associação foi criada durante o I Encontro sobre Cemitérios Brasileiros, realizado na PUC/SP, por pesquisadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Santa Catarina, conforme descrito por Araújo (2008, p. 20).

Em relação ao Cemitério do Alecrim, também já há algumas produções e propostas acadêmicas que o referencia como espaço histórico e patrimonial, mas tal acervo ainda é considerado escasso perante o potencial universo exploratório e temático que essa necrópole oferece. O artigo de Silva, por exemplo, contribui com uma proposta reflexiva e prática de utilização do espaço dessa necrópole a partir de um modelo alternativo, racional e sustentável de visitação turística.

Tal artigo apresenta, inclusive, viés de similaridades e sentidos comuns na concepção diversa que os patrimônios difíceis podem assumir enquanto categoria conceitual; haja vista que a proposta de visitação turística a um espaço cemiterial, como o autor explora na obra citada, não deixa de ser também um exercício de caráter pedagógico (como propomos explorar nesse trabalho) dessa atividade econômica. Independente do insucesso nas repercussões e influências que propostas como essa atingiram em seus objetivos práticos, é importante referenciá-las como iniciativas que inspiram novas propostas e perspectivas de concepção desse espaço cemiterial.

Sob uma perspectiva histórica, é importante registrar que, apesar de sua presença e funcionalidade urbana se efetivar há mais de um século e meio na capital potiguar, há uma relevância histórica e patrimonial mais destacada de sua existência no recorte temporal entre sua fundação (1856) e a ação, promovida pelo governo dos EUA, de retirada dos restos mortais dos soldados estadunidenses do local após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente no ano de 1947. Inclusive, os critérios historiográficos considerados para a seleção de todos os objetos sepulcrais abordados nessa dissertação se inserem nesse recorte cronológico.

3. CEMITÉRIO DO ALECRIM: DAS REJEIÇÕES ÀS REFERÊNCIAS

3.1. Repercussões de um cemitério na cidade

Inaugurado em 24 de novembro de 1856 por ordem do então presidente de Província Antônio Bernardo de Passos, o Cemitério do Alecrim mantém até os dias atuais a funcionalidade que lhe foi atribuída na capital potiguar. O historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo dedica o capítulo XXV da obra *História da Cidade do Natal* à narrativa detalhada sobre a necessidade da construção do primeiro cemitério público da cidade, à descrição de personagens públicos envolvidos na idealização e efetivação desse empreendimento urbano e à resistência popular em conceber o local como espaço apropriado para sepultamentos.

Cascudo relata a tradição, vigente à época, de sepultar os falecidos em igrejas (e no entorno delas, tal qual ocorria com famílias mais pobres, escravos e mortos por condenação à pena capital): “Natal não sabia o que era um cemitério. Enterrava-se o cadáver dentro das igrejas, ao redor delas ou do cruzeiro. A matriz de Nossa Senhora d’Apresentação ergue-se sobre uma base de ossadas humanas, sepultadas durante séculos”. (CASCUDO, 2010, p.321).

A historiadora Maria Elizia Borges descreve no site *Arte Funerária Brasil*¹⁸ que antes da construção do Cemitério do Alecrim havia um cemitério no bairro das Rocas, o qual seria considerado como o primeiro cemitério público da cidade, porém, devido à suposta condição assombrada do lugar, motivou-se a busca pela construção de um novo espaço público para os enterramentos. O novo espaço deveria ser distante da área residencial da cidade e a busca por ele em direção ao oeste teria culminado com o encontro e a escolha do atual espaço ocupado pelo Cemitério do Alecrim.

Até a data da última consulta nessa página virtual, não é apresentada nenhuma referência ou fonte documental que respalde a existência de um cemitério no bairro das Rocas¹⁹, também não consegui, até o momento, obter nenhuma outra fonte documental ou bibliográfica que avalizasse essa informação que, em tese, desconstruiria o pioneirismo do Cemitério do Alecrim enquanto sepulcrário público oficializado na cidade do Natal-RN.

¹⁸ BORGES, Maria Elizia. Cemitério do Alecrim. www.artefunerariabrasil.com.br/camiterio/cemiterio-do-alecrim/. Belo Horizonte-MG, c2002. Acesso em 24 de fev. de 2022.

¹⁹ A informação sobre a existência de um cemitério nas Rocas e de sua condição assombrada foi citada também pelo jornal *Potiguar Notícias*, em 2017. Provavelmente tendo o portal *Arte Funerária Brasil* como fonte. Cemitério do Alecrim remonta a história da cidade do Natal. **Potiguar Notícias**. Natal-RN, 02/11/2017. Disponível em: <https://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/36105/cemiterio-do-alecrim-remonta-historia-da-cidade-do-natal-saiba-mais-sobre-ele>. Acesso em 10 de mar. de 2022.

Cascudo, por sua vez, menciona o Cemitério dos Ingleses²⁰ como o único espaço oficial de enterramentos fora das igrejas que antecede a existência de uma necrópole pública na cidade. “Esse Cemitério dos Ingleses foi o primeiro e muito antes de 1855”. (CASCUDO, 2010, p. 323). Esse espaço de enterramentos foi criado no sentido de segregar os corpos dos estrangeiros protestantes dos espaços destinados à inumação do público católico local e, por isso, mesmo comprovando-se sua existência, o Cemitério do Alecrim mantém o *status* de primeiro espaço de enterramentos público e laico na cidade.

Independentemente da existência ou não de necrópoles externas aos templos católicos nas primeiras décadas do Século XIX ou das supostas motivações que as tornaram obsoletas na cidade, surgiu, na segunda metade daquele século, a necessidade de se discutir novos espaços de enterramentos para a população local. Haja vista que, mesmo diante de um cenário demográfico estagnado e provinciano²¹, nesse período histórico, a cidade enfrentava esporádicos surtos infecciosos (tais quais os de varíola, febre amarela e de cólera-morbo) que dizimavam vidas repentinamente e muito além da média de falecimentos do cotidiano pacato e estático da Natal oitocentista.

Esses aumentos intempestivos do número de sepultamentos, aliados à precariedade da prática, fazia das igrejas focos de maus cheiros, miasmas e, provavelmente, de proliferação de novos contágios, já que elas constituíam alguns dos pouquíssimos espaços de aglomerações existentes à época na cidade.

Diante desse quadro insalubre, a ordem de construção do cemitério – através da Resolução 323, de 2 de agosto de 1855 – urgiu como necessidade quase profética do poder público local de se criar espaço adequado às ocasiões de grandes demandas de sepultamentos na capital potiguar, considerando-se, nesse sentido, que o ano seguinte à referida ordem ficou conhecido como “o ano da cólera na Província”. (CASCUDO, 2010. p.327).

²⁰ Trata-se de um cemitério situado na margem oposta do Rio Potengi (numa localidade conhecida como Gamboa do Manibu, próximo a atual praia da Redinha), destinado ao sepultamento de estrangeiros residentes ou não na cidade que, por não professarem a fé católica, não podiam ser sepultados nas igrejas da cidade ou em seus entornos. Segundo Cascudo, no século XIX, Natal era morada de diversos trabalhadores estrangeiros porque abrigava firmas, armazéns e depósitos de companhias inglesas e suíças, além de ser o destino também de marinheiros enfermos ou falecidos em navios que atracavam no porto local. (CASCUDO, 2010, p. 322-323).

²¹ Na obra *Lendas do Brasil*, Gumercindo Saraiva cita que a população de Natal se resumia a 6.454 habitantes quando foi decretada a ordem de construção do cemitério em 1855. (SARAIVA, 1984, p. 39). Em 1859, esse número diminuiu. Cascudo transparece que o baixo povoamento e o viés conservador da sociedade natalense davam-lhe características de província mesmo após a instituição do federalismo republicano e do alvorecer do Século XX. (CASCUDO, 2010, p. 108).

Uma vez erguido como aparelho público na dinâmica estrutural da cidade, o Cemitério de Natal – como ficou conhecido inicialmente – nos traduz concreto exemplo de como um consagrado lugar de memória na urbe assume outras naturezas de percepções e de concepções a depender da conjuntura que o imaginário social e a mentalidade histórica local assumem nesses espaços. Ora, embora idealizado inicialmente para atender uma demanda social da cidade, não se pode afirmar exatamente, na época, que o cemitério fazia parte de sua circunscrição urbana, nem da convivência da sociedade natalense, com esse projeto do poder público local.

Natal tinha sua área urbana limitada entre os atuais bairros da Ribeira e da Cidade Alta, sendo a atual localidade do cemitério conhecida à época como Rifoletos²² (ou Refolis): uma área de sítios, casebres isolados, descampados e vegetações nativas. Dentre os exemplares dessa flora, segundo a descrição de Cascudo, destacavam-se os muitos pés de alecrim que eram utilizados para compor os jardins frontais de algumas residências ou, após a construção do cemitério, para decorar os pequenos ataúdes dos primeiros anjos²³ sepultados por lá. Há controversas²⁴...

O que há de consenso entre os historiadores locais é a narrativa sobre a considerável distância que o cemitério mantinha das áreas centrais e mais povoadas da cidade, fato esse que motivou o então presidente da província, Antônio Bernardo de Passos, a encomendar um automóvel no Recife (PE) com o objetivo exclusivo de trasladar os féretros provenientes dos dois bairros centrais da cidade (Ribeira e Cidade Alta) até o espaço de seus repousos eternos naquele que foi considerado oficialmente como primeiro cemitério público de Natal. Cascudo

²² Segundo o blog Natal das Antigas, O nome Rifoletos provém do marinheiro francês Jacques Riffault que fundou nas margens do rio Potengi, na altura do atual bairro do Alecrim, um porto e uma pequena vila que já ameaçava se tornar uma fortaleza francesa (Riffault viria a ser um dos fundadores da cidade de São Luís, no Maranhão, mais tarde). Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/refolis-o-porto-frances>. Acesso em 23 de fev. 2022.

²³ O termo *anjo* ou *anjinho* é tradicionalmente atribuído às crianças falecidas em tenra idade ou na condição de pagãs (não batizadas na fé católica). Segundo artigo de Gawryszewski (2016), o termo era atribuído aos infantes mortos até os sete anos, depois disso já tinham noção de “malícia” e “pecado”, ou, em alguns contextos históricos e sociais na colônia, a denominação estendia-se a toda a infância e até às adolescentes virgens. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5524/552459227003/html/>. Acesso em 22 de fev. 2022.

²⁴ O Prof. Dr. Lenin Campos Soares cita denúncia de Reinaldo Lourival (Jornal A Ordem, 1948) acusando o negro e ex-escravo Manoel Peregrino de promover festas barulhentas e promíscuas para convidados de reputações duvidosas, em sua residência localizada no Alto da Santa Cruz (localidade presente no atual bairro do Alecrim) e que durante tais *batuques* a casa era aromatizada com alecrim. A erva, provavelmente, era misturada ao fumo consumido pelos presentes. Segundo Soares, tal relato documentado em arquivo de veículo jornalístico, desconhecido ou minimizado por pesquisadores contemporâneos, poderia igualmente explicar a denominação da localidade a partir da referência aromática da erva denunciada pela vizinhança local. Disponível em <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/origem-do-nome-alecrim>. Acesso em 26 de nov. de 2021.

relata, inclusive, a ocorrência de cortejos que embarcavam na estação ferroviária da Ribeira e seguiam de trem até a estação do Oitizeiro (situada na localidade conhecida atualmente como Passo da Pátria) de onde seguiam a pé (e a braços nas alças do ataúde) até a cidade dos mortos.

Destaca-se, porém, que, numa cidade historicamente marcada por desigualdades sociais e elevados níveis de pobreza e de mortalidade (sobretudo, a infantil), a condução dos mortos através de veículos tracionados a motor era privilégio de uma minoria abastada na cidade, já que a maioria dos cortejos que ali chegava era conduzida através de longas caminhadas e de revezamento entre os carregadores dos ataúdes. Prática essa regularmente observada na cidade até o início da década de 1970.



Figura 6: Cortejo fúnebre do Sr. José Nunes da Silva em direção ao Cemitério do Alecrim, em meados dos anos 1960. Na imagem, observa-se a comum prática de transladar os ataúdes a pé e sob o revezamento de carregadores para suprir longos trajetos até a referida necrópole. **Foto:** Autor desconhecido. Acervo pessoal de Dona Antônia da Silva Carneiro.

Não era apenas a distância que provocava a resistência popular em considerar o Cemitério do Alecrim como espaço apropriado para os sepultamentos no contexto de sua inauguração e primeiros anos de funcionalidade. A tradicional crença de que os solos sagrados das igrejas eram condição única de salvação das almas ao abrigar, como último

destino, os corpos dos falecidos, provocava a recusa da mentalidade social vigente em aceitar a função primordial de um cemitério diante da morte de entes queridos; provocava possivelmente também ásperas divergências entre alguns representantes mais dogmáticos da Igreja Católica e o poder público local.

É importante destacar que tratamos aqui de um momento histórico de fortalecimento de adesões às novas ideias higienistas provenientes da Europa e de outros centros urbanos considerados mais desenvolvidos no país, tal como citado por Tavares: “Seguindo a ideia dos miasmas como propagadores das doenças e das moléstias, as medidas higienistas foram tomadas como remédio, o que causou um afastamento do espaço destinado aos mortos para longe dos territórios das cidades”. (TAVARES, 2021, p. 65).

A solução para o impasse, muitas vezes, eram os sepultamentos realizados o mais próximo possível da capelinha existente no interior do cemitério. É possível afirmar, portanto, que a primeira área valorizada do lugar foi o entorno da capela localizada, até então, próxima ao fundo do cemitério e projetada como parte integrante da obra assumida pelo mestre Manuel da Costa Reis:

A 8 de fevereiro de 1856, no Palácio do Governo da rua da Cruz, lavrava-se contrato com o mestre Manuel da Costa Reis. O mestre se obrigou “a construir um cemitério na explanada que fica no caminho das Quintas, junto a bifurcação da estrada de Pitimbu. (CASCUDO, 2010. p.323).

É difícil mensurar o nível e as consequências da rejeição popular à ideia inicial da construção de um espaço de enterramentos alheio aos solos sagrados dos templos católicos e à escolha do lugar destinado a esse empreendimento; é sugestivo afirmar, porém, que os ares e as influências ideológicas que moldaram o vindouro Século XX e suas novas propostas urbanísticas inspiradas, sobretudo, na influência que a capital pernambucana exercia sobre Natal, sepultaram de vez a tradição de atribuir aos espaços das igrejas (solos, paredes, átrios, entornos etc.) a função adicional de “morada eterna” dos fiéis.

Permaneceram na cidade, no entanto, as dificuldades logísticas de acesso ao cemitério público e as ocorrências de surtos epidêmicos que já a assolavam de tempos em tempos.

Nesse sentido, nas primeiras décadas do Século XX, as epidemias continuaram provocando episódios de elevados índices de mortalidade na estratificada sociedade natalense, no entanto, há quem denuncie que nessas ocasiões elas “apenas” agravavam o quadro de calamidade da população mais vulnerável, haja vista que alguns dos fatores mais regulares de mortalidade na cidade eram provocados por situações bem mais presentes no cotidiano dos

moradores mais pobres das periferias e mesmo das áreas mais centrais e urbanizadas do município: a fome e o abandono assistencial do poder público.

Não é possível imaginar a situação dos doentes pobres antes do Século XIX. Nas epidemias de varíola que passavam como rajada de morte deviam sucumbir às dezenas, ignorados nos ranchos de palha perdidos pelos morros, morrendo de fome, de abandono muito mais do que pela moléstia. (CASCUDO, 2010, p. 327).

As distinções econômicas e sociais não se evidenciavam apenas nas relações de vida na cidade, elas podiam ser observadas até na dimensão da morte. Saraiva lembra que após a chegada dos bondes elétricos em Natal e da sistematização das linhas e trajetos para suprir as necessidades de transporte entre os bairros da cidade, por volta de 1913, um desses veículos assumiu a função de transportar os ataúdes e alguns acompanhantes nos cortejos fúnebres que seguiam em direção ao Cemitério do Alecrim. Inicialmente, o bonde atendia apenas pessoas pertencentes às famílias mais abonadas na cidade, pois podiam pagar pelo serviço. (SARAIVA, 1984, p. 39).

A descrição dessa condição ilustrava, em pleno Século XX, a estratificação social que delineou a paisagem urbana de Natal em todo o seu curso histórico. Aspecto esse refletido também no próprio interior do cemitério ao considerarmos as assimetrias, os contrastes financeiros das famílias que o utilizavam e as desproporções estruturais, artísticas e arquitetônicas entre os túmulos que se ergueram de forma destacada ou discreta em seus espaços.

O referido bonde condutor de cortejos ficou conhecido a época pela alcunha de *rapa coco* e, segundo Saraiva, mesmo tendo seus serviços estendidos, anos depois, às pessoas oriundas de famílias mais humildes; teve um fim tão dramático quanto a sua função social na urbe: foi incendiado durante uma revolta popular²⁵ motivada pelo precário atendimento prestado à sociedade. (SARAIVA, 1984, p. 39).

O *rapa coco* se foi, provavelmente em meados da década de 1930, mas, nesse mesmo período, o Cemitério do Alecrim já estava consolidado como lugar de referência para uma das direções da expansão urbana de Natal, para a dinamização demográfica e comercial de seu próprio entorno – o cemitério junto ao Hospital dos alienados, foi um marco do povoamento

²⁵ No site oficial da Prefeitura Municipal de Natal, o historiador Guto de Castro narra que houve o incêndio de dois bondes na cidade durante a intentona Comunista de 1935. Apesar das alegações divergentes sobre a motivação dos incêndios, é possível que Castro e Saraiva estejam se referindo ao mesmo episódio envolvendo esses veículos que compunham o sistema de transporte urbano da capital nas primeiras décadas do Século XX. Disponível em <https://www2.natal.rn.gov.br/sttu2/paginas/ctd-696.html>. Acesso em 04 de dez. de 2021.

do bairro do Alecrim – e para a construção de um imaginário social que permeava lendas urbanas, crenças e expressões de religiosidade nesse novo cenário citadino.

É nessa perspectiva, inclusive, que o escritor potiguar Gumerindo Saraiva vai abordar dois capítulos relacionados ao Cemitério do Alecrim na obra *Lendas do Brasil* (1984): “A cruz do oitizeiro” e “Alma do Cemitério do Alecrim assombrando vendedores de pães em plena madrugada”. A primeira situação refere-se ao cruzeiro presente na antiga estação do oitizeiro como ato de piedade cristã pela morte de um homem atropelado na via férrea. O desafortunado trabalhava na construção do cemitério e foi atingido por uma locomotiva enquanto caminhava em busca de água para a obra no Porto do Oitizeiro. O trágico evento rendeu relatos sobre supostas aparições da alma do trabalhador no local do acidente onde a cruz foi posteriormente chantada.

No segundo caso, em tom mais jocoso do que assustador, Saraiva narra situações em que vendedores foram abordados por pessoas vivas e por supostos espíritos no muro do cemitério a partir da década de 1930. Tais eventos motivaram, inclusive, algumas pessoas a ofertarem pães sobre o muro daquele sepulcrário como ato de piedade aos “espíritos famintos” que se manifestavam ali altas horas da noite perguntando as horas a quem passava e questionando o que vendedores de alimentos transportavam em seus balaies enquanto transitavam pela calçada do cemitério. A respeito dessas narrativas exóticas locais, relatou Saraiva: “Sobre a vida de um cemitério sempre existem estórias fantásticas. Conhecemos muitas narrações imaginosas relativas ao campo santo, hoje em pleno coração da cidade”. (SARAIVA, 1984. p.39).

Certamente outros relatos fantásticos envolvendo aquele espaço relacionado à morte, crenças e medos povoaram o imaginário popular de uma gente que permanecia pacata e devotada ao cristianismo nas primeiras décadas do Século XX. Surgiu, por exemplo, após o sepultamento de João Câmara naquele campo santo, em 1948, a lenda urbana que narrava que a estátua de Hermes²⁶ (divindade helênica), presente em seu túmulo, vagava pelas principais vias do cemitério como uma espécie de guardião das outras sepulturas.

²⁶ A referida estátua foi furtada do cemitério na madrugada do dia 20 de fevereiro de 2022, em período que compreendia a pesquisa e produção do presente trabalho dissertativo. Realizei o último registro fotográfico do monumento em 15 de novembro de 2021, durante a III Caminhada da Memória Religiosa da Cidade do Natal, ocasião em que é possível observar que a sepultura já havia sido alvo de vandalismo e roubo ao ter uma de suas colunas destruídas e o seu capitólio furtado. Disponível em <https://www.saibamais.jor.br/estatua-de-bronze-e-capitolio-do-mausoleu-de-joao-camara-sao-furtados-do-cemiterio-do-alecrim-em-natal/>. Acesso em 02 de mar. de 2022.



Figura 7: Estátua de Hermes sobre o túmulo de João Severiano da Câmara. A escultura e o fardo de algodão sobre o qual ela está sentada foram confeccionados em bronze. Os artefatos foram furtados na madrugada de 20 de fevereiro de 2022. Nesse registro é possível verificar que um dos capitólios (também confeccionados em bronze) que ostentam a parte superior das colunas já havia sido furtado e a coluna que lhe servia de suporte já havia sido destruída. **Foto:** Bartolomeu Carneiro. **Edição:** Irene van den Berg.

Alguns comentaristas mais analíticos (e sóbrios) veem nessa narrativa fantasiosa a tentativa de atribuir uma nuance entre “paganismo” e “maldição” àqueles que violaram a condição cristã do lugar prestando homenagem a uma entidade pagã naquele túmulo. É provável que os disseminadores dessa lenda urbana estivessem amparados por uma mentalidade dogmática demais para compreender que o mensageiro dos deuses helenos é concebido (de forma não religiosa) como patrono do comércio em toda a sociedade ocidental e que essa atividade econômica fora, ao lado da política e da cultura algodoeira, uma das paixões, em vida, do homem inumado naquela campa. No comércio fez fortuna, projetou-se para a política e obteve reconhecimento em vida.

3.2. Reflexos da uma cidade no cemitério

A expansão urbana e demográfica de Natal no Século XX para além da Santa Cruz da Bica (um dos marcos limítrofes da cidade no século anterior), atravessando o canal do Baldo em direção às localidades do Carrasco, das Quintas e de Peixe Boi (atual bairro de Felipe Camarão) trouxe o Cemitério do Alecrim para o coração da cidade e pra identidade urbana local, tornando o espaço não apenas consolidado em sua função secular, como também condicionando-o como lugar de memória na geografia da cidade.

O crescimento da cidade e a inserção do cemitério nessa dinâmica geográfica exigiram, inclusive, a ampliação e a reforma do sepulcrário ao custo de desapropriações em seu entorno e de mudanças estruturais nas configurações de seus espaços e acessos internos. Cascudo (2010) cita que o prefeito Gentil Ferreira de Melo conduziu uma grande reforma no local em 1941, inclusive, reconstruindo a capela que, com a expansão da área local, deixou de ter o fundo do cemitério como referência e passou a ter uma condição mais central na localidade, enquanto isso, a natureza nobre do seu entorno já havia sido superada, ou pelo menos igualada, pela suntuosidade valorativa de seu portão de entrada principal e pela pompa arquitetônica dos túmulos que lhe enaltece até hoje a via interna que parte desse acesso principal.

O Século XX trouxe indiscutivelmente uma vastidão de ocorrências históricas e de impactos sociais na capital norte-rio-grandense, algumas dessas ocorrências foram marcadas por repercussões nacionais ou até mesmo globais. As representações artísticas, os símbolos religiosos, os registros nos epitáfios, as expressões arquitetônicas e artísticas presentes no Cemitério do Alecrim fazem do lugar não apenas testemunha, mas extensão museológica da história e da diversidade humana atuante na cidade do Natal (RN) desde o final do Século XIX.

É possível explorar expressões e referências a diversos eventos, personagens e temáticas históricas relacionadas à cidade, tais quais: O movimento republicano e abolicionista; a Revolução Comunista de 1935; a II Guerra Mundial; a presença e atuação da comunidade judaica; aspectos da religiosidade popular, da maçonaria, da economia e da atuação sindical local. Tal diversidade referencial faz do cemitério do Alecrim um museu a céu aberto, um conjunto de espaços de memórias num mesmo lugar da memória urbana de capital potiguar.



Figura 8: Vista aérea do Cemitério de Natal, atualmente conhecido como Cemitério do Alecrim, já reformado e ampliado. Provavelmente registrada a partir do campanário da Igreja de São Pedro no início dos anos 1950. **Foto:** Natal Studio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/11/ceimiterio-do-alecrim-remonta-historia-de-natal.html>. Acesso em 02 de fev. 2022.

Posicionar o cemitério nessa perspectiva de concepção e oportunizar a exploração de seu espaço enquanto fonte histórica é promover na prática uma valorização inequívoca de sua condição patrimonial. “O cemitério é uma instituição cultural da sociedade ocidental. A preservação do seu patrimônio é uma das formas de legitimá-lo, assim como as atividades artísticas e culturais realizadas in loco²⁷”. (BORGES, 2019).

É evidente, porém, que essa condição patrimonial não se efetivou de modo repentino, principalmente por se tratar de um aparelho público que surgiu marcado pelas visões de distanciamento, aversão e profanação na mentalidade social da Natal do Século XIX. Podemos concluir, dessa forma, que a própria dinâmica de desenvolvimento urbano e de ocorrências históricas locais ressignificaram sua função e importância pública na cidade.

O cemitério passou tanto tempo rejeitado como destino adequado aos sepultamentos que adentrou o Século XX sob a alcunha de “Sítio de Seu Candinho”. (CASCUDO, 2010, p.326). Denominação motivada pelos reconhecidos cuidados com o local promovidos por um de seus mais longevos administradores, Cândido José de Melo, falecido em 1908. Mas,

²⁷ BORGES, Maria Elízia. Arte Funerária, c2019. Disponível em: www.artefunerariabrasil.com.br. Acesso em 02 de mar. de 2022.

provavelmente, motivada também pela presença de áreas ainda desprovidas de enterramentos, além da arborização do espaço até as primeiras décadas do Século XX.

Por outro lado, vale salientar que desde meados da década de 1980 o Cemitério do Alecrim não dispõe mais de espaço para se expandir em seu entorno, nem para a construção de novos túmulos em seu interior.

Localizado à rua Fonseca e Silva, no bairro do Alecrim, com 200 m² (sic)²⁸ de área, estando atualmente completamente lotado, desde os meados dos anos 80 do século XX, fazendo-se sepultamentos apenas de corpos, cujos donos ou seus familiares tenham, no passado, adquirido o terreno. (CABRAL, 2006, p. 42).

É bem verdade que a condição de superlotação já atinge há algum tempo todos os oito cemitérios públicos²⁹ existentes na capital potiguar. O que se deve destacar em meio a essa informação é que os demais sepulcrários do município foram surgindo posteriormente, ao longo da segunda década do Século XX, exatamente para suprir a demanda gerada pelo crescimento urbano e que já não poderia ser suprida por aquele que foi considerado o primeiro e, por mais de um século, o único cemitério público de Natal, o Cemitério do Alecrim.

Sua condição pública revela características além dos princípios políticos de acessibilidade e transparência. Reflete a diversidade econômica, religiosa, conceitual e política da sociedade natalense. De expressões oligárquicas a ações sindicais, da predominância cristã a espaços semitas e referências à mitologia grega. O Cemitério do Alecrim tornou-se gradativamente um catálogo das pluralidades e das desigualdades tão inerentes aos centros urbanos brasileiros.

Desse modo, o reflexo das diferenças econômicas e sociais na cidade não se limitava, por exemplo, apenas ao modo como os falecidos chegavam ao cemitério. O contraste entre a suntuosidade de alguns jazigos em detrimento da precariedade de outros é até hoje evidente. As famílias mais tradicionais construíram túmulos e mausoléus que exibiam desde artefatos e obras de artes esculpidas na Europa a epitáfios anunciando detalhados títulos acadêmicos, patentes militares, cargos políticos, dentre outras virtudes dos falecidos. Por outro lado, era muito comum observar a piedosa prática, exercida por algumas pessoas religiosas, de orar

²⁸ A referência de área de 200 m² citada por Cabral é provavelmente erro de digitação ou de edição presente da obra. O cemitério possui 18 quadras, 11 ruas e mais de 6.300 túmulos, componentes espaciais que exigem uma área de dimensão muito superior à descrita na referida citação.

²⁹ A prefeitura municipal de Natal-RN administra oito cemitérios distribuídos pelas quatro regiões da cidade: Na zona norte: os cemitérios de Igapó, de Pajuçara e da Redinha. Na zona Sul: o cemitério de Ponta Negra. Na zona leste: os cemitérios do Alecrim e de Nova Descoberta. E na zona oeste, os cemitérios do Bom Pastor I e Bom Pastor II.

pela alma dos esquecidos diante de covas simplórias, destruídas pelo tempo e abandonadas por parentes naquele mesmo espaço de sepultamentos.

Evidencia-se, assim, no primeiro caso, uma monumentalização do sepulcro como representação patrimonial da família, classe ou grupo social do qual o falecido proveio: “O patrimônio é, então, apresentado como uma categoria de classificação de objetos, com importante função mediadora de ideias, valores e identidades de grupos e categorias sociais, capaz de organizar a percepção que essas pessoas têm de si mesmos e do mundo”. (CARVALHO, 2014. p.2).

É possível, inclusive, fazer uma analogia entre os espaços da cidade e do cemitério ao contrapormos algumas categorias genéricas de concepção do espaço, tais quais: áreas centrais em detrimento de periferias, espaços nobres em oposição a espaços desvalorizados, ou ainda, áreas com logísticas e referências privilegiadas diante de áreas de difícil acesso ou de localização comprometida pela desorganização distributiva de unidades habitacionais (no caso da cidade) ou de sepulturas (no caso do cemitério). No passado, alguns túmulos foram literalmente “perdidos” por famílias pobres por falta de referência em meio à expansão desordenada do cemitério na segunda metade do século XX; enquanto outros túmulos, de famílias mais abonadas e tradicionais, tornaram-se eles mesmos às referências no cemitério.

Tais quais os critérios de valorização atribuídos ao mapeamento imobiliário na cidade, há uma evidente classificação estratificada refletida na distribuição dos espaços da necrópole. Os jazigos mais opulentos, geralmente, estão distribuídos próximos ao portão principal, nas vias centrais, nas áreas mais altivas (o cemitério tem o relevo em declive no sentido portão principal – fundo) e no entorno da capela. Nesses espaços, por sinal, facilmente se encontram inscritos nas lápides e epitáfios, alguns sobrenomes de personagens e de famílias que obtiveram reconhecimento em alguma natureza de protagonismo histórico na cidade. É o caso, por exemplo, dos túmulos do Padre João Maria, Pedro Velho, João Câmara, Januário Cicco, Câmara Cascudo e Juvino Barreto.

Essa dinâmica também pode ser observada em algumas referências institucionais presentes na sociedade natalense, a exemplo, o mausoléu da maçonaria, como representação de um segmento de classe elitista em sua origem local: é marcado pela opulência excêntrica, pela boa qualidade do material que o estrutura e que lhe rende acabamento em mármore, além da localização centralizada no cemitério. Em contrapartida, os jazigos coletivos da Liga Artística Operária Norte-rio-grandense e do sindicato dos estivadores de Natal, enquanto

representações assistencialistas dos trabalhadores e/ou artistas populares locais, estão localizados em regiões mais periféricas do cemitério e são caracterizados pela simplicidade de suas estruturas arquitetônica e de materiais usados em suas construções.

Além dos aspectos propositivos de personagens, instituições e movimentos citadinos evidenciados nos espaços do cemitério, há também consideráveis reflexos das mudanças sociais da urbe que são impactadas em detalhes insalubres do cotidiano da necrópole. O aumento da violência e da criminalidade urbana, por exemplo, denota esse modelo de relação entre a cidade dos vivos e a cidade dos mortos. Haja vista que ao longo dos anos a altura dos muros do cemitério precisou ser ampliada a cada reforma, enquanto os horários abertos à visita e a logística de acesso ao interior do cemitério sofreram consideráveis mudanças.

Tais adequações são justificadas, pela administração local, como necessárias diante do flagrante aumento da presença de pessoas que adentram o cemitério violando os acessos regulamentados, os propósitos e os horários permitidos de visita, gerando, portanto, riscos de assaltos, utilização do espaço para o consumo de drogas e outras ordens de delitos passíveis de vitimar os visitantes ou mesmo o próprio prédio da administração no local.

Esse caráter de interiorização da delinquência da metrópole para a necrópole fica também evidenciado nas marcas da ausência de antigos acessórios que adornavam os túmulos do lugar e que sucumbiram aos furtos. Objetos como efígies, bustos, argolas, crucifixos de bronze ou mesmo de materiais menos nobres ou comerciáveis sumiram dos túmulos. Ademais, são constantes os episódios de vandalismo praticados contra os sepulcros e seus ornamentos tais: vasos de louças, imagens sacras, fotos de porcelana, placas metálicas e estruturas de mármore.

Essa condição deplorável de risco aos visitantes e depredação de túmulos também ocorre em outros cemitérios públicos da cidade, mas assume contornos ainda mais dramáticos no sepulcrário do Alecrim pelo fato de se tratar de um espaço tombado como patrimônio histórico e cultural da cidade pelo poder público municipal.

Após o lamentável episódio do furto da estátua de Hermes no túmulo de João Câmara, a mídia local enfatizou a condição de abandono do lugar. Alegação essa, presente até mesmo nas narrativas dos agentes públicos entrevistados na ocasião (o secretário de serviços urbanos de Natal e o administrador do cemitério). O local, até o momento, não dispõe de vigilância noturna, nem de câmeras de monitoramento, nem de rondas regulares da guarda municipal em seu interior ou entorno.

Chama-nos a atenção, nesse caso específico, a condição negligente de concepção e tratamento que o poder público local assume em relação ao patrimônio histórico e cultural da cidade. Esse aspecto disfórico certamente contribui para a dificuldade, percebida em nossos alunos e no público médio da cidade, de identificar, reconhecer, interpretar ou valorizar o conceito de patrimônio histórico local.

No caso específico do Cemitério do Alecrim, duas situações em relação à sua natureza de patrimonialização são destacadas: a demora no reconhecimento dessa condição – haja vista que ela só se deu após mais de um século e meio da sua fundação – e a ausência de políticas públicas destinadas à sua proteção patrimonial.

Apesar de ser o único sepulcrário municipal tombado como patrimônio histórico e cultural de Natal, ele recebe o mesmo tratamento administrativo (deficitário) do poder público local e compartilha dos mesmos problemas estruturais e funcionais dos demais cemitérios públicos da cidade.

Apesar do descaso administrativo e da demora no reconhecimento oficial da sua importância histórica, a concepção patrimonial do Cemitério do Alecrim emanou do reconhecimento prático de sua relação sócio-histórica com os perfis humanos e o desenvolvimento urbano da cidade; tornando-o, gradativamente, um objeto de referência para os enterramentos e para o compartilhamento de memórias e de representações sociais passíveis de serem reformuladas tanto nas concepções de seus significados presentes quanto nas percepções do seu passado.

O patrimônio é, então, apresentado como uma categoria de classificação de objetos, com importante função mediadora de ideias, valores e identidades de grupos e categorias sociais, capaz de organizar a percepção que essas pessoas têm de si mesmos e do mundo. (CARVALHO, 2014. p.2).

Diante, porém, dessa atual condição patrimonial, o Cemitério do Alecrim enfrenta o desafio de ser reconhecido pela espontaneidade das memórias locais e pelo compromisso do poder público com essa importante dimensão social. Sua relevância histórica e identitária é incontestavelmente indissociável dos cenários e da trajetória moderna da urbe natalense: de lugar periférico, tornou-se referência central; eleito espaço profano pelos vivos do Século XIX, adentrou o Século XX como a morada sagrada dos seus mortos.

A necrópole moldou-se às permanências e transformações da cidade. Absorveu elementos das culturas, das religiosidades, das tradições políticas (oligárquicas e populares) e de perfis humanos que povoaram a capital potiguar em diferentes épocas e contextos desde a

sua fundação. Com a expansão urbana, precisou igualmente ser ampliado e, tal qual a cidade em processo de conurbação³⁰, não tem mais como expandir-se geograficamente. Porém, suas dimensões material e imaterial atrelada às memórias afetivas e representações sociais de tantas gerações, de tantos cenários e de tantos atores históricos, não lhes permite ser concebido apenas como a “morada dos mortos”, mas, sobretudo, como reflexo nítido da história viva de Natal-RN.

3.3. Chãos de escolas: espaços de olhares plurais sobre Cemitério do Alecrim

O termo “chão de escola” foi citado constantemente nos discursos de professores e colegas mestrandos no transcorrer das aulas do ProfHistória da UFRN, no ano de 2020, sobretudo nas discussões da disciplina de História do Ensino de História, ministrada pelo Prof. Dr. Magno de Jesus dos Santos, onde nos foi concedida a oportunidade compartilhar reflexões sobre nossas experiências de sala de aula tanto nas atuais condições docentes quanto em nosso histórico discente.

No meu caso, em particular, apesar de atuar como docente há mais de duas décadas em escolas públicas e já ter atuado por 12 anos em escolas privadas, confesso que essa usual referência a respeito do espaço escolar me provocou algumas inquietações e questionamentos sobre os sentidos de suas aplicações, sobretudo, quando tentei explorar, através da pesquisa, as concepções de meus discentes de diferentes escolas a respeito do Cemitério do Alecrim.

Concluí inicialmente que o termo apresentava-se adequado quando atribuído a um contexto de tratamento das especificidades de situações que compõem uma determinada unidade escolar em discussão; porém, a sua aplicação para mencionar uma condição escolar mais genérica – pública ou privada, urbana ou rural, tradicional ou construtivista, por exemplo – o fragilizava, tornando-o uma referência quase determinista; exatamente por desconsiderar as peculiaridades e as variantes que compõem a diversidade desses espaços de ensino-aprendizagem em suas dimensões estruturais, funcionais, administrativas e humanas.

Em minha prática docente cheguei a cogitar que os meus alunos, mesmo em diferentes escolas, portassem perfis humanos similares e até as mesmas perspectivas de compreensão e de interesse a respeito dos temas históricos que lhes apresentava. Isso, pelo fato de eu trabalhar há cerca de uma década apenas em escolas públicas na aparentemente equalizada condição de serem todas elas localizadas em bairros ditos periféricos do mesmo município

³⁰ **Conurbação** é a união de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento geográfico. Fonte: *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1998. p. 1601. v. 7.

(Natal-RN) e no mesmo nível de ensino (Médio). Mostrou-se evidente, porém, a partir da sondagem que apliquei nessas unidades de ensino, que a caracterização de cada público atuante nesses específicos “chãos de escola” era determinada muito mais pelas peculiaridades e variabilidades inerentes a cada um desses espaços escolares do que pelos elementos de similaridades que os agrupavam em meu julgamento preliminar.

Aspectos específicos e variáveis como faixa-etária, turno e modalidade de ensino foram muito mais determinantes para definir o envolvimento dos alunos na pesquisa, por exemplo, do que o fato deles compartilharem o mesmo nível de ensino ou as diferentes ofertas de condições de aprendizagens praticadas nessas escolas.

Os alunos da Escola Estadual Varela Barca, localizada no bairro Potengi, na zona norte de Natal, por exemplo, destacaram-se na participação quantitativa da sondagem. As turmas em que leciono nessa escola, no turno matutino, foram responsáveis por quase metade (48%) das respostas obtidas no levantamento a respeito do conhecimento sobre o Cemitério do Alecrim.

Em qual escola você estuda?

250 respostas

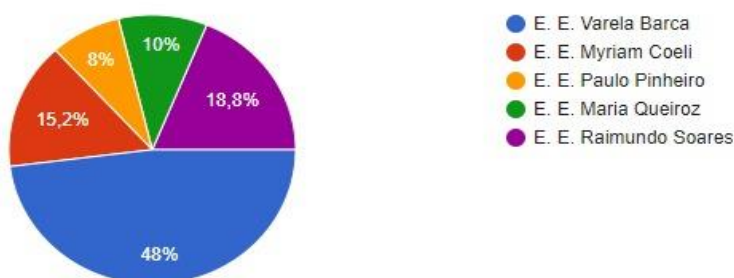


Figura 9: Gráfico circular ilustrando a proporção de alunos, por escola, que responderam à sondagem sobre o Cemitério do Alecrim.

O Varela Barca é uma escola que funciona com vários problemas estruturais até a presente data. Inaugurada em 1983, a escola nunca passou por uma reforma relevante de fato para sua boa manutenção. Há várias infiltrações e problemas elétricos nessa escola. As salas de aula têm consideráveis déficits de climatização (os equipamentos de refrigeração e ventilação não funcionam adequadamente) e os espaços de apoio à aprendizagem estão praticamente inoperantes, tais quais: a biblioteca, o laboratório de informática e a sala de

vídeo. Apesar dessas dificuldades, a escola conta com um corpo administrativo, pedagógico e docente que observo como muito atuante e exibiu os menores índices de evasão escolar e os melhores índices de aprovação de alunos para o ensino superior dentre as cinco escolas em que eu atuava no momento da pesquisa.

O corpo discente da escola Varela Barca compõe, ao lado do da Escola Estadual Myriam Coeli³¹, o segmento de alunos com as menores idades para os quais leciono na atualidade. Sua destacada participação na pesquisa determinou o considerável aporte de estudantes que atuaram nessa faixa etária (14 a 17 anos) nas repostas do questionário: 63,6% dos participantes, em um universo amostral de 250 respostas.

Na escola Myriam Coeli, leciono no turno vespertino e – apesar das similaridades no perfil etário e na quantidade de turmas participantes na aplicação do questionário quando comparado à escola Varela Barca – não houve envolvimento tão significativo dos alunos com a intervenção proposta quanto ao que ocorreu no Varela Barca.

Sua idade se enquadra em qual das faixas etárias descritas abaixo?

250 respostas

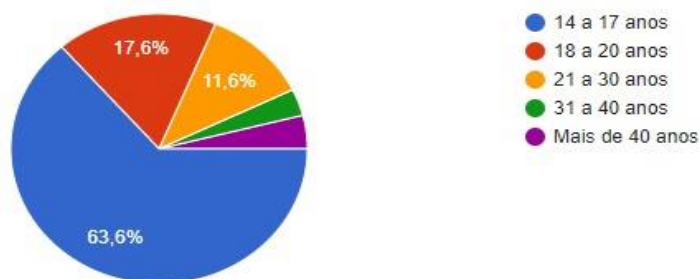


Figura 10: Gráfico circular ilustrando a distribuição dos alunos, por faixa etária, que responderam à sondagem sobre o Cemitério do Alecrim.

Os alunos do Myriam Coeli foram responsáveis por apenas 15,2% das respostas à sondagem. Essa escola também enfrenta alguns problemas estruturais consideráveis e, embora esteja um pouco mais bem preservada do que o Varela Barca, tem o agravante de alguns desafios funcionais adicionais, como problemas com a assiduidade de alunos e diminuição da demanda desses discentes em busca de renovação de matrícula nos últimos anos, o que fez reduzir significativamente, por exemplo, o número de turmas no turno noturno.

³¹ Escola também situada na zona norte de Natal-RN, no Conjunto Nova Natal, bairro Lagoa Azul.

A pesquisa foi realizada também na Escola Estadual Professor Paulo Pinheiro de Viveiros, essa também localizada no bairro Lagoa Azul, na zona norte da cidade. Lecionei, à época da pesquisa, em quatro turmas do ensino médio do turno noturno dessa escola. A condição estrutural dela não era diferente das outras duas escolas já descritas aqui, porém, seu público discente composto por alunos de faixas etárias mais avançadas, incluindo alguns discentes com idades superiores aos 40 anos.

Considerável parte desses alunos trabalhava durante o dia e alguns também eram pais que precisavam trazer os filhos para a sala de aula. Mesmo assim, a participação proporcional desses alunos (8% do total de respostas) foi mais destacada do que na Escola Estadual Maria Queiroz (conhecida em sua comunidade como MAQUE), onde leciono no mesmo turno e na mesma modalidade de ensino, mas com o dobro do número de turmas da escola Paulo Pinheiro.

O MAQUE fica localizado no bairro de Felipe Camarão, na zona oeste de Natal. A escola, apesar de possuir um aspecto estrutural mais preservado, enfrenta relevantes problemas funcionais. No turno noturno (no qual trabalho), a evasão escolar é muito alta e há problemas pontuais de indisciplina de alunos. O problema da violência no bairro faz com que alguns alunos não concluam o turno de aula devido à insegurança do trajeto entre a escola e suas residências. Também há muitos alunos fora de faixa e de faixa etária avançada, porém, há também uma proporção considerável de alunos mais jovens e de comportamentos mais tipificados de adolescentes, condição que, não incomumente, gera situações de reclamações e conflitos nas salas de aulas com alunos mais velhos.

Os discentes dessa escola foram os que proporcionalmente menos se envolveram nas aulas durante a modalidade remota de ensino imposta pela pandemia de Covid-19 e, conseqüentemente, também nas respostas do questionário sobre o Cemitério do Alecrim.

Por fim, na Escola Estadual Raimundo Soares, localizada no bairro de Cidade da Esperança, também na zona oeste da cidade, tem alguns elementos que a diferenciam com mais ênfase em relação às demais escolas aqui descritas. Apesar de se tratar de uma escola onde leciono no turno noturno – tal como nas escolas Paulo Pinheiro e Maria Queiroz – para um público do ensino médio, como em todas as demais, é a única escola onde trabalho com a modalidade EJA. Além disso, diferente das demais escolas aqui descritas, foi reformada recentemente e apresenta excelentes condições estruturais e funcionais para o ensino.

Os alunos do Raimundo Soares apresentaram relevante interesse e um bom envolvimento com a pesquisa. Contudo, curiosamente, após a reforma, esse corpo discente foi reduzido no turno em que lá trabalho (noturno) devido à equivalente redução da procura por matrículas no referido turno e em sua respectiva modalidade de ensino (EJA).

Foi analisando preliminarmente os cenários peculiares de cada um desses espaços escolares que concebi a ideia de “chão de escola” e de “público discente” como componentes de um universo bem mais heterogêneo e dinâmico chamado escola. (que debatida em nossas vivências e aulas do mestrado não é apenas um espaço, é uma ideia). Apesar da padronização da metodologia de aplicação da sondagem a respeito do cemitério em todas as cinco escolas, restou evidente a pluralidade de perfis humanos e a diversidade de níveis de interesse e de envolvimento nas ações pedagógicas que embasaram essa sondagem.

Meus alunos, antes da condição discente, são habitantes da urbe. Suas relações, práticas e olhares sobre os espaços da cidade são produtos de experiências ímpares e muito pessoais. Suas vivências podem ser condicionantes para a referência e para a memória ou, na ausência de relação com determinados espaços, para indiferença e o desconhecimento. “Essas relações de afetividades que sentimos quando visitamos ou falamos sobre um lugar, diz de uma história individual, mas diz também da cidade, do coletivo, é nesse sentido que procuro pensar a memória e a escrita que fazemos da urbe”. (CAPISTRANO, 2019, p. 22). Como as vivências são naturalizadas nas interações sociais e sistematizadas nos espaços de coletividade, considero a escola o lugar potencialmente mais adequado para direcioná-las a sentidos de aprendizagens e de reconhecimentos.

Independente da pluralidade de conhecimentos e de opiniões sobre o Cemitério do Alecrim, a busca pela natureza de percepções e sentidos que os meus alunos têm em relação a esse objeto urbano é também uma proposta de os situar na condição de sujeitos em uma relação dinâmica de construção e/ou de resignificação dessa necrópole enquanto espaço de referência histórica local. Foi nessa linha reflexiva que considerei questionar o quanto a condição histórica e patrimonial do lugar seria percebida ou ignorada pelos alunos que compuseram o quadro discente em que atuei durante o contexto da pesquisa.

Em um primeiro momento, tratei a impressão do desinteresse e do desconhecimento dos alunos em relação à história da cidade como fato, e essa impressão foi imediatamente estendida às suas concepções sobre o cemitério; porém, advertido nas orientações do projeto da pesquisa que antecedeu a escrita da presente dissertação, categorizei essa situação como

hipótese e a submeti à verificação através de questionário fechado (com exceção apenas de uma questão subjetiva, porém também optativa), aplicado remotamente no ano letivo de 2021, através da plataforma Google Forms, nas turmas de ensino médio das escolas em que leciono.

Nos dados das respostas obtidas, os gráficos portavam indícios relevantes de confirmação sobre a minha suposição a respeito do desconhecimento e da ausência de sentidos de identidade desses alunos em relação ao cemitério. Haja vista que menos da metade desses discentes (44,4%) afirmaram conhecer e saber exatamente onde o cemitério estava localizado. 37,6% afirmaram saber de sua existência, mas desconheciam sua exata localização ou simplesmente não sabiam afirmar se já o tinha visualizado em alguma ocasião na vida; enquanto 18% desses alunos afirmaram desconhecer completamente a existência do cemitério, mesmo residindo no mesmo município em que ele se localiza.

Você já ouviu falar do Cemitério do Alecrim?

250 respostas



Figura 11: Gráfico circular ilustrando a proporção de respostas sobre o conhecimento dos alunos a respeito da existência do Cemitério do Alecrim e do nível de referência que o espaço representa para eles.

Você já entrou no Cemitério do Alecrim?

250 respostas

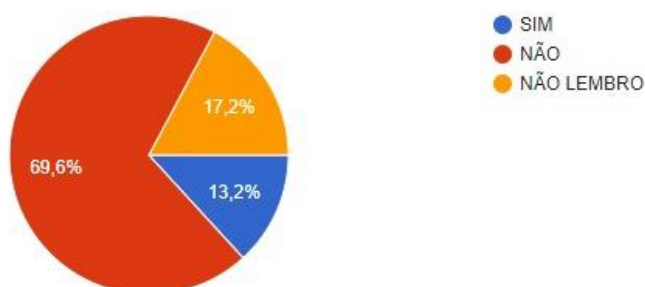


Figura 12: Gráfico circular ilustrando a proporção de respostas possíveis a respeito da presença dos alunos no Cemitério do Alecrim

Ou seja, é evidente que a maioria dos alunos não mantém vínculos de identidade, familiaridade e memória relacionados ao Cemitério do Alecrim, nem o concebe como objeto histórico ou patrimonial na cidade. 69,6% dos alunos alegaram nunca ter entrado no local, 70,8% não sabem informar se o cemitério é tombado como Patrimônio Histórico e dos 29,2% dos alunos que reconheceram sua condição patrimonial, menos de $\frac{1}{4}$ (23,6%) respondeu corretamente sobre a competência de seu tombamento. Esse último dado numérico, inclusive, é provavelmente falseado e representa um universo ainda menor de conhecimento a respeito da gestão patrimonial do cemitério e da responsabilidade sobre a gestão desse tombamento.

Você sabe informar se o Cemitério do Alecrim é reconhecido oficialmente como Patrimônio Histórico?

250 respostas

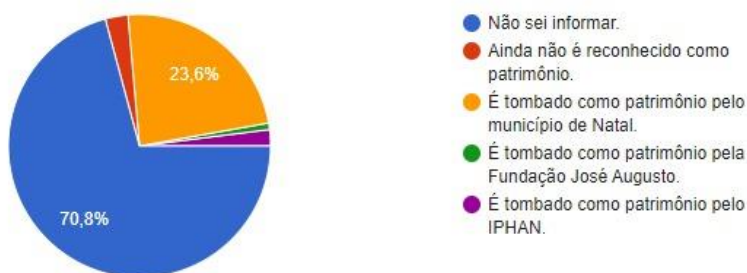


Figura 13: Gráfico circular ilustrando as respostas dos alunos a respeito de seus conhecimentos sobre a condição patrimonial do Cemitério do Alecrim.

Você sabe citar algum(a) personagem importante na História de Natal que está sepultado(a) no Cemitério do Alecrim?

250 respostas

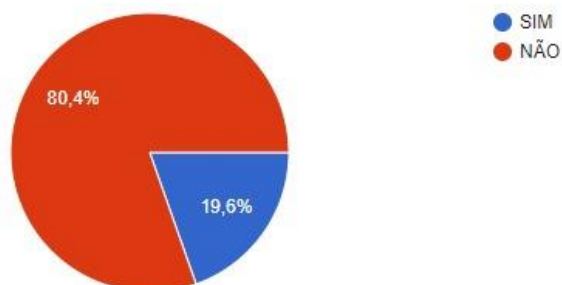


Figura 14: Gráfico circular ilustrando as respostas dos alunos a respeito de seus conhecimentos sobre personagens históricos locais sepultados e/ou referenciados no Cemitério do Alecrim.

A dedução sobre esse suposto falseamento quantitativo pode ser constatada nas respostas da última pergunta apresentada no formulário digital, única questão aberta e opcional do questionário, na qual alguns alunos responderam com trechos flagrantemente copiados de sítios de pesquisas na internet (inclusive com secções idênticas postadas por alunos de diferentes turmas e escolas). Provavelmente, por aproveitarem-se da impossibilidade de fiscalização do aplicador na modalidade remota em que se deu, como também pelo prazo estendido disponível para o envio das respostas (uma semana). Prazo dado pelo fato de vários alunos reclamarem a necessidade de mais tempo para atender as demandas das disciplinas no período de ensino remoto. Ficou evidente que alguns alunos preferiram pesquisar respostas disponíveis na internet ao invés de responder o questionário com base nos próprios conhecimentos prévios a respeito do lugar.

O distanciamento dos alunos em relação ao reconhecimento de uma condição histórica do Cemitério do Alecrim é também provável consequência da própria dinâmica de expansão urbana e demográfica local que inaugurou muitos bairros longe do cemitério, e da necessidade óbvia de se promover outros espaços e referências para enterramentos na cidade.

Por ser a necrópole pública mais antiga de Natal-RN e já não dispor de espaços para novos sepultamentos desde meados da década de 1980 (exceto para as famílias que já dispunham de terrenos no lugar), as novas gerações da cidade provavelmente foram perdendo de forma paulatina os vínculos de familiaridade, memória e identidade com a necrópole, sobretudo, após o aumento da ocorrência de sepultamentos nos outros sete cemitérios públicos municipais distribuídos por diferentes bairros da capital (Bom Pastor I, Bom Pastor II, Nova Descoberta, Igapó, Redinha, Pajuçara e Ponta Negra) e por municípios que integram a região metropolitana de Natal.

Além disso, o surgimento dos chamados “cemitérios parques” planejados e localizados em áreas ecologicamente mais adequadas da cidade e de seu entorno passaram a compor, a partir de meados da década de 1990, as referências de sepulcrário, de conceito funeral e de sustentabilidade ambiental nos enterramentos realizados na urbe. Apenas 11,2% dos alunos entrevistados, por exemplo, afirmam ter familiares ou parentes próximos sepultados no Cemitério do Alecrim; 29,6% não souberam informar se têm familiares sepultados lá, enquanto 80,4% afirmaram categoricamente não possuir nenhum ente querido inumado ali.

Você tem algum familiar ou parente próximo sepultado no Cemitério do Alecrim?
250 respostas

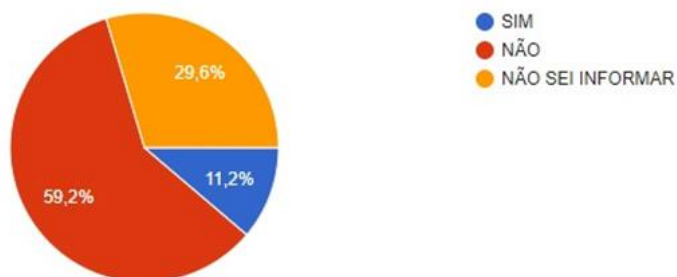


Figura 15: Gráfico circular ilustrando as respostas dos alunos em relação à ciência sobre a presença de familiares ou parentes sepultados no Cemitério do Alecrim.

Nesse sentido, como exigir um sentimento espontâneo de identidade e de reconhecimento patrimonial do lugar? Mesmo reiterando que há uma queixa regular entre os professores de História sobre o desconhecimento e o desinteresse dos alunos da educação básica sobre a questão da história local, não podemos simplesmente atribuir essa postura a uma opção tendenciosa ou a um determinado perfil comportamental natural nesses perfis discentes. As questões que antecedem essa conclusão simplória são: há alguma estratégia ou motivação para a construção de sentidos de historicidade e de atratividade sobre os objetos e espaços considerados históricos na cidade? De quem é a responsabilidade de estabelecer esses sentidos de historicidade ao patrimônio de um lugar?

Sabemos o quanto é complexa a discussão e a natureza dessas problemáticas, inclusive, a respeito dos atores e dos papéis sociais que compõem esses cenários. Os desafios vão desde o questionamento do que se concebe como padrões e diretrizes para os livros didáticos de História até os critérios da organização curricular da disciplina pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação; da precariedade das escolas públicas ao descaso dos poderes que as mantêm e as regulamentam enquanto escolas.

Compreendo que não é essa a proposta de discussão aqui apresentada e que ela não será aqui aprofundada, mas, nesse trajeto expositivo, certamente cabem reflexões a respeito das situações que inclui o papel dos docentes na questão, desde a sua formação acadêmica até às ações efetivas que delineiam a sua prática pedagógica no ensino da disciplina.

Em certa medida, quando propus que um sepulcrário urbano pudesse ser concebido como objeto patrimonial e recurso pedagógico para a compreensão da história da cidade,

tentei provocar essa reflexão. A áurea de excentricidade e de morbidez que o espaço cemiterial propaga no senso comum, quando ressignificada, pode ser exatamente o fator que invocará a natureza de atratividade e de motivação que lhe concederá não apenas um sentido de historicidade, mas também de identidade urbana e de reconhecimento patrimonial pelos alunos.

Necrópole, como o próprio nome já diz, significa cidade dos mortos. Na verdade, essas cidades são mais dos vivos que dos mortos, de modo que quem a estabelece é o próprio homem, ainda vivo, e que a visita continuamente para lembrar-se da vida e não da morte de um ente querido. Portanto, será mesmo esse ambiente uma cidade dos mortos? (SOUSA, 2018, p. 95).

O potencial está, portanto, na oportunidade de apresentar o objeto e na experiência subjetiva da leitura de sua natureza de existência pelos sujeitos que, em tese, passam a concebê-lo enquanto fenômeno³². “Existe uma relação das experiências individuais com a construção social do espaço urbano, eu diria que há um diálogo, mesmo inconsciente, entre as lembranças íntimas e o construir”. (CAPISTRANO, 2019, p. 19).

A fenomenologia, enquanto concepção filosófica, condiciona a existência de um fenômeno à apreensão de tudo o que é vivido e percebido através dos sentidos. Embora eu não proponha essa vertente reflexiva como orientação metodológica ou seu aprofundamento discursivo no presente trabalho, admito que ela inspira a intenção de promover a percepção e a (res)significação do espaço cemiterial no sepulcrário do Alecrim, como sendo ele uma expressão de uma identidade histórica e cultural da cidade compartilhada por todos aqueles que a vivenciam em suas experiências subjetivas.

Para tanto, é importante entender até que ponto o cemitério é percebido pelos alunos e, dentre a parcela que o percebe, qual seria a natureza e a profundidade dessas percepções. A simples condição de existência do cemitério enquanto objeto histórico (portanto, enquanto fenômeno) não é o foco da proposta de intervenção pedagógica, mas sim, a experiência dos observadores em uma relação vivenciada nele ou com ele.

Os fenômenos são essências, abstrações e não coisas. Coisas são apenas objetos materiais. Esses objetos servem de base para a criação de um imaginário, costume, uma crença, um significado ou uma representação, enfim, um fenômeno, que se manifesta em um indivíduo, ou em uma dada sociedade. Nesse caso, o fenômeno aqui estudado é o cemitério. (SOUSA, 2018, p. 96).

³² “A fenomenologia apresenta-se como possibilidade para um pensamento e uma ciência centrados na experiência” (MARANDOLA JR. 2021, p. 36)

Para atingir os objetivos dessa proposta, essa experiência precisa ser promovida a partir da apresentação do fenômeno (cemitério) aos seus potenciais observadores (alunos). Nesse sentido, surge a necessidade de selecionar e descrever elementos cemiteriais para que as informações coletadas a respeito deles, possam compor, em tese, uma transcendência de significados que constituirão sentidos e talvez até laços de identidade entre observadores e um espaço que estaria inicialmente relegado ao desconhecimento, à aversão ou ao ostracismo na ausência da relação ou na relação superficial com eles.

Dessa forma, alguns objetos sepulcrais foram criteriosamente selecionados para compor a proposta de cartografia temática que orienta um roteiro de visitação pedagógica ao cemitério no intuito de motivar o acesso a informações históricas sobre a cidade o próprio cemitério enquanto dimensão dela. Ocasão em que se torna oportuno promover a compreensão sobre o protagonismo da cidade e de seus personagens em fatos históricos referenciados em livros didáticos e nas salas de aulas sob perspectivas mais generalistas e desconexas do universo cognitivo dos alunos. Além disso, interpõe-se uma oportunidade ímpar de desconstruir equívocos propagados em ideias infundadas sobre variados aspectos da história local.

4. A MORTE É UMA AULA: A HISTÓRIA VIVE NOS ESPAÇOS DOS MORTOS.

4.1. Mausoléu da Maçonaria³³

Um dos objetos tumulares mais icônicos presente no Cemitério do Alecrim é o mausoléu da maçonaria. Sua condição arquitetônica monumental e peculiar situada em área central da necrópole lhe impõe relevante destaque e atratividade contemplativa. O mausoléu é todo revestido em granito e constituído por um conjunto de 12 sepulturas (gavetas) que baseiam uma grande pirâmide ostentada por símbolos e referências consideradas incomuns a um cemitério concebido como “cristão”. “A pirâmide simboliza um lugar de repouso e morada, também está relacionada com a riqueza e o saber misterioso. Na face frontal da pirâmide está destacado o triângulo maçônico e uma inscrição com a composição das figuras do compasso e do esquadro”. (MENDES e VAN DEN BERG, 2021).



Figura 16: Mausoléu da Maçonaria. Foto do autor em 02/11/2021.

³³ A maçonaria é uma fraternidade secreta que surgiu na Idade Média, reunindo trabalhadores. No fim desse período, outros membros puderam participar da ordem, desde que fossem homens que acreditassem em Deus e apresentassem uma conduta ética e honesta. Dessa forma, a maçonaria se torna uma irmandade defensora da liberdade de pensamento e expressão, religiosa ou política, contra o absolutismo. (MENDES e VAN DEN BERG, 2021, p. 31).

O mausoléu da maçonaria é potencial referência para significativas temáticas históricas locais, tais quais as próprias origens e atuações maçônicas na capital potiguar, além das repercussões do envolvimento de maçons na chamada *Questão Religiosa* e nas lutas abolicionistas ocorridas a partir da cidade do Natal-RN. Ou seja, com base nessas temáticas, constata-se a ligação desse suntuoso objeto cemiterial com conteúdos do ensino escolar de História que estão relacionados ao Século XIX e, mais precisamente, ao período imperial. Conteúdos esses perfeitamente adequados a uma abordagem de dimensão local.

O professor Rômulo Angélico, na obra *O alvorecer da maçonaria no Rio Grande do Norte*, afirma que há indícios da presença maçônica no Rio Grande do Norte desde o século XVIII, embora as informações documentadas referentes a esse período sejam quase inexistentes. Um aspecto que merece destaque a respeito da presença da maçonaria na província é a condição abonada dos integrantes da fraternidade. “No início do Século XX, os maçons existentes ocupavam elevados cargos públicos e realizavam reuniões nos distritos de São José do Mipibu e Goianinha”. (ANGÉLICO, 2022, p. 10).

Outro aspecto importante sobre a presença maçônica em Natal é a pluralidade de pensamento e a divergência ideológica observada entre seus integrantes, haja vista que, apesar de se tratar de uma fraternidade baseada em princípios de consonância universal, tem entre esses princípios a tolerância mútua e a liberdade individual de consciência, tal qual informa o libelo da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Duque de Caxias, citada por Angélico (2022).

Em Natal, provavelmente a exemplo de outras cidades brasileiras onde houve atuação da maçonaria, havia maçons considerados liberais e conservadores, abolicionistas e escravistas, frequentando e discutindo questões ideológicas nas mesmas lojas. Nessa capital, dois representantes desses perfis divergentes situam-se nas figuras do Vigário Bartolomeu³⁴ – considerado liberal e abolicionista – e do Coronel Bonifácio Pinheiro da Câmara, um político tradicional local, chefe da Guarda Nacional e líder do Partido Conservador na província. A incompatibilidade de suas ideias resultou na cisão da Loja Sigillo Natalense, fazendo surgir a Loja Fortaleza e União em 1856.

³⁴ Bartolomeu da Rocha Fagundes, natural de Vila Flor-RN, em 1815. Exerceu o sacerdócio em Natal durante 34 anos. Filiou-se à Loja Sigillo Natalense, hoje 21 de Março, da qual foi venerável durante 24 anos. Após a suspensão de suas atividades eclesiais, em 1873, migrou para o Recife-PE, onde faleceu em 1877.

O Vigário Bartolomeu, inclusive, é considerado a maior vítima local da chamada Questão Religiosa³⁵, ao ser abjurado de suas funções sacerdotais na Igreja Católica em 1873, pelo então Bispo de Olinda, Dom Vital³⁶; isso porque recusou-se a cumprir a exigência do bispo de abdicar publicamente das atividades maçônicas que exercia na Loja 21 de Março que, naquela ocasião, era presidida por ele.

A Loja 21 de Março, por sinal, foi um dos principais palcos de discussões em defesa da abolição da escravidão na cidade do Natal-RN. Discussões essas iniciadas cerca de 20 anos antes da promulgação da Lei áurea (1888), fato que por si só reflete o protagonismo de vertentes maçônicas no pioneirismo local de luta pela abolição da escravatura.

Em solo norte-rio-grandense, lojas maçônicas protagonizaram consideráveis movimentações e atividades antiescravistas. Em 1868, por exemplo, o irmão José Lourenço de Almeida, propôs a criação de uma sociedade dentro da Loja 21 de Março, com o objetivo de libertar os escravos – principalmente os do sexo feminino – atitude humanamente muito mais que louvável. (ANGÉLICO, 2022, p. 16).

Embora a cidade do Natal, no final do Século XIX, não possuísse um número elevado de escravos³⁷ por não comportar, nesse período histórico, atividades econômicas que exigissem a mão de obra massiva de pessoas escravizadas – tal qual a produção de açúcar ou a mineração, por exemplo –, o papel liberal e progressista de alguns representantes locais da maçonaria foi expressivo e reconhecido historicamente. Enquanto herança material desse cenário histórico, o mausoléu da maçonaria certamente expressa hoje que os propósitos políticos e sociais de seus idealizadores foram testemunhados por essa necrópole pública numa Natal onde alvorecia um céu ainda nebuloso de discussões sobre tolerâncias e liberdades individuais.

4.2. Mausoléu de Pedro Velho

Na parte central do Cemitério do Alecrim, ergue-se imponente, ao lado da capelinha de Santa Rita de Cássia, um distinto mausoléu de quase 50 m². Ele se destaca muito mais pelo tamanho e formato geométrico do que pelos adornos e detalhes, dos quais é pouco provido,

³⁵ A Questão Religiosa foi um conflito entre a Igreja Católica e o governo imperial ocorrido na década de 1870 quando os bispos de Olinda (Dom Vital) e de Belém (Dom Macedo Costa) atenderam a ordem papal de excomungar os maçons das atividades eclesiais sem a ratificação do Imperador D. Pedro II.

³⁶ Referência ao Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), Bispo de Olinda durante a cizânia entre a Clerezia e o Governo Imperial, conhecida como *A Questão Religiosa* (1864).

³⁷ No ato da abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, havia o registro de apenas cinco pessoas na condição de escravos na capital potiguar. Em 1808, esse número era de quase 4 mil, mas diminuiu de forma invariável e drástica até a promulgação da Lei Áurea, enquanto nos municípios potiguares que possuíam engenho ou atividade pecuária intensa o número de cativos aumentou numa velocidade diretamente proporcional à redução registrada na capital durante o século oitocentista (CASCUDO, 2010, p. 459).

tendo por atratividade principal a grafia simples, porém, grandiosa do nome PEDRO VELHO e, numa estreita antessala acessível por quatro degraus e ladeada por duas colunas, uma placa com inscrição da homenagem promovida pelo governo do Rio Grande do Norte em 1939 àquele homem que é considerado como o principal personagem do movimento republicano nesse Estado.



Figura 17: Mausoléu de Pedro Velho. Foto do autor em 02/11/2021.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão fundou o partido republicano local e foi o primeiro governador do Rio Grande do Norte. Nascido em Macaíba, em 27 de novembro de 1856 (mesmo ano de fundação do Cemitério do Alecrim), descende de uma das principais oligarquias que atuaram na política da província norte-rio-grandense desde o período colonial. Antes de ingressar na carreira política, Pedro Velho formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1881 e, no mesmo ano, casou-se com Dona Petronila Florinda Pedroza com quem gerou 11 filhos.

A figura de Pedro Velho pode ser referenciada por diversos fatos que repercutiram em maior ou menor ênfase na sociedade natalense. Alguns curiosos, como o fato de sua esposa ser meia irmã de sua mãe, por ser filha de uma segunda relação de seu avô materno com a irmã de seu pai, Luísa Florinda. Fato que fazia sua esposa ser extraoficialmente considerada também como sua tia e prima. Isso nos faz dar uma pausa para interpretar essa retorcida condição genealógica, mas não é essa a condição da vida de Pedro Velho que merece destaque em sua biografia e, sim, suas ações enquanto homem público na dimensão política da cidade em seus aspectos republicanos, abolicionistas e modernistas, os quais se fizeram presentes entre o final do Século XIX e o início do Século XX.

Demonstrou interesse na questão educacional ao fundar em 1882 um internato e externato em educação e instrução do qual foi também administrador, mas que não se manteve por muito tempo. (CABRAL, 2006, p. 70). Na política, destacou-se por seus posicionamentos considerados progressistas na época, chegando a ser um dos fundadores da Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense, em 1888, e do Partido Republicano do Rio Grande do Norte em 27 de janeiro de 1889. Também fundou o jornal *A República*, em 1º de julho de 1889, do qual foi redator-chefe e principal propagador das aspirações republicanas contra os ideais monarquistas em solo potiguar, inclusive, sendo considerado orador eloquente nos pronunciamentos que realizava nas reuniões do partido em que costumava convencer indecisos e persuadir os mais resistentes à suas proposições.

Após a Proclamação da República, exerceu os cargos de Governador Provisório, Deputado Constituinte (por duas legislaturas), Governador Efetivo e Senador da República (por três legislaturas), condição na qual faleceu subitamente a bordo do Navio Brasil em 09 de dezembro de 1907, no Porto do Recife-PE.

O corpo de Pedro Velho foi embalsamado no Recife e transportado de trem para Natal onde foi realizada uma missa de corpo presente na igreja matriz e foi sepultado no Cemitério do Alecrim na manhã de 14 de dezembro de 1907. O féretro foi sepultado inicialmente no túmulo da família do coronel Juvino Barreto e só em 1936, o governo estadual autoriza a construção do mausoléu que recebe seus restos mortais em 1939, data em que se comemorava o cinquentenário de fundação do jornal *A República*.

O mausoléu de Pedro Velho foi, portanto, um projeto arquitetônico idealizado com o objetivo de expressar a relevância representativa do inumado e de suas ideias na sociedade e

na política a partir de sua atuação em solo natalense, tal qual observaram Mendes e Van den Berg:

Pela proporção, pelas referências de hierarquia e poder (degraus e colunas) e pelo despojamento religioso, o túmulo representa a grandiosidade e o poder político, ao mesmo tempo em que a modernidade e a laicidade, importantes princípios republicanos que marcam a trajetória de Pedro Velho e do grupo político e familiar que ele representa. (MENDES e VAN DEN BERG, 2022, p. 26).

O reconhecimento da sociedade potiguar pela destacada atuação política de Pedro Velho não é produto apenas de sua origem familiar. A habilidade e a humanidade com que conduziu suas convicções abolicionistas e republicanas diante de uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade econômica e pela exclusão social – provenientes em boa parte da condição oligárquica que lhe promoveu na vida pública – o situou além do paradoxo ideológico entre discurso e prática política que definiu (e ainda define) tantas outras vozes na política local.

A memória de Pedro Velho é sonoramente aclamada em um município homônimo localizado no litoral sul do Estado do Rio Grande do Norte – área de influência da oligarquia que o originou – e na denominação da principal praça pública de Natal (também conhecida como Praça Cívica), antigo reduto das manifestações do recém-criado Partido Republicano Potiguar no final do Século XIX. Ao mesmo tempo em que essa memória é engrandecida mais silenciosamente no mausoléu que lhe abriga os restos mortais na nobre área central do Cemitério do Alecrim.

4.3. Mausoléu da Família Cicco

Um dos cenários mais tocantes dentre os vários presentes no Cemitério do Alecrim está na altivez e na concepção artística que ornamenta o mausoléu da família Cicco, no qual duas esculturas femininas talhadas e importadas da Itália representam, sobre um requintado túmulo de mármore, uma história de profunda dor e amor.

A figura jovial de pé no alto do mausoléu representa a jovem Yvette Cicco, filha única do Dr. Januário Cicco e de Dona Izabel Simões. Falecida quando tinha apenas 21 anos de idade após ser acometida por moléstia fatídica no coração. A outra escultura, de uma mulher sentada e tristemente contemplativa, é atribuída à própria Dona Izabel, genitora de Yvette, que falecera cerca de oito meses após a morte da filha, muito provavelmente em consequência da melancolia que lhe envolveu após a lamentável perda.



Figura 18: Mausoléu da Família Cicco. Foto do autor em 02/11/2021.

Há um acesso por degraus na parte posterior do sepulcro que conduz a uma câmara relativamente extensa no subterrâneo onde, além das criptas existentes nas paredes, já abrigou também alguns pertences de Yvette - como seu vestido de noiva (a jovem estava noiva quando falecera) -, móveis, utensílios domésticos e até um piano. Durante muitos anos, a família contratava os serviços de uma zeladora que mantinha a limpeza e a ordem no lugar sempre à espera de seus saudosos visitantes.

A solidão e a amargura impostas à vida do Dr. Januário Cicco com a perda da filha e da esposa naquele malfadado ano de 1937 poderia tê-lo conduzido a destinos sombrios e tristes na vida, mas, embora tenha se mostrado mais recluso e reflexivo diante dos amigos e parentes, Januário Cicco canalizou toda sua dor para continuar com a efetiva dedicação laboral, já em curso, em favor da ampliação e da humanização do acesso do povo mais pobre de Natal à saúde pública.

Natural de São José de Mipibu-RN, filho de um italiano e de uma cidadã mipibuense descendente de portugueses, Januário Cicco nasceu em 30 de abril de 1880. Sua família mudou-se para Natal quando ele era adolescente. Estudou num seminário no Estado da Paraíba por um ano apenas porque conseguiu ingresso em seguida para estudar na Faculdade de Medicina da Bahia, aos 18 anos, onde encontrou o meio mais adequado de exercer sua verdadeira vocação humanista e profissional.

Após sua formação como médico, em 1906, retornou a Natal onde estabeleceu moradia e trabalho em um consultório médico localizado no bairro da Ribeira. Nesse período, o sistema de saúde pública de Natal era precário e limitado. A cidade concentrava sua população de cerca de 16 mil habitantes nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta, além de moradores espaçados em bairros considerados ainda pouco povoados como o Alecrim e a Cidade Nova (atuais bairros de Petrópolis e Tirol). O Hospital da Caridade, única unidade pública de saúde, localizada na Cidade Alta, funcionava sob consideráveis problemas de estrutura e de limitação de recursos, incluindo a escassez de mão de obra qualificada para atender a demanda de moradores locais, situação agravada pelas constantes chegadas de grupos de retirantes oriundos de dezenas de municípios afligidos pelas estiagens e pela fome.

Seus apelos constantes, direcionados ao poder público local, por investimentos na construção de um hospital voltado ao atendimento da população local resultou na sensibilização do governador Alberto Maranhão que, em 1909, lhe doou propriedade pessoal para adaptar e administrar como hospital.

A sua luta resultou na cessão, por parte do governador Alberto Maranhão, de sua casa de veraneio, situada no Alto de Petrópolis, adaptando-a para servir de hospital, entregando a direção aos cuidados de Januário Cicco, e dando o nome de Hospital de Caridade “Juvino Barreto”. (CABRAL, 2006, p. 89).

À frente do Hospital de Caridade (HCJB), Januário Cicco firmou parceria com as Irmãs de Caridade Filhas de Sant’Anna. Lá realizou a primeira cirurgia de retirada de um cisto no ovário em Natal (1913), esteve à frente da criação de um Caixa Hospitalar para financiar as atividades no HCJB e fundou a Sociedade de Assistência Hospitalar que adotou medidas para a construção da primeira maternidade de Natal a partir da doação de um terreno pelo então prefeito Omar O’Grady nas proximidades do próprio HCJB. A ideia de construir um local adequado para as mulheres darem a luz com segurança, assistência e dignidade proveio da sua indignação, como médico, de residir em uma cidade onde os índices de mortalidade materna e infantil eram elevadíssimos e mesmo assim, naturalizados pelo poder público.



Figura 19: Foto da construção da atual Maternidade Escola Dr. Januário Cicco em 1934. Autoria não informada. Disponível em <https://brechando.com/2020/05/26/uma-foto-da-obra-da-maternidade-januario-cicco/>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

O projeto de maternidade necessitou de muitas doações e promoções de eventos festivos que visavam reverter as arrecadações em investimentos voltados à sua construção, porém, em 1940, antes de ser inaugurada, a estrutura da maternidade foi requisitada pelo Ministério da Guerra e adaptada para funcionar como Quartel General e Hospital de Campanha do Exército Brasileiro devido ao contexto da II Guerra Mundial e a presença relevante de militares doentes e feridos em combate que chegavam na cidade.

Com o fim da guerra (1945), houve resistência dos militares para devolver o prédio e o serviço de saúde para seus fins iniciais de atender mulheres civis pobres da cidade na prestação de serviços médicos de acompanhamento da gravidez e auxílio nos partos. Januário chegou a declarar que não havia construído a maternidade para abrigar homens na guerra, mas sim para que mulheres pobres do Estado pudessem dar à luz em paz. (FERREIRA, 2018).

Apenas em 1950, após intensos apelos e reivindicações, a Maternidade de Natal pôde enfim ser inaugurada e o primeiro rebento a nascer no local, uma menina, recebeu o nome de Yvette em homenagem à filha falecida do Dr. Januário Cicco. Para retomar as funções de maternidade, o Dr. Januário Cicco exigiu e conseguiu indenização da União para aquele prédio que passaria a se chamar de “Casa da Mãe Pobre”. Porém, desde 1961, com a criação

da Cadeira de Obstetrícia da UFRN, a maternidade passou a se denominar Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC); justa homenagem ao seu idealizador. Já o antigo HCJB, que também chegou a se chamar Hospital Miguel Couto, foi federalizado em 1960 e integrado à UFRN, recebendo, desde 1984, a denominação de Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL).

Como bem escreveu Iaperi Araújo³⁸, Januário Cicco foi um homem além de seu tempo, atuando na área médica e na literatura. Chegou a ocupar a cadeira nº 11 da Academia Norte-rio-grandense de Letras; defendeu teses higienistas, área na qual se tornou referência e fez publicação em defesa do direito a eutanásia, tema polêmico até os dias atuais. Faleceu em 1º de novembro de 1952 e está sepultado, ao lado da esposa, da filha e de outros familiares no mausoléu da família, o qual foi idealizado por ele para esse inequívoco e eterno reencontro.

4.4. Mausoléis de artistas populares e trabalhadores

Por se tratar de um espaço planejado para atender uma dinâmica racional urbana, os cemitérios públicos das metrópoles geralmente expressam simetrias e dinâmicas de organizações presentes nas cidades que os abriga. Da mesma forma que os segmentos sociais e econômicos ocupam os espaços reconhecidos como mais centrais e privilegiados da geografia urbana em detrimento da extensão periférica ocupada pelos trabalhadores mais humildes, pelos desempregados e por marginalizados; esses modelos cemiteriais expressam a mesma lógica de desigualdades econômicas e sociais, ratificando a ideia de que a necrópole é uma representação da mentalidade dos vivos – e não necessariamente dos mortos – em determinados contextos históricos e sociais.

No caso do sepulcrário do Alecrim, é evidente a valoração espacial de setores como a via de acesso do portão frontal e a área central no entorno da capela. A concentração de mausoléis e túmulos grandiosos, ornamentados por esculturas sacras primorosas, refinamentos arquitetônicos e materiais onerosos revelam a condição valorativa dessas regiões da necrópole. É provável que essa condição de desigualdade econômica historicamente presente na sociedade natalense justifique a presença de dois conjuntos de jazigos coletivos de trabalhadores em áreas visivelmente mais periféricas do Cemitério do Alecrim. Refiro-me aos mausoléis da Liga Artística Operária Norte-rio-grandense e do Sindicato dos Estivadores de Natal.

³⁸ Referência à obra intitulada *Januário Cicco: um homem além de seu tempo*, escrita pelo médico obstetra e escritor natalense, Dr. Iaperi Araújo, in ARAUJO, Iaperi Soares de. **Januário Cicco: um homem além de seu tempo**. Natal, RN: EDFURN, 2000. 114p. Reprodução fac-similar de: Natal: Editora da UFRN, 1985.



Figura 20: Mausoléu da Liga Artística-Operária Norte-rio-grandense. Foto do autor em 02/11/2021.

Esses dois objetos sepulcrais dividem como característica não apenas a condição de localização periférica no cemitério, mas também a evidência de que a aquisição de terreno, construção tumular e manutenção dos jazigos por instituições reconhecidamente populares requerem um esforço financeiro e uma perspectiva de investimentos muito mais árdua do que os observados em estruturas sepulcrais de representações mais elitistas da mesma sociedade, tal como os presentes no Mausoléu da Maçonaria, por exemplo.

A preocupação das representações de trabalhadores com a assistência de seus associados e familiares revelam-se presentes desde o início de suas atividades na capital potiguar. A Liga Artística Operária Norte-rio-grandense foi fundada em 06 de março de 1904, tendo como primeiro presidente Augusto César Leite. No dia 1º de maio do mesmo ano, a recém-criada instituição promovia a primeira comemoração do Dia do Trabalho na capital potiguar nos salões do Clube Carlos Gomes. (FERNANDES, 2014).

A atuação da Liga e dos seus representantes no cenário político e trabalhista local foi destacadamente importante para a construção de uma consciência de classe e na organização de artistas e operários na luta por reconhecimento e direitos, culminando, inclusive, com a eleição do gráfico João Estevam Gomes da Silva à Assembleia Legislativa do Estado em 1926. Antes disso, João Estevam presidiu a instituição entre 1915 e 1919, quando dotou a

Escola Noturna de curso secundário e aulas de música, fundou o jornal *O Operário* e criou a previdência operária para beneficiar os trabalhadores associados locais.

Segundo Fernandes (2014), a formação dos círculos e dos partidos operários em diferentes cidades do RN embasou o nascimento do movimento sindical no Estado, na década de 1920.

Depois destes círculos operários e também de alguns partidos operários, seria a vez dos sindicatos. Os primeiros surgiram na década de 20 do século passado. Em seu livro “A Insurreição Comunista de 1935 – Natal, o Primeiro Ato da Tragédia”, o historiador e cientista político Homero Costa informa: “As primeiras organizações sindicais foram criadas, de um lado, com a participação do Partido Comunista, que, a partir de 1926, forma os primeiros núcleos no estado, organizados principalmente na importante região salineira de Mossoró, e por outro, pelo advogado João Café Filho, que ajuda a organizar diversos sindicatos e vai liderar as primeiras manifestações grevistas de que se tem notícia no estado, especialmente a partir de 1926”. (FERNANDES, 2014).

Apesar do cenário político conflituoso que o movimento sindical enfrentou nas primeiras décadas de sua atuação na cidade, ele se expande não apenas no número de adesões às representações sindicais já vigentes nesse início do Século XX, como também em novos segmentos de associações de trabalhadores.



Figura 21: Mausoléu do Sindicato dos Estivadores de Natal. Foto do autor em 02/11/ 2021.

É nessa conjuntura que surge o Sindicato dos Estivadores de Natal, fundado em 1º de janeiro de 1936, o qual constrói, em 28 de setembro de 1959, o seu mausoléu no Cemitério do Alecrim. A exemplo do Mausoléu da Liga Artística Operária Norte-rio-grandense, fundado em 1º de janeiro de 1950, a estrutura em alvenaria de linhas arquitetônicas simples e de pintura desgastada pela onerosidade da manutenção constante revelam, nessa necrópole, a representatividade da organização de artistas e trabalhadores de vieses populares que atuaram e seguem atuando na cidade do Natal.

O Mausoléu do Sindicato dos Estivadores é composto por nove gavetas destinadas à inumação de associados falecidos (ou de algum familiar deles) quando estes e suas famílias são desprovidos da propriedade e da condição de adquirir jazigo em situações de falecimento. Já o Mausoléu da Liga Artístico Operária Norte-rio-grandense possui 64 espaços de inumação (gavetas) numa estrutura sepulcral destacadamente extensa na lateral que margeia a Avenida Governador Rafael Fernandes, próxima ao fundo do cemitério, numa área que delimita a fronteira da necrópole pública com os quintais de algumas residências que se instalaram no local ao longo dos anos.

A grandeza desse objeto tumular é proporcional à atuação da entidade civil que o idealizou no início de suas atividades políticas e assistencialistas, a qual, mesmo representando um segmento social mais popular na cidade, chegou a adquirir um espaço próximo ao portão principal do cemitério, numa das áreas mais nobres do lugar, e concedê-lo como lugar de sepultamento e homenagem ao Padre João Maria, popularmente conhecido como o Santo de Natal. Espaço esse, referenciado até hoje como sacro na mentalidade e nas práticas da religiosidade popular dos natalenses.



Figura 22: Mausoléu do Padre João Maria. Construído pela Liga Artístico Operária Norte-rio-grandense. É um dos principais espaços de devoção e de expressão da religiosidade popular na cidade. Por sua atuação humanizada e caridosa com as vítimas dos surtos epidêmicos, da pobreza e da fome que afligia a capital na transição do Século XIX para o Século XX, o padre João Maria é venerado nesse espaço tumular até os dias atuais, embora seus restos mortais tenham sido transferidos para a Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, no bairro de Petrópolis, desde 1979. Foto do autor em 30/10/2021.

4.5. Cemitério dos Judeus

Há um pequeno espaço no interior do Cemitério do Alecrim que foi oficialmente destinado ao enterramento de integrantes de uma comunidade judaica que se instalou em Natal após a primeira década do Século XX. O espaço é composto por 25 túmulos dispostos lado a lado em uma área delimitada por uma base de alvenaria que forma uma mureta construída originalmente em combinações retangulares sequenciadas com a função de reunir em um único espaço daquele sepulcrário público os integrantes da comunidade judaica que passou a residir na cidade após a primeira década do Século XX.

Os túmulos presentes nesse espaço delimitado distinguem-se claramente dos demais sepulcros do Cemitério do Alecrim por não ostentarem a simbologia cristã, amplamente difundida como conceito tumular em todas as quadras daquela necrópole. As sepulturas são desprovidas de crucifixos, de imagens sacras e até mesmo de utensílios para o depósito de velas ou flores. A maior parte das inscrições presentes nesses túmulos é em hebraico e o Signo de Salomão, também conhecido como Estrela de Davi, é o ícone mais evidente nas coberturas tumulares ali presentes. Esse conjunto peculiar de características e signos fez aquele pequeno espaço cemiterial ficar conhecido entre a população natalense como Cemitério Israelita, Cemitério Judaico ou simplesmente, Cemitério dos Judeus.



Figura 23: Vista parcial do Cemitério dos Judeus. Foto do autor em 22/07/2022.

A presença de um Cemitério Israelita no interior da necrópole pública mais antiga de Natal e o contexto temporal dos registros de morte mais antigos nesses jazigos remetem-nos a deduzir à relevância da presença da comunidade judaica na capital potiguar nos primeiros decênios do Século XX e confirma a condição de laicidade que o Cemitério do Alecrim assumira, provavelmente, no final do Século XIX.

Apesar de ser possível identificar outras sepulturas desprovidas da tradicional simbologia cristã católica no Cemitério do Alecrim (tais quais os mausoléus de João Câmara e da Maçonaria ou alguns jazigos de famílias cristãs protestantes, por exemplo), o Cemitério Israelita é o mais evidente espaço dessa necrópole onde a presença de uma concepção religiosa não cristã zela pela unidade do grupo e pela sua condição identitária na cidade mesmo após a morte de seus integrantes. A presença desse objeto sepulcral peculiar, certamente diz muito a respeito dos vivos que o idealizaram e da condição religiosa plural da Natal do início do Século XX, apesar da predominante áurea católica que predominava nesse cotidiano contexto citadino.

A motivação da presença desse pequeno sepulcrário no interior do Cemitério do Alecrim se origina em 1912 com a chegada de cinco ucranianos na capital potiguar: os irmãos Tobias, Adolfo, Jacó (Jacob) e José, além do tio deles, Braz (Beinish) – todos de sobrenome “Palatinik”. Esses foram os primeiros integrantes da família e da futura comunidade judaica que se formaria em Natal nos primeiros decênios do Século XX. O motivo de suas chegadas na capital potiguar era o mesmo de tantos outros migrantes judeus que desembarcavam nas mais diversas cidades do Brasil e de outras nações americanas entre o final do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX: a fuga da onda de intolerância e de perseguição contra a fé semita na Europa desse período.

A pesquisadora Luciana Oliveira afirma, em sua dissertação de mestrado *A fala dos passos: imigração e construção de espaços judaicos na cidade do Natal (1919-1968)*, que nessa conjuntura de transição entre séculos, o crescimento do sentimento antissemita acentuou-se na Europa. A postura discriminatória de sociedades e governos motivados por ideologias de intolerâncias étnica, racial e religiosa causou disseminadas atitudes de perseguições e acusações contra os judeus diante das variadas ordens de insurgências de problemas sociais, políticos e econômicos de diversos países do velho continente, incluindo os do leste, como a Ucrânia, origem da família Palatinik.

Antes de chegarem à Natal, tio e sobrinhos Palatinik viveram uma verdadeira saga na busca por um lar seguro e promissor para seus parentes e irmãos de fé. Partindo da distante região da Podólia (sudoeste da Ucrânia), tentaram se estabelecer como comerciantes, sem sucesso, no Rio de Janeiro, em Salvador e em Recife. Diz-se que a concorrência com outros comerciantes judeus que trabalhavam oferecendo seus produtos em domicílios na capital pernambucana os fez migrar para Natal, onde encontraram um cenário econômico menos explorado nessas estratégias de vendas e, portanto, potencialmente mais rentável para seus projetos financeiros.

Apesar das dificuldades com o idioma de Camões e com a presença indiscreta de comentários e situações discriminatórias contra a religião judaica na cultura local, com dedicação ao trabalho, paciência com as pessoas e um certo carisma inerente à vocação comercial, rapidamente os primeiros Palatinik conseguiram estreitar relações pessoais e econômicas com os públicos locais. Os moradores eram atendidos de forma atenciosa em seus domicílios, independente da condição social e econômica desses clientes. Os Palatinik foram os primeiros prestamistas³⁹ de Natal e frequentavam casarões da Cidade Alta e mocambos das Rocas com a mesma simpatia e disposição de agradar a freguesia.

Acredito que Tobias Palatnik percebeu de maneira muito correta que aquelas pessoas excluídas, mesmo com uma condição financeira mais limitada, apontavam para a possibilidade de um mercado consumidor extremamente promissor em Natal. Já a maioria dos seus concorrentes, membros de uma elite branca e racista, que praticavam intensos atos de exclusões sociais contra aquelas pessoas consideradas ralé, jamais iriam até eles, bater nas portas dos seus “mocambos” para vender alguma coisa. (MEDEIROS, 2016).

As vendas eram facilitadas em parcelas adequadas às diversas realidades financeiras e de consumo dos moradores de todas as regiões da cidade (ainda que poucas). Os imigrantes empreendedores prosperaram em curto espaço de tempo e desenvolveram um vínculo de confiança com a cidade a ponto de incentivarem a vinda de parentes, compatriotas e outros irmãos de fé de outras regiões do Brasil e de outros países⁴⁰, inclusive de mulheres, para ajudar nos negócios – que já não se limitavam apenas ao comércio – e para constituírem famílias na cidade.

³⁹ Comerciantes porta a porta que compensam a maior margem de lucro nos preços de seus produtos com prazos expansivos para seus clientes pagarem valores mais reduzidos nas parcelas. Muitas vezes, nas ocasiões das visitas previamente programadas para cobranças, convenciam os clientes a fazerem novas aquisições comerciais perpetuando a relação financeira com eles através da manutenção de seu estado de devedor(a).

⁴⁰ Há referências à presença de judeus oriundos da Palestina, Ucrânia, Polônia, Moldávia, Estados Unidos e Espanha integrando ou frequentando a comunidade judaica local.

Esses judeus que chegaram à cidade do Natal no início do século XX deixaram registros significativos em forma de anúncios em jornais; na arquitetura, com a construção da primeira vila da cidade; no comércio, com seus diversos produtos importados da Europa, bem como da Palestina. Foram sociáveis e conseguiram um espaço considerável dentro da sociedade natalense. (OLIVEIRA, 2009, p. 24).

A comunidade cresceu e se organizou em suas atividades laborais a partir da fundação da Vila Palatinik⁴¹ e, embora os matrimônios se dessem de forma muito fechada entre os integrantes do grupo – inclusive, em alguns casos, entre membros que mantinham algum grau de parentesco –, o convívio social e as marcas da presença judaica no cotidiano da urbe se mostravam cada vez mais naturalizados. Natal chegou a registrar a presença de mais de trinta famílias judias, totalizando mais de uma centena de pessoas até 1940. Ainda na década de 1920, a comunidade havia construído o primeiro jardim de infância (Herzlia) e a primeira sinagoga da cidade.

Foi nessa condição de crescimento populacional, integração social e zelo com a fé que os unia que surgiu a preocupação da comunidade judaica com situações que iam além da necessidade de viver bem na cidade, mas também com questões sobre como morrer na cidade; haja vista que a concepção de morte e os cuidados com os mortos no judaísmo têm ritos e significados diferentes dos da cultura cristã católica, hegemonicamente predominante na Natal do início do Século XX.

É nesse contexto que, em 1931, após solicitações ao poder público municipal, é concedido um pequeno espaço em uma quadra do Cemitério do Alecrim pelo então prefeito Gentil Ferreira à Comunidade Israelita do RN, contexto esse em que também foi criada uma sociedade funerária com o objetivo de conduzir o tratamento e o destino de seus entes queridos após a morte, em conformidade com as tradições judaicas.

Em 10 de janeiro de 1931, através de contatos entre os líderes da comunidade e a Prefeitura de Natal, cujo prefeito a época era o Sr. Gentil Ferreira de Souza, foi doada uma quadra murada no Cemitério Público do Alecrim para que os membros da comunidade judaica fossem enterrados mediante seus rituais tradicionais. Igualmente foi fundada uma sociedade funerária chamada Chevra Kadisha. (MEDEIROS, 2016).

O cemitério israelita constitui hoje um dos mais importantes registros da presença e da atuação da cultura judaica na cidade do Natal. Apesar da reduzida composição numérica da comunidade diante de uma sociedade que já possuía mais de duas dezenas de milhares de

⁴¹ A Vila Palatinik fica situada na General Varela, um logradouro situado entre as ruas Ulisses Caldas e Coronel Cascudo, no bairro da Cidade Alta. A sinagoga local foi fundada em 1925, chegando a ser frequentada por militares dos EUA que professavam a fé judaica e estavam em missão na cidade no período da II Guerra Mundial.

habitantes no período da chegada dos Palatinik, a atuação dessa pequena fração demográfica em Natal foi muito relevante em diversas áreas da economia local.

Empreendedores e trabalhadores da comunidade israelita atuaram como alfaiates, ourives, músicos, marceneiros, inclusive mobiliando prédios públicos como a prefeitura de Natal. Atuaram também no setor imobiliário, tanto na construção como no gerenciamento de negócios com imóveis. A atuação empreendedora de seus integrantes ultrapassou os limites da cidade com a aquisição de uma fazenda para a produção de açúcar e aguardente e com a construção de uma fábrica de mosaicos na cidade de Extremoz-RN. A Vila Palatinik era o espaço de moradia e convivência comunitária onde, além da construção da sinagoga e do jardim de infância para suas crianças, fundaram também a sede do Centro Israelita do RN (CIRN), o qual é vinculado à Confederação Israelita do Brasil (CONIB).

Nos arquivos da associação de comércio local e do Conselho do Banco Fiscal Industrial Norte-rio-grandense S/A constam registros e assinaturas que revelam a destacada participação e influência da comunidade judaica de Natal no desenvolvimento da cidade e na composição pluralista de sua história moderna. Atualmente, a sinagoga local é denominada Brás Palatinik, provavelmente como forma de homenagear o pioneirismo e o desbravamento provinciano que tornou possível a presença de uma comunidade judaica atuando na história moderna da capital potiguar.

4.6. Túmulo do Soldado Luiz Gonzaga

O túmulo do Soldado Luiz Gonzaga, situado em uma esquina da área central do cemitério, é repleto de simbologia nacionalista⁴² em sua estrutura e linhas arquitetônicas. O jazigo transcende uma áurea de combinada monumentalidade e patriotismo. Esse objeto sepulcral, por suas particularidades, certamente levanta questionamentos a respeito da identidade de seu personagem e da motivação que lhe conferiu a honrosa homenagem. Fazendo jus a ideia de que uma necrópole pode ser visitada também como espaço de contemplação e de aprendizagem, tal qual relatam Mendes e Van den Berg: “[...] Considerando a história dos cemitérios é possível visitá-los a partir de uma perspectiva histórico-cultural, permitindo contemplar a arte tumular e a memória de personalidades que marcaram a época de uma sociedade”. (MENDES e VAN DEN BERG, 2022, p.20).

⁴² O túmulo é composto por uma base revestida em cerâmica da qual se ergue um pedestal retangular ladeado por quatro pequenas colunas nas cores nacionais (verde e amarelo). O pedestal ostenta a escultura de uma bandeira do Brasil disposta sobre a inclinação de sua parte superior e, em sua base, três placas descrevendo a exaltação heroica e a homenagem pública dedicada ao Soldado Luiz Gonzaga.



Figura 24: Túmulo do Soldado Luiz Gonzaga. Foto: João Daniel Carneiro em 27/08/2022.

O Soldado Luiz Gonzaga é um dos personagens mais controversos da história de Natal. Sua morte, no contexto da Intentona Comunista de 1935, foi exaltada como um ato heroico pela polícia e mídia locais, mas acabou sendo questionada posteriormente em suas motivações e circunstâncias, assim como é questionada a própria condição militar e de sanidade mental dessa figura histórica local.

Natural da Vila de Sacramento, atual município de Ipanguaçu, Luiz Gonzaga de Souza nasceu em 27 de março de 1917. Segundo a versão histórica tradicional, chegou a Natal em outubro de 1935, ocasião em que se alistou na Polícia Militar do Estado do RN poucos dias antes da eclosão da insurreição e de sua consequente morte no conflito.

É relatado que durante o cerco ao Quartel da Salgadeira – atual Casa do Estudante – e durante intenso tiroteio, o bravo soldado teria sido o único a erguer-se contra os rebeldes comunistas ao invés de se manter fora da linha de frente do combate ou tentar a fuga, a exemplo de seus companheiros. Seu ato de coragem resultou em seu fuzilamento, tornando-o

a única vítima fatal no episódio do cerco àquela unidade militar, tornando-se um mártir aos dezoito anos de idade, na luta pela legalidade constitucional contra aqueles que queriam galgar ao poder por assalto. Fato que lhe rendera as explícitas honrarias presentes em seu jazigo, construído em 1937.

Porém, novas pesquisas históricas e algumas narrativas pontuais de registros de testemunhas do conflito questionavam essa versão histórica hegemônica da atuação de Luiz Gonzaga durante a intentona em Natal. O primeiro questionamento é sobre sua condição de soldado da PM/RN. Sizenando Filgueira, militante comunista preso por atuar na Insurreição Comunista de 1935, alegou, em entrevista ao jornal *O Poti*, que Luiz Gonzaga se tratava de um débil mental que perambulava pelas ruas da cidade e que nunca fizera parte das fileiras de nenhuma força de segurança. Fora morto nos arredores do quartel devido à tentativa, mais insana que heroica, de tentar atacar os rebeldes comunistas.

Sizenando Filgueira, na época militante do Partido Comunista, para o qual havia entrada em 1932 e que participou ativamente do movimento (foi ele, conforme relatamos, que prendeu os comandantes da polícia militar e do 21 BC), em entrevista no dia 25 de agosto de 1985 para o jornal “O Poti” (Natal/RN), diz a respeito de Luiz Gonzaga: “... ele não era nem herói nem militar na época. Era apenas um débil mental”. E afirma que fora ele quem o matou “em legítima defesa”. (SOARES, 2019b).

Essa concepção nada prestigiosa a respeito de Luiz Gonzaga era compartilhada por outros companheiros de movimento presos com Sizenando Filgueira, como Ramiro Magalhães e Carlos Wanderlinder, além de ser endossado pelo jornalista João Maria Furtado que alega que o alistamento de Luiz Gonzaga na PM foi realizado após a sua morte para condicioná-lo à atual condição de herói (SOARES, 2019b). Informação endossada também pelo pesquisador Luiz Gonzaga Cortez que aponta uma adulteração no relatório do Delegado Enock Garcia, apresentado à época da insurreição, no qual, ao citar as vítimas do movimento, não constava referência ao Sd. Luiz Gonzaga. Porém, o mesmo documento sofre suposta alteração ao ser citado na obra *72 Horas de Subversão*, em 1980, onde o nome de Luiz Gonzaga surge na primeira linha do referido relatório.

Independente da condição atribuída ao personagem, o evento histórico que o projetou encontra em seu túmulo referência e projeção relevante. Natal foi o principal palco do conflito – ou como disse Costa (1995) no título de seu livro: “o primeiro ato da tragédia” –, situando-se como a principal base historiográfica para compreensão do movimento a nível nacional. Se o protagonismo de Luiz Gonzaga pode ser questionado na historiografia local, o da cidade é indubitavelmente reconhecido nessa temática histórica. Principalmente quando a duração do

evento aqui é comparada à de outras cidades onde também eclodiu, Recife e Rio de Janeiro (metrópoles de maiores expressão e influência política no cenário nacional).

A eclosão da Insurreição Comunista de 1935 pelas ruas de Natal foi dimensão do que ocorria no cenário político do Brasil da Era Vargas e de um Nordeste oligárquico e socialmente desigual, assim como da já influente presença de ideologias políticas oriundas da Europa após a Primeira Guerra Mundial – tais como o comunismo e o integralismo.

O movimento protagonizado em Natal, inclusive, torna-se justificativa para a decretação do Estado Novo e para a perseguição política desmedida contra opositores do governo Vargas, tal como registrado até hoje em uma das placas fixada no túmulo de Luiz Gonzaga. A memória do soldado(?), por sua vez, segue no imaginário natalense nominando uma rua no bairro das Rocas, uma escola estadual no bairro de Nossa Senhora de Nazaré e uma das principais condecorações da PM do Rio Grande do Norte, a medalha Soldado Luiz Gonzaga que é concedida em reconhecimento de atuações policiais motivadas por princípios de doação pessoal, dignidade profissional e bravura em defesa da sociedade.

4.7. Túmulos de militares estrangeiros da II Guerra Mundial

Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a cidade do Natal mantinha ainda um cotidiano pacato e provinciano e uma população que, embora inserida numa evidente realidade de desigualdade econômica e social, mantinha uma convivência harmoniosa em espaços de movimentações diurnas como feiras livres, praias, pouquíssimas praças esportivas como o então *Stadium Juvenal Lamartine* e as igrejas locais, sobretudo, a Antiga Catedral e as paróquias católicas.

No início da década de 1940, a capital natalense possuía cerca de 55.000 habitantes⁴³ distribuídos entre os bairros das Rocas, Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis e Alecrim, nas localidades do Passo da Pátria, Quintas e Guarapes, além das comunidades de pescadores nas praias de Areia Preta e Redinha. A escassez de escolas e unidades de saúde certamente

⁴³ O pesquisador Adriano Medeiros cita que em 1940, a cidade de Natal possuía 54.836 habitantes, atingindo, em 1950, o total de 103.215 moradores. Ou seja, em 10 anos, o incremento populacional seria de 88,2% (MEDEIROS, 2022). Considerando o período de uma década entre os dois levantamentos e que já não havia militares estrangeiros em missão na cidade no final desse período, deduz-se que as ações estruturais herdadas em decorrência dessa presença estrangeira contribuíram para atração de novos habitantes nos anos que sucederam a saída daqueles militares (1945).

colaborava para a condição de simplicidade no vestuário e nas condições de vida e labor de significativa parcela da população, testemunhadas em fotografias da época.

O cotidiano natalense era um paradoxo ao que estava ocorrendo nas principais cidades europeias, principal palco do conflito global, as quais viviam uma rotina de rajadas de tiros, explosões, invasões, fugas, tensões e morte. O medo imperava. Porém, a partir de 1942, com a entrada dos EUA no conflito, a calma cotidiana das ruas de Natal estava prestes a findar, inclusive em sua versão noturna.

Ainda em 1942, o governo Vargas rompe relações diplomáticas com os países do Eixo e declara apoio aos Aliados após o torpedeamento e naufrágio de navios brasileiros no Atlântico. A condição de neutralidade inicial declarada pela diplomacia brasileira não foi suficiente para evitar que o país fosse arrastado para aquele que seria registrado como o maior conflito militar da história. Segundo a tradição narrativa de historiadores, jornalistas e analistas militares, Natal foi escolhida para sediar duas bases militares estadunidenses à época devido à sua estratégica posição geográfica na logística dos Aliados no conflito.

A base aérea de Natal, que é geograficamente localizada em área pertencente ao município de Parnamirim, por isso conhecida à época como *Parnamirim Field* pelos estadunidenses, foi o principal destino de um efetivo militar estrangeiro que praticamente dobrou o número de habitantes da cidade em cerca de dois anos. É bem certo que contribuíram para o aumento desses índices demográficos a chegada de flagelados das secas cíclicas que atingem até hoje o sertão potiguar e de comerciantes e empreendedores que enxergaram na presença desse grande contingente militar uma oportunidade ímpar de “fazer dinheiro”.

A rotina nas ruas de Natal não era nem de perto a calma que lhe marcara como cidade provinciana por Câmara Cascudo. A proliferação de bares, pequenos restaurantes, ambulantes e meretrícios, principalmente nos bairros da Ribeira e da Cidade Alta, alterou permanentemente a paisagem urbana e despertou alguns ambientes da cidade para a vida noturna.

A mistura de sotaques, as interações sociais – algumas conflituosas –, os choques culturais e o compartilhamento de vivências tão distintas fizeram da Natal do início dos anos 1940 um dos espaços mais cosmopolitas do Brasil na época. Nesse período, os moradores locais também se queixavam da disparada dos preços dos alimentos e de outros gêneros de

necessidades básicas disponíveis no comércio de Natal; tudo isso consequência do aumento da demanda de consumo e da necessidade de garantir suprimentos para abastecer os contingentes militares atuantes na cidade.

A presença estadunidense em Natal deixou heranças marcantes na infraestrutura, na história e na cultura da cidade, inclusive, na permanência da posterior amizade e parceria exercida entre antigos visitantes do país do Tio Sam e membros da sociedade natalense. Heranças essas concretizadas, por exemplo, na criação da SCBEU – Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos –, sediada no bairro de Petrópolis; na referência numérica criada pelos construtores estadunidenses e atribuída até hoje pela população local a algumas das principais avenidas que escoam o trânsito local; na presença funcional da Base Aérea de Natal e do antigo aeroporto Augusto Severo; no projeto revitalização da Rampa, sede do antigo terminal aéreo-hidroviário instalado às margens do Rio Potengi, local de chegada dos aviões da Panair do Brasil, e que posteriormente serviu de base para esquadrões de hidroaviões da força aérea dos Estados Unidos durante a guerra.

Há ainda quem enxergue a herança cultural estadunidense em determinados comportamentos, gírias e na memória de alguns espaços e personagens locais, tal qual *Maria Boa*⁴⁴, proprietária da principal casa de prostituição da cidade e que era amplamente frequentada pelos militares embarcados em missão na capital potiguar. Esses aspectos foram inclusive explorados no filme *For All, o Trampolim da Vitória*⁴⁵ (1997), uma comédia romântica nacional pincelada de dramas pessoais, que teve nas cidades de Natal e Parnamirim do período da Segunda Guerra Mundial os principais cenários e referências de tipos humanos que atuaram a trama cinematográfica.

É importante destacar que muitos dos militares estrangeiros faleceram durante suas estadias na cidade, sendo a ampla maioria desses constituídas por estadunidenses. Segundo Rostand Medeiros (2012), no Cemitério do Alecrim foram sepultados 146 militares estrangeiros nessa condição e contexto. Para tanto, foi demarcado um espaço dentro do Cemitério do Alecrim para a inumação desses praças e oficiais. Esse espaço ficou conhecido à época como o Cemitério dos Militares.

⁴⁴ Maria Oliveira Barros, natural de Remígio-PB, tornou-se proprietária do cabaré mais famoso de Natal durante a presença dos militares estadunidenses na cidade. A fama e o status financeiro que o seu estabelecimento lhe proporcionou o condicionou a ser frequentado também por empresários, políticos e outros personagens influentes locais (GOMES, 2020).

⁴⁵ O filme brasileiro *For All, O Trampolim da Vitória*, lançado em 1997, foi dirigido por Buza Ferraz e Luiz Carlos Lacerda. Foi premiado como melhor filme, melhor roteiro e melhor trilha sonora no Festival de Gramado, e obteve a premiação de melhor ator e melhor direção de arte no Festival de Miami.



Figura 25: Lápide original da sepultura do Sgt. Thomas Browning. Militar estadunidense falecido em Natal aos 22 anos de idade, durante a II Guerra Mundial. Foto do autor em 22/07/2022.

Devido à vinda de combatentes feridos de outras frentes de batalha e que expiravam em Natal, ou por ferimentos causados em combates contra submarinos inimigos em nossas costas, a queda de aeronaves, doenças e as mais diversas causas, estiveram enterrados no cemitério do Alecrim durante o período da guerra 146 militares estrangeiros. (MEDEIROS, 2012).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), o governo dos Estados Unidos providenciou o traslado de mais de duas centenas de milhares de seus militares mortos pelo mundo no contexto do conflito. A maior parte deles sepultados em cemitérios temporários, dentre esses, o pequeno Cemitério dos Militares situado no Sepulcrário do Alecrim. Em 1947, a ABMC – agência governamental norte-americana responsável pelo traslado dos corpos de combatentes dos EUA – deu início à retirada dos restos mortais de seus militares numa operação que ficou jocosamente conhecida como *operação papa defunto* pela população local.

Com o fim da guerra foi organizada uma grande operação para trazer aos Estados Unidos 233.181 americanos mortos, tudo sob a coordenação da American Battle Monuments Commission (ABMC), uma agência do governo americano criada em 1923 e destinada exclusivamente a tratar do repouso eterno dos guerreiros estadunidenses. (MEDEIROS, 2012).

Porém, a pedido da família, os restos mortais do Sargento Thomas N. Browning, falecido em Natal, com apenas 22 anos de idade, em decorrência de causas ainda não consensualmente esclarecidas, permaneceram no Cemitério do Alecrim, na mesma sepultura em que foi inumado originalmente, a qual, a exemplo das antigas sepulturas do local, já não mantém as configurações arquitetônicas específicas e padronizadas nos túmulos que compunham aquele delimitado espaço cemiterial, restando-lhe, porém, a lápide original chantada junto ao atual túmulo.

Atualmente, além do jazigo do Sargento Thomas Browning, há outras três sepulturas que podem referenciar o período da Segunda Guerra Mundial em Natal. Trata-se de três jazigos dispostos lado a lado, em idêntico padrão arquitetônico e estrutural e cujas lápides descrevem os nomes e as datas de nascimento e de óbito de três jovens oficiais que morreram a serviço da Real Força Aérea Britânica. A aeronave que os conduzia caiu na Serra do Cuó, na região oeste potiguar, distante cerca de 265 km de Natal-RN, cidade onde fariam sua próxima escala de voo.



Figura 26: túmulos dos três aviadores da RAF, mortos em acidente aéreo no interior do RN em 15 de abril de 1944, durante voo com destino à base aérea de Natal-RN. Foto do autor em 02/11/2021.

O acidente, ocorrido em 15 de abril de 1944, vitimou o navegador do voo Gwilym Deiniol Morris, britânico de 23 anos; o operador de rádio William Jonh Poling, australiano de 22 anos e o piloto também britânico Ronald Jack Uden, de apenas 21 anos. Os corpos foram levados à cidade do Assú-RN, onde foi celebrada uma missa de corpos presentes antes de embarcarem para o seu local de repouso definitivo no Cemitério do Alecrim.

Pela disposição em que se encontram naquele espaço e por suas características peculiares e padronizadas, podemos afirmar que os túmulos dos três aviadores britânicos fazem da pequena área que ocupam nos fundos desse sepulcrário, uma extensão da sua extinta área conhecida como Cemitério dos Militares.

5. UMA CARTOGRAFIA TEMÁTICA DO CEMITÉRIO DO ALECRIM COMO ROTEIRO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DE NATAL-RN

5.1. A cartografia como recurso didático no ensino de História

Consagrada como objeto primordial na Geografia, a cartografia não se traduz em um recurso de exploração didática exclusiva dessa disciplina. A produção, interpretação e uso de mapas como subsídio da aprendizagem tem sido útil e necessário às demandas de conteúdos de diversas disciplinas nas diferentes áreas do conhecimento científico. Haja vista que a dinâmica das relações humanas pelo mundo é um fator permanente de atualização e de compreensão das configurações e das organizações sociais nos espaços locais, regionais, continentais e globais.

Na História, a cartografia não apenas se apresenta como um recurso fundamental para compreensão das ações, fatos e registros das dimensões políticas, econômicas e culturais da humanidade, como também se possibilita como objeto próprio da exploração e da produção racional na disciplina, inclusive nos espaços escolares.

De modo particular, no ensino de História, os mapas se constituem em importantes documentos para o aprendizado dessa disciplina. Ao trabalhar com mapas o professor de História tem uma excelente alternativa para estimular o aluno a situar-se no espaço, bem como a perceber as mudanças operadas nesse espaço. Uma leitura sociocultural dos mapas é um exercício fascinante, uma vez que, a partir dela, o aluno será capaz de entender as construções dos lugares como espacialidades imaginadas. (CAPISTRANO, 2022, p. 89).

Diante dessas constatações e objetivando atender à exigência acadêmica do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) de refletir acerca de questões relevantes sobre os diferentes usos da informações de natureza histórica presentes contemporaneamente na sociedade, propus a produção de uma Cartografia Temática do Cemitério do Alecrim com o objetivo de orientar um roteiro de visita pedagógica para os alunos de nível médio da rede de ensino pública ou privada no local, no intuito de (res)significar elementos dessa necrópole como fontes constituintes da História da cidade do Natal-RN no contexto temporal delimitado entre a construção do cemitério (segunda metade do Século XIX) e o registro de algumas ocorrências históricas nesse município, mais especificamente nas cinco primeiras décadas do Século XX.

Essa proposta se coaduna com a linha de pesquisa *Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória*, do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), ao propor a produção e o ensino da História fora do ambiente escolar; sobretudo, ao relacionar

elementos dessa necrópole urbana com eventos, cenários e atuações relevantes da História da capital potiguar no recorte temporal proposto.

Considerando a produção da cartografia temática como recurso qualitativo de análise histórica a partir dos objetos sepulcrais explorados na necrópole, o roteiro de visita proposto nela foi projetado para atender a uma harmonia logística capaz de manter o didatismo, a coerência e a dinamicidade de apresentação dos conteúdos abordados nas referências previamente estabelecidas dessa orientação cartográfica.

Dessa forma, tanto a Cartografia Temática quanto o roteiro baseado nela constituirão estratégias para que a aula de História ocorra em um deslocamento espacial dinâmico, interativo e dentro de um cronograma adequado à manutenção do interesse discente perante a idealizada proposta pedagógica. Sobretudo, considerando-se que “a Cartografia Temática, enquanto técnica analítica, pode contribuir para um estudo qualitativo dos fenômenos históricos”. (BEIER e RABELO, 2016, p. 1).

Segundo Théry & Archela (2008), geralmente, a natureza temática de uma produção cartográfica surge de um mapa básico do lugar explorado (carta topográfica) e exige o trabalho de coleta de dados, análises, interpretações e reinterpretações das informações levantadas. Nesse sentido, mais especificamente, no caso do Cemitério do Alecrim, “a caracterização e disposição destes elementos têm por função torná-los inteligíveis aos seus leitores através de uma melhor comunicação visual quantitativa e qualitativa dos resultados”. (BEIER e RABELO, 2016, p. 2).

A disponibilização desse roteiro cartográfico constitui, inclusive, um instrumento de maior autonomia e protagonismo para os professores que se arvorarem da proposta de explorar historicamente o cemitério, mesmo sem tê-lo visitado antes ou conhecido sua configuração espacial pessoalmente. Podendo eles, inclusive, propor metodologias de buscas que possam envolver os discentes na atividade exploratória, estendendo a esses discentes o protagonismo de ler e de interpretar o mapa, além de relacioná-lo à realidade de representações simbólicas peculiares dos objetos sepulcrais plotados no roteiro.

5.2. Um trajeto cartográfico e imagético até o Alecrim e ao seu cemitério

Denominado inicialmente como Cemitério de Natal, a referência “Alecrim” para designar a primeira necrópole pública da cidade surgiu após a expansão da urbe e o

crescimento da importância do bairro nas novas configurações espaciais e logísticas que se estabeleceram no Século XX.

O Alecrim, antes excluído dos limites urbanos de Natal, hoje é referência comercial, habitacional e de centralidade para a cidade. O bairro foi oficializado em 24 de outubro de 1911⁴⁶ pelo então prefeito Joaquim Manoel Teixeira de Moura ao desmembrar a atual área do bairro da jurisdição da Cidade Alta. Inicialmente, uma localidade destinada exclusivamente à moradia, mas, com o passar dos anos assumiu a atividade comercial como principal vocação econômica.

Até os anos 40 era tipicamente residencial, mas aos poucos foi mudando as suas características de residencial para comercial. Foi surgindo um comércio aqui outro ali. E assim, foi se transformando num grande centro comercial, competindo com o comércio da Cidade Alta e da Ribeira. (CARVALHO, 2004, p. 13).

O bairro que germina do entorno do Cemitério e, posteriormente, da construção do Hospital dos Alienados no Século XIX, teve sua atual configuração projetada pelo arquiteto italiano Giacomo Palumbo, contratado pelo então prefeito Omar O'Grady para traçar o Plano de Sistematização para expansão urbana da cidade em 1929. Após a Segunda Guerra recebe investimentos públicos para melhorias estruturais e serviços de educação, o que provavelmente serve de impulsão habitacional nas décadas seguintes.

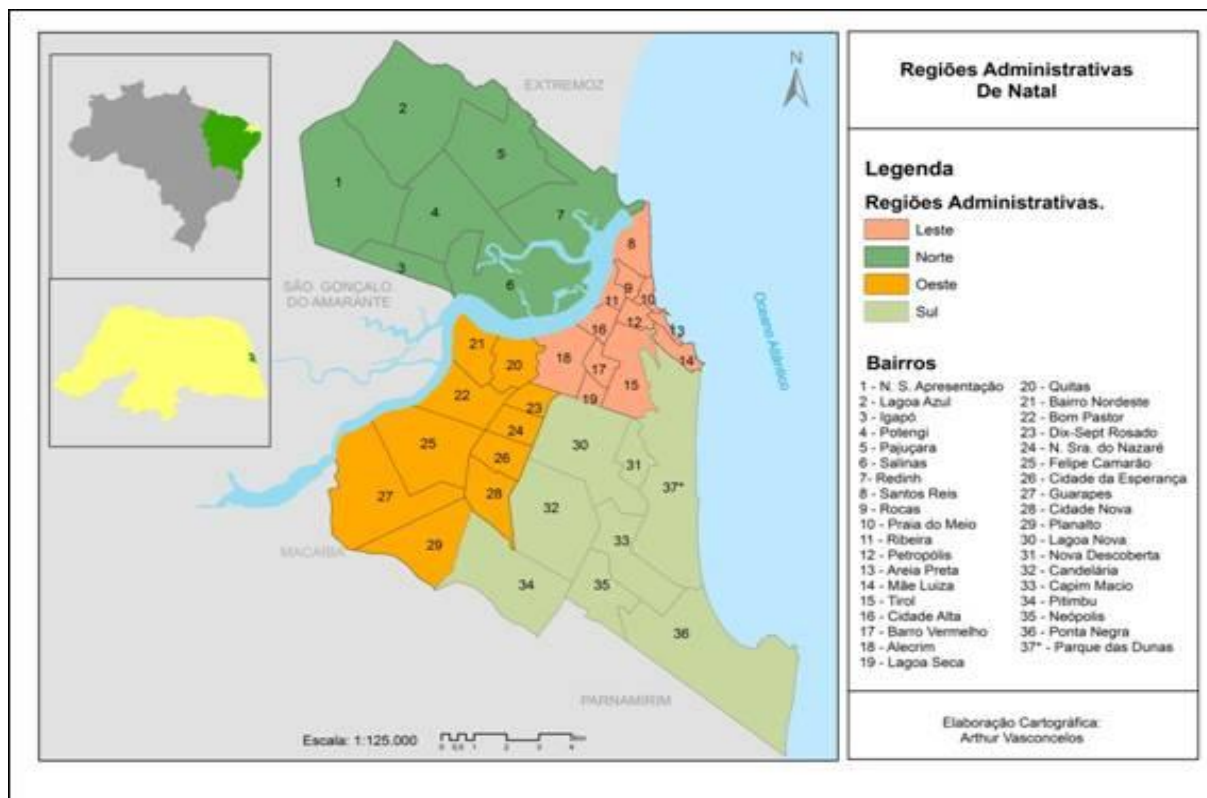
Até a Segunda Guerra Mundial, o Alecrim não experimentou grandes modificações, mas recebeu algumas obras importantes como a instalação de linhas de bonde no bairro, a construção do grupo escolar Frei Miguelinho e diversas praças como a Gentil Ferreira, a Pedro II e a Almirante Tamandaré. Entretanto, a Guerra mudou a estrutura do bairro. (ALVEAL *et al.* 2011, p. 76).

Com uma área de 309,37 hectares e uma população de 28.705⁴⁷ habitantes, o Alecrim concentra atualmente a maior área geográfica e o maior número de residentes da zona leste da cidade do Natal. O bairro que anteriormente já havia sido conhecido pelas denominações Rifóles, Alto da Santa Cruz e Cais do Sertão; consolida-se finalmente como o Alecrim do comércio, da moradia “perto de tudo” e da boemia nos bares, esquinas e bancos de praças.

Nesse universo referencial consolidado na mentalidade dos natalenses, o cemitério é também um ponto de referência geográfica não só do bairro do A, mas da cidade do Natal-RN. É nessa perspectiva que exponho a seguir um roteiro imagético que possa contemplar a orientação e a compreensão inclusive de quem não habita ou conhece a cidade do Natal-RN e o seu primeiro cemitério público.

⁴⁶ Decreto publicado no jornal *A República*, edição de 24 de outubro de 1911.

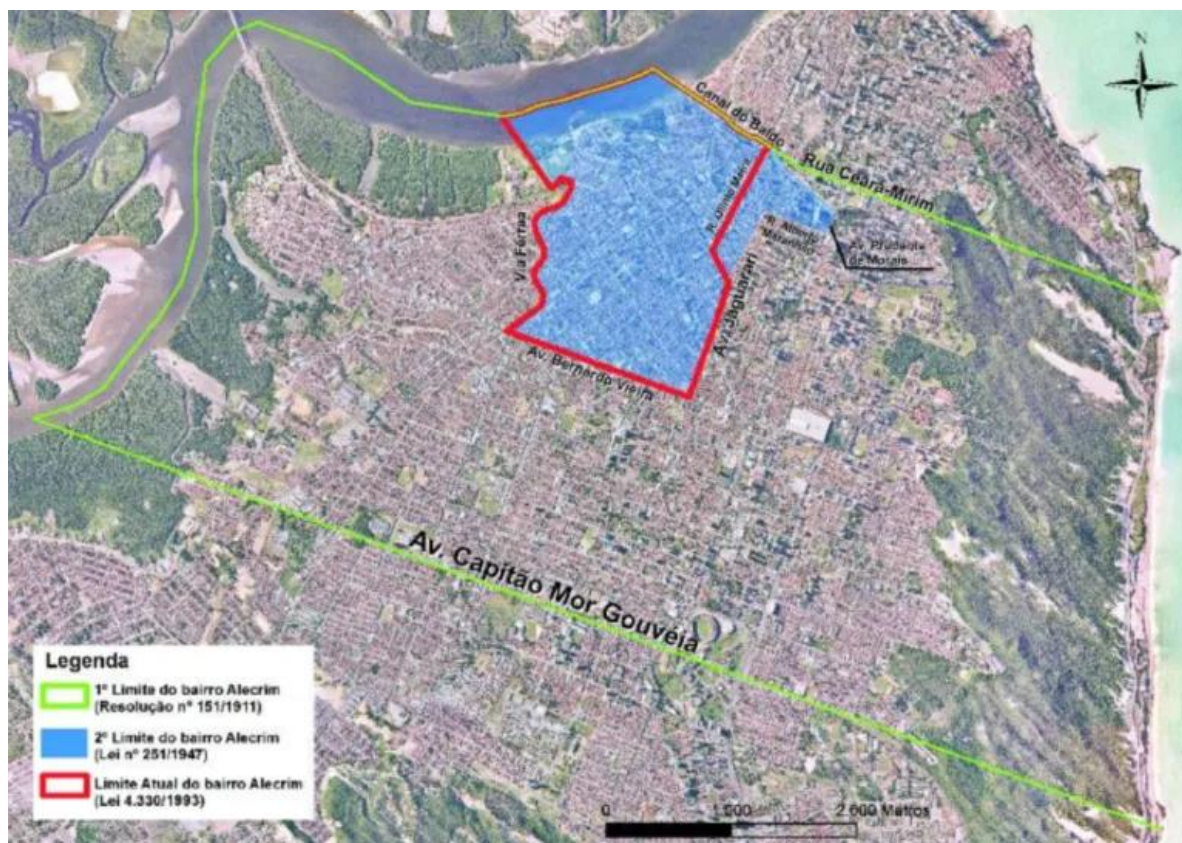
⁴⁷ Dados do Censo do IBGE de 2010.



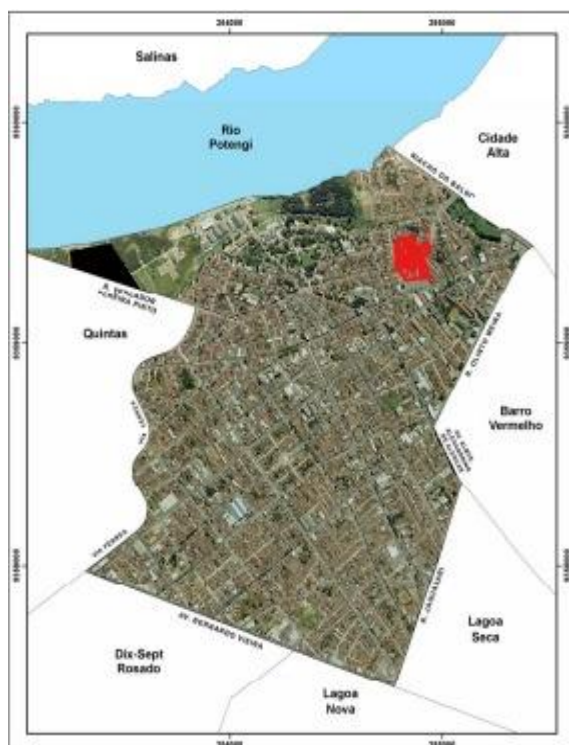
↑ **Figura 27:** Quadro cartográfico elaborado por Arthur Vasconcelos, ilustrando a Região Nordeste no Brasil (destacado em verde), o Estado do Rio Grande do Norte na Região Nordeste (destacado em amarelo), a cidade do Natal no Estado do Rio Grande do Norte (destacado em verde) e a divisão geográfica da cidade do Natal por regiões administrativas (ilustradas por cores nas legendas) e seus respectivos bairros, descritos no quadro enumerado. O bairro do Alecrim ocupa a área correspondente ao número 18 do mapa da cidade (zona leste/cor rosa). Imagem da Internet. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1009.htm>. Acesso em 25 de ago. de 2022.



← **Figura 28:** Área correspondente ao bairro do Alecrim (destacado em vermelho) situado na região administrativa leste da cidade do Natal-RN (cuja área está ilustrada na cor bege). Imagem da Internet. Disponível em <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa-Alecrim.png>. Acesso em 22 de ago. de 2022.



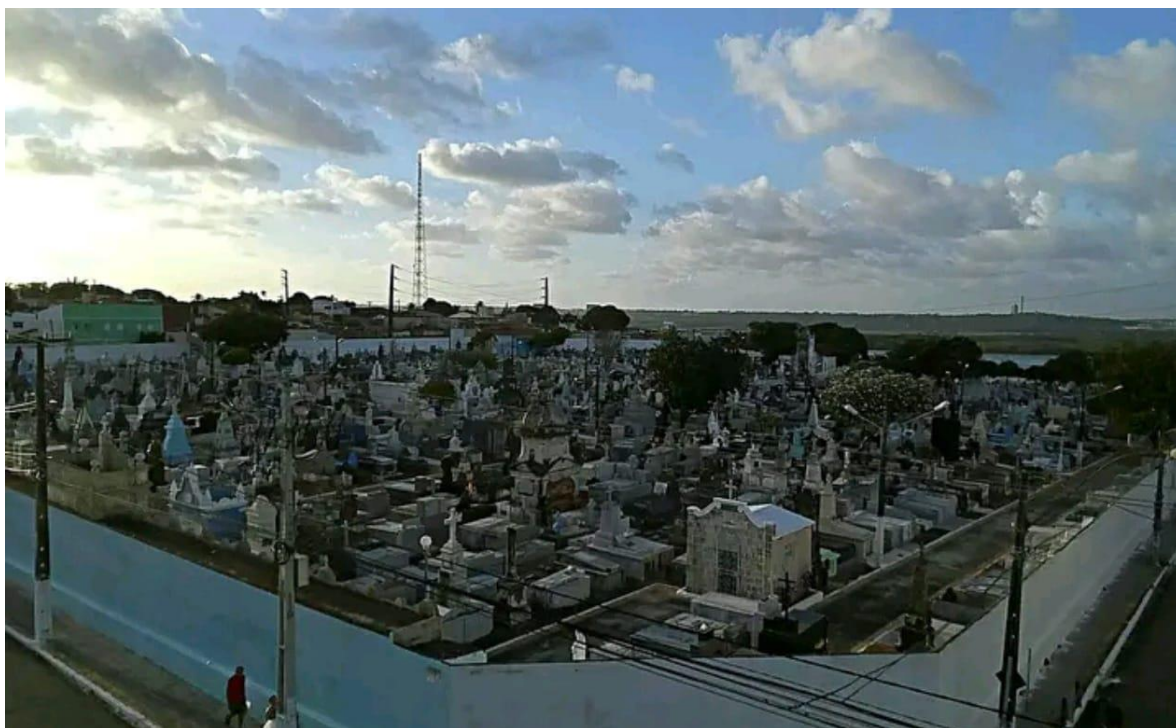
↑ **Figura 29:** Mapa elaborado por Victor Hugo Diógenes, ilustrando os limites (reduzidos gradativamente) do bairro do Alecrim durante seu histórico de existência na cidade do Natal-RN. Imagem extraída da internet. Disponível em: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/o-bairro-do-alecrim/>. Acesso em 25 de ago. de 2022.



← **Figura 30:** Perímetro oficial do bairro do Alecrim na atualidade. A marcação destacada na cor vermelha corresponde à localização do Cemitério do Alecrim. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Alecrim.pdf>. Acesso em 31 de ago. de 2022.



↑**Figura 31:** Imagem aérea do Cemitério do Alecrim ilustrando a cidade dos mortos circundada pela cidade dos vivos. Foto: Brunno Coutinho, em 29/09/2022. Acervo do autor.



↑**Figura 32:** Vista aérea parcial do Cemitério do Alecrim registrada a partir da esquina das ruas Fonseca e Silva e Governador Rafael Fernandes. **Foto:** Cláudio Abdon.



Figura 33: Vista aérea do Cemitério do Alecrim. Foto: Brunno Coutinho, em 29/09/2022. Edição e acervo do autor.

5.3. Proposta de cartografia temática como roteiro de visita  o histórica no Cemitério do Alecrim

Por situar-se em um bairro tradicionalmente marcado pela vocação habitacional e comercial de Natal desde a segunda metade do Século XX e por sua condição de centralidade na atual configuração urbana da cidade, o Cemitério do Alecrim traduz-se como um espaço de fácil localização e acesso, muito embora a distribuição desordenada de túmulos em suas quadras e a ausência de rampas em seus portões não nos possibilite classificá-lo como um espaço de adequada acessibilidade em seu interior.

Atualmente, o acesso principal se d   em seu portal lateral localizado na Rua Tenente Alberto Gomes. Suas onze ruas (e um acesso ao portão central que divide a Quadra 2) encontram-se pavimentadas e em bom estado de conservação, muito embora suas placas de identificação já não existam no local. Essas ruas são nomeadas com denominações de santos católicos, remetendo à mentalidade religiosa da cidade no Século XIX, quando foi fundado. A necrópole é composta por dezoito quadras e abriga mais de seis mil sepulturas registradas pela administração local.

A visualização cartográfica desse conjunto geográfico e arquitetônico oculta diversidades topográficas e visuais que se revelam na execução do roteiro presencial, mas sinaliza estratégias logísticas para uma exploração histórica proveitosa e articulada. A proposta da cartografia temática do Cemitério do Alecrim apresentada aqui é apenas uma sugestão em um universo de possibilidades e de estratégias de visitação. O espaço, para   l  m da História e sob olhares apropriados,    um arcabouço patrimonial, artístico, arquitetônico, religioso e semântico.

Sob a égide da motivação histórica, seus componentes materiais e simbólicos dialogam numa teia infinita de possibilidades temáticas e conjunturais. Reuni nessa proposta dez pontos visuais que correspondem a sete objetos tumulares descritos no terceiro capítulo desse trabalho. Nove das dez marcações correspondem a locais de inumações e um deles refere-se    capela local, cujo patrono é o Menino Jesus de Praga.

Embora não se trate de um objeto sepulcral e nem tenha sido explorada aqui como elemento referencial da História de Natal, a Capela foi plotada na proposta cartográfica por ser o monumento mais centralizado e altivo do cemitério, e, por isso, mais topograficamente referenciado para a orientação espacial e a localização dos demais objetos cemiteriais abordados na pesquisa.

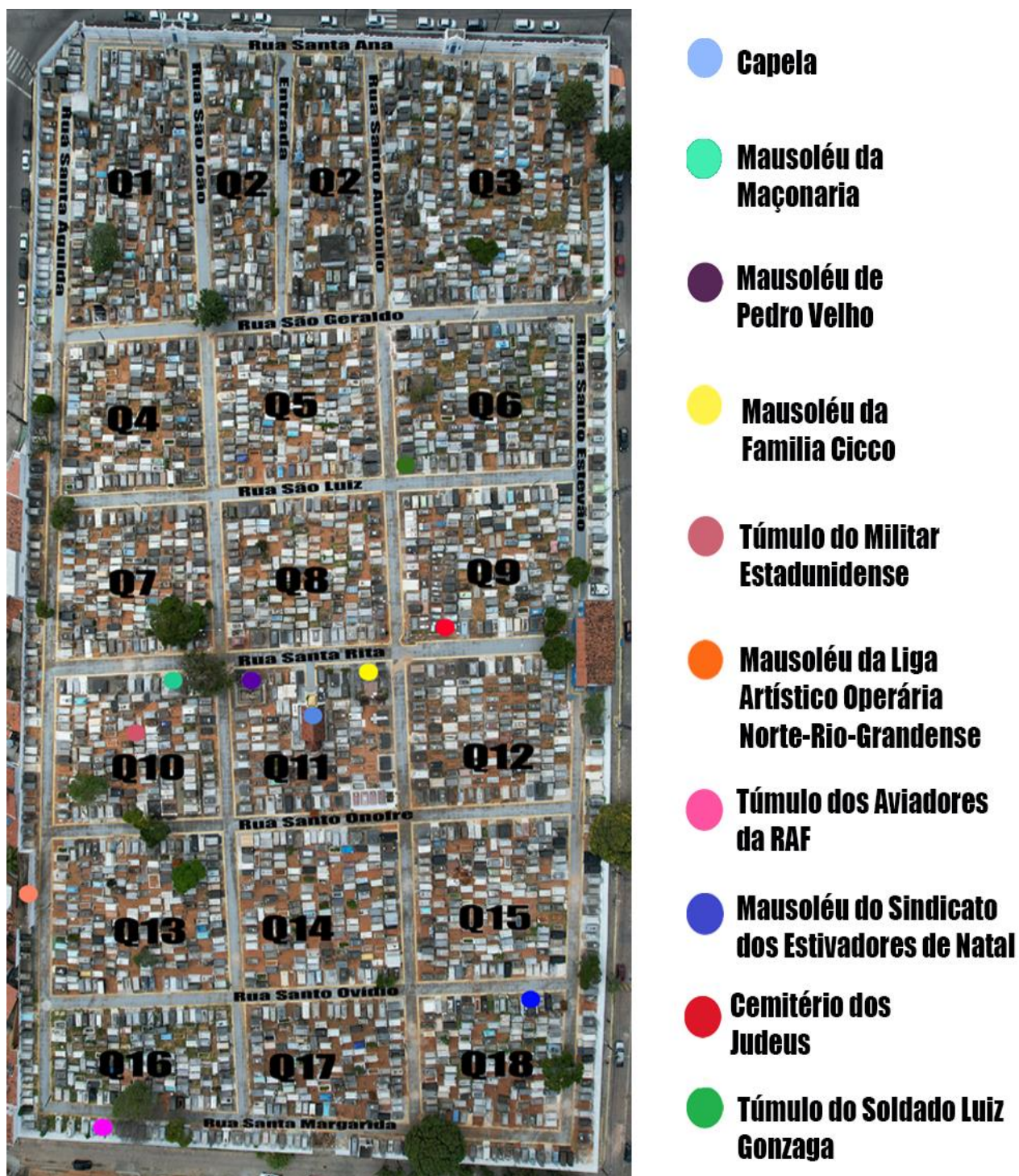


↑ **Figura 34:** Vista aérea parcial do Cemitério do Alecrim ilustrando a centralidade referencial da capela local e a vista parcial da cidade. Foto: Brunno Coutinho, em 29/09/2022. Acervo e edição do autor.



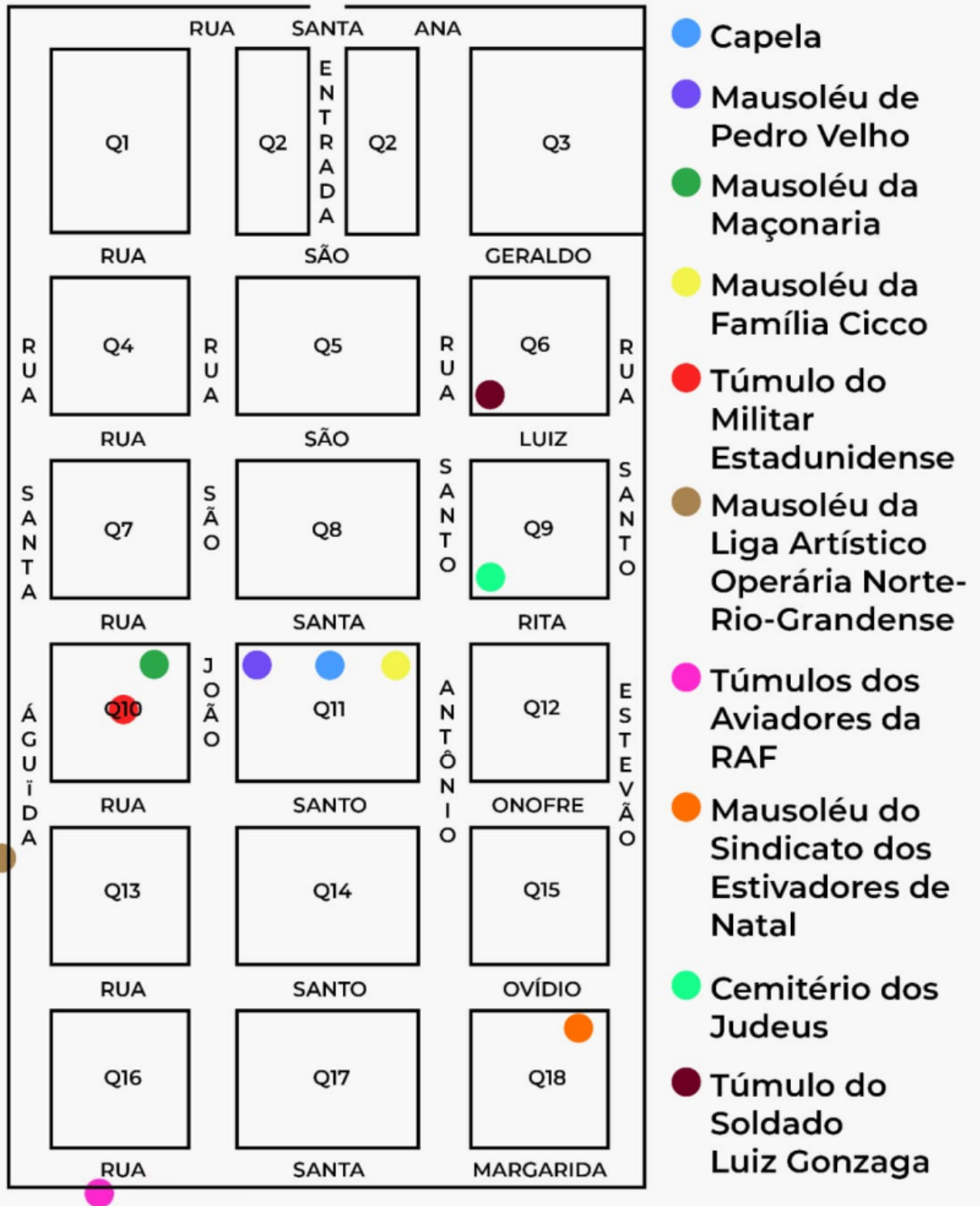
↑ **Figura 35:** Capela do Cemitério do Alecrim fotografada no Dia de Finados. No local há as tradicionais celebrações de missas em datas comemorativas, sobretudo nos dias das mães, dos pais e de finados. Foto do autor em 02/11/2021.

Após a área da capela, a topografia do lugar é caracterizada por um suave declive que direciona os visitantes a área mais interna (fundos) da necrópole, proporcionando a partir daí uma belíssima visão do centro da cidade, do rio Potengi, e da ponte Newton Navarro. A presente proposta cartográfica constitui-se, nesse cenário, como guia e como possibilidade dinâmica de se pensar outros roteiros para a visita da necrópole.



↑**Figura 36:** Vista aérea do Cemitério do Alecrim com as marcações dos objetos cemiteriais explorados na pesquisa e suas respectivas legendas, após mapeamento *in loco*. Foto: Brunno Coutinho, em 29/09/2022. Acervo e edição do autor.

Cartografia temática do Cemitério do Alecrim como roteiro de visitação histórica



Quadro de orientação didática do roteiro histórico proposto na cartografia temática do Cemitério do Alecrim

Objeto sepulcral:	Localização ou referência espacial:	Período histórico referenciado :	Conteúdos históricos relacionados:	Habilidades e competências previstas na BNCC:
Mausoléu da Maçonaria	Rua Santa Rita (Quadra 10).	Segunda metade do Século XIX	-História da Maçonaria e atuação maçônica em Natal-RN; -Repercussões do Movimento Abolicionista em Natal-RN; -Liberais x Conservadores; - <i>Questão Religiosa</i> e as suas repercussões locais.	-Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. - Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. -Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.
Mausoléu de Pedro Velho	Rua Santa Rita, esquina com Rua São João (Quadra 11).	Final do Século XIX	- Movimento Republicano no RN; -História da Imprensa Oficial Potiguar (jornal <i>A República</i>); -Oligarquias potiguares.	
Mausoléu da Família Cicco	Rua Santa Rita, esquina com Rua Santo Antônio (Quadra 11).	Primeira metade do Século XX	-Influência das ideias Higienistas na cidade; -Histórico da saúde pública em Natal-RN; -Processo de modernização de Natal-RN.	
Mausoléu da Liga Artístico Operária Norte-rio-grandense	Rua Santa Águeda, em frente à Quadra 13.	Início do Século XX	-Repercussões do Movimento Operário em Natal-RN; -Organização Sindical em Natal-RN; -Trabalhismo e urbanização.	
Mausoléu do Sindicato dos Estivadores de Natal	Rua Santo Ovídio, próximo à esquina com a Rua Santo Estevão.	Início do Século XX	-Repercussões do Movimento Operário em Natal-RN; -Organização Sindical em Natal-RN; -Vocação portuária da cidade.	
Cemitério dos Judeus	Rua Santa Rita, esquina com a Rua Santo Antônio (Quadra 9).	Primeira metade do Século XX	-Repercussões locais do antisemitismo na Europa; -Cultura judaica em Natal; -Memória e diversidade religiosa da cidade do Natal; -Processo de modernização da cidade do Natal;	

Túmulo do Soldado Luiz Gonzaga	Rua Santo Antônio, esquina com a Rua São Luiz (Quadra 6)	1935	-Intentona Comunista de 1935; -Era Vargas; -Ideias e influências comunista e integralista na cidade.	-Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.
Túmulo do Militar Estadunidense	Área central da Quadra 10, por trás do Mausoléu da Maçonaria,	Primeira metade da década de 1940	-Repercussões da Segunda Guerra Mundial em Natal; -O Trampolim da Vitória; -Expansão urbana de Natal-RN.	
Túmulos dos Aviadores da RAF	Rua Santa Margarida, em frente à Quadra 16.	Primeira metade da década de 1940	-Repercussões da Segunda Guerra Mundial em Natal; -Histórico de vocação aérea da cidade.	

-Apropriar-se do patrimônio histórico e cultural local como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a presente proposta dissertativa tenha partido de uma suposta condição de desinteresse e de ausência de vínculos identitários dos discentes do ensino básico da cidade de Natal-RN em relação à história e ao patrimônio local, não se pode concluir que tal problemática é regida pelo viés da naturalidade das motivações inerentes à faixa etária desse público ou de uma tendência cultural endêmica dele em priorizar outras opções de exploração temática nas escolas da cidade.

Mesmo considerando essa problemática como ocorrência comumente difundida nos relatos de colegas docentes, deve-se considerar o fato de praticamente inexistir, enquanto política pública local de educação, ações pedagógicas de valorização e de construção de sentidos de identidade que condicione os alunos a perceberem os espaços históricos e patrimoniais da cidade como recursos dotados de relevância simbólica e de pertinência social para eles.

Apesar da natureza disfórica das narrativas docentes a respeito dessa problemática, a citação de iniciativas pontuais de intervenções e de experiências pedagógicas em projetos escolares revelam que, sim, há interesse e envolvimento dos alunos com a abordagem da História Local e do acervo patrimonial que lhe subsidia, tornando tais iniciativas em recursos motivadores do processo de ensino-aprendizagem dessas temáticas.

Além disso, restou evidenciado nos levantamentos realizados junto aos alunos das escolas em que leciono que as peculiaridades de cada espaço escolar definem perfis discentes díspares e, portanto, diferentes posturas e relações desses públicos com os conteúdos e temáticas históricas. Ou seja, a constatação inicial da problemática não se interpreta sem o envolvimento de outros agentes e segmentos constituintes de cada um desses espaços educacionais.

Nas ações metodológicas da pesquisa que exigiram a minha presença no Cemitério do Alecrim pude considerar, por exemplo, que a suposta desvalorização ou mesmo aversão em fazer desse objeto urbano um espaço dotado de sentidos de historicidades, pode ser reflexo do descaso e da ausência de ações políticas voltadas ao cuidado com o patrimônio no município. Principalmente, ao constatar o estado de deterioração e de riscos ao qual o cemitério e o seu acervo patrimonial se encontram na atualidade.

Tal observação, embora não constitua o enfoque primordial de exploração no trabalho, é válida porque traduz uma impressão pessoal proveniente de uma relação empírica com aquele espaço de enterramentos; haja vista que, apesar da busca constante pela condição de objetividade necessária ao rigor científico na abordagem do objeto investigado, não há, na área humanística, como dissociar completamente dessa relação a dimensão de subjetividade do pesquisador com tal objeto; traço presente já a partir dos critérios da escolha dele e do enfoque cognitivo que se pretendeu destiná-lo.

Nesse produto dissertativo, em específico, considere a escolha da necrópole enquanto objeto de aprendizagem histórica e patrimonial, mesmo reconhecendo que os ambientes cemiteriais sugerem uma representação funesta e avessa à ideia do que costuma ser concebido como espaço de aprendizagem na mentalidade vigente do senso comum.

Apesar disso, é cristalino que o Cemitério do Alecrim reúne elementos históricos e simbólicos provenientes dos cenários e das dinâmicas sociais que compuseram o trajeto da existência e da expansão da cidade do Natal-RN desde a segunda metade do Século XIX; fato que indiscutivelmente o referencia como lugar de aprendizagem e de produção de conhecimento histórico local.

Foi diante dessa já reconhecida condição patrimonial e da diversidade de referências que o lugar abriga que propus abordar elementos materiais e simbólicos constituintes dessa necrópole para relacioná-los à História da cidade do Natal-RN a partir do contexto histórico de sua ordem de construção, em 1855, no intuito de despertar a percepção dos alunos a respeito da necessidade de reconhecê-lo e referenciá-lo enquanto patrimônio local e objeto histórico da cidade.

Contudo, se por um lado o cemitério se destaca por essa natureza de referência histórica e pela pluralidade temática que comporta na disciplina de História quando comparado a outros espaços patrimoniais da capital potiguar, por outro, como já exposto, devido à natureza de sua utilidade funcional na urbe, sua abordagem exigiu o confronto e a ressignificação de conceitos notoriamente difíceis de serem trabalhados com um público ainda muito atrelado a um imaginário social adverso a temas relacionados com a morte e com a atividade funerária. É complexa, inclusive, a própria abordagem de um sepulcrário público como um lugar que pode ser concebido como algo além de um mero espaço de enterramentos.

Essas temáticas estão intimamente atreladas a sentimentos muito adversos nas concepções do senso comum: a morte, os mortos e os seus espaços são dimensões indesejadas nas lembranças das pessoas; invocando medos, sofrimentos, tristezas, perdas e traumas pessoais. Por isso, no ensino de História, tais temas, precisam ser ressignificados como elementos passíveis de exploração e de análise racional e, portanto, também como objetos de construção histórica.

A ideia de ressignificar o cemitério se estende inclusive ao tratamento historiográfico destinado às informações pesquisadas sobre ele. Durante a pesquisa, foi relevante o número de dados distorcidos e contraditórios em sites e em plataformas de vídeos a despeito da sua própria história. Se essas incoerências partem de fontes de fácil acessibilidade e supostamente especializadas em descrever e defender sua condição historiográfica, é válido considerar que as distorções presentes nas narrativas discentes não sejam necessariamente produto de desinteresse ou da falta de bom senso em reconhecer sua condição histórica e patrimonial.

É bem verdade que o Cemitério do Alecrim existe enquanto lugar urbano e referência espacial na cidade do Natal-RN. Todos na cidade sabem onde fica a parada (de ônibus) do cemitério ou a rua do cemitério ou ainda tal estabelecimento comercial que se referencia como antes ou depois do cemitério. Porém, sua expressão social e representação histórica, mesmo que reconhecida em termos oficiais, ainda não existe como práxis e vivência usual nem para os meus alunos, nem para a sociedade natalense e, parece, nem tampouco para o poder público local.

A proposta de concebê-lo como espaço de ensino-aprendizagem, referência patrimonial e fonte histórica é também uma expressão de repúdio e de denúncia contra as omissões e os descasos que o destinam na atualidade. Seu espaço é o reflexo dos nossos passos e de nossas memórias. Seu silêncio é o abrigo de inúmeras vozes que compuseram e entoaram a marcha existencial do nosso atual espaço de vivência e de relações sociais.

Reconhecer sua natureza histórica e sua condição patrimonial é, portanto, uma forma de compreender a própria dinâmica humana, espacial e temporal que culminou na visão e na concepção que temos da cidade e da sociedade natalense contemporânea. Promover uma abordagem histórica de seu espaço enquanto atividade pedagógica contribui, mesmo que parcialmente, para a percepção da própria identidade histórica dos visitantes e se traduz como ferramenta de transmissão e de multiplicação desse reconhecimento.

Enquanto objeto urbano público, o Cemitério do Alecrim é referenciado atualmente como morada dos mortos, repouso dos natalenses (falecidos) ou mesmo como um exemplo histórico local do chamado *patrimônio difícil*. Mas também pode e deve ser concebido, simultaneamente, como uma referência viva das expressões culturais, das mentalidades sociais, dos tipos humanos e da dinamicidade histórica que constitui o trajeto existencial da capital norte-rio-grandense desde meados do Século XIX.

5. REFERÊNCIAS:

ALVEAL, Carmem M. O. *et al.* **Memória minha comunidade:** Alecrim. Natal: Semurb, 2011.

ANGÉLICO, Rômulo. **O alvorecer da maçonaria no Rio Grande do Norte.** Natal-RN, 2022.

ARAÚJO, Iaperi Soares de. **Januário Cicco:** um homem além do seu tempo. Natal, RN: EDFURN, 2000. 114p. Reprodução fac-similar de: Natal: Editora da UFRN, 1985.

ARAÚJO Ricardo. Cemitério do Alecrim é Patrimônio Histórico de Natal. **Tribuna do Norte**, Natal-RN, 02 de nov. de 2011. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cemiterio-do-alecrim-e-patrimonio-historicode-natal/201394>. Acesso em 02 de dez. de 2021.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos Celebrativos de Porto Alegre:** Múltiplos Olhares sobre o Espaço Cemiterial (1889-1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ARIÈS, Phillipe. **História da Morte no Ocidente:** Da Idade Média aos Nossos Tempos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BEIER, José Rogério; RABELO, Lucas Montalvão. Contribuições da cartografia temática para a análise de fenômenos históricos. **3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.** 26 a 28 de Outubro de 2016. CRCH UFMG, Belo Horizonte/MG – Brasil.

BEZERRA, Josué Alencar. **A reafirmação do bairro:** um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade do Natal. Dissertação (Mestrado em Geografia). 187f. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. UFRN, 2005.

BORGES, Maria Elízia. Arte Funerária. **Arte Funerária Brasil**, c2019. Disponível em <https://www.artefunerariabrasil.com.br>. Acesso em 02 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CABRAL, Iericê Duarte. **O repouso póstumo do natalense no Cemitério do Alecrim.** Natal: Imagem Gráfica, 2006.

CAPISTRANO, Luciano F. Dantas. **Divagações:** memória, fotografia e história. Natal: Sebo Vermelho, 2019.

_____. **Os envelopes de Clio:** a elaboração de fontes para o ensino da história local na educação básica. Dissertação de Mestrado (ProfHistória). 128f. Programa de Pós-graduação em Ensino de História, UFRN, 2022.

CARNEIRO, Bartolomeu Silva. Alecrim: o cemitério (parte 1: a rejeição). **Natal das Antigas.** Natal, 3 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/o-cemiterio-do-alecrim-parte-1?rq=Alecrim>. Acesso em 22 de out. de 2021.

_____. Alecrim: o cemitério (parte 2: lugar de memória). **Natal das Antigas**. Natal, 17 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/cemiterio-do-alecrim-lugar-de-memoria>. Acesso em 08 de fev. de 2022.

CARVALHO, Carolina Vaz de. **Patrimônio cultural como categoria de pensamento e categoria de ação**: notas sobre o trânsito de práticas e conceitos e um esboço da reflexão sobre cultura indígena em museus. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 4, n.1, mar. 2014.

CARVALHO, Evaldo Rodrigues. **Alecrim ontem, hoje e sempre**. Natal: Nordeste Gráfica, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 4. Ed. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

CASTRO, Guto de. Dos bondes à cidade que não pode parar. **Prefeitura do Natal**, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.natal.rn.gov.br/sttu2/paginas/ctd-696.html>. Acesso em 07 de mar. de 2022.

CEMITÉRIO do Alecrim remonta a História da cidade do Natal. **Portal G1**, 02 de nov. de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/11/cemiterio-do-alecrim-remonta-historia-de-natal.html>. Acesso em 02 de fev. de 2022.

CEMITÉRIO do Alecrim remonta a história da cidade do Natal; saiba mais sobre ele. **Potiguar Notícias**. Natal-RN, 02 de nov. de 2017. Disponível em: <https://www.potiguarnoticias.com.br/noticias/36105/cemiterio-do-alecrim-remonta-historia-da-cidade-do-natal-saiba-mais-sobre-ele>. Acesso em 10 de mar. de 2022.

COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal, o primeiro ato da tragédia. Natal, RN: EDUFRN, 1995.

COSTA, Ricardo. **A Morte e as representações do Além na Doutrina para crianças (c. 1275) de Ramon Llull**. In: SANTOS, Franklin Santana (org.). *A Arte de Morrer - Visões Plurais* – v.3, Bragança Paulista, SP: Editora Comenius, 2010, p. 118-134

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os mortos e os outros**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERNANDES, Anchieta. Pequena História Operária. **Jornal Zona Sul**, Natal-RN, 25 de nov. de 2014. Disponível em <http://jornalzonasulnatal.blogspot.com/2014/11/pequena-historia-operaria.html>. Acesso em 07 de jul. de 2022.

FERREIRA, Evandro. Um personagem, dois hospitais. **Ascom Reitoria (UFRN)**. Natal, RN, 28 de fev. de 2018. Disponível em <https://ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/13979/um->. Acesso em 22 de jun. 2022.

GAMELEIRA, Flávio. **Veredas do padre João Maria**: parte 1. 1ª edição, Natal-RN: RN Editora, 2021.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **A representação da morte infantil em imagens cemiteriais no Brasil (Séculos XIX e XX)**. História, debates e tendências. Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, 2016.

GOMES, Luis Henrique. Conheça a história de Maria Boa, personagem icônica da segunda guerra mundial em Natal que faria 110 anos em 2020. **Tribuna do Norte**. Natal, edição de 13 de dez. de 2020. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/conhea-a-a-historia-de-maria-boa-personagem-ica-nica-da-segunda-guerra-mundial-em-natal-que-completaria-100-anos-em-2020/497825>. Acesso em 20 de nov. de 2021.

GONÇALVES, Janice. **Passados compostos e decompostos: o patrimônio cultural em tempos de memória e desmemória**. Sillogés – v.1, n.1, jan./jul. 2018.

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998. v. 7.

HIPÓLITO, Paulo. **Cemitério São João Batista de Guarabira (PB): Espaço pedagógico para o ensino de História**. 2015. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História – UFPB.

HISTÓRIA da comunidade judaica no Rio Grande do Norte. **Conib**, [s.d.]. Disponível em <https://www.conib.org.br/comunidades/centro-israelita-do-rio-grande-do-norte/>. Acesso em 28 de nov. de 2020.

JENKINS, Kate. **A História repensada**. 2 ed. São Paulo. Contexto, 2004.

LOGAN, W.; REEVES, K. (Org). **Places of pain and shame: Dealing with difficult Heritage**. London/New York: Routledge, 2009.

LOPES, Mirela. Estátua de bronze e capitólio do mausoléu de João Câmara são furtados do Cemitério do Alecrim, em Natal. **Saibamais** agência de reportagem. Natal-RN, 21 de fev. de 2022. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/estatua-de-bronze-e-capitolio-do-mausoleu-de-joao-camara-sao-furtados-do-cemiterio-do-alecrim-em-natal/>. Acesso em 02 de mar. de 2022.

MAEDA, Tatiane Sayuri. **Cemitério é lugar de criança?** A visita guiada ao Cemitério da Consolação como recurso para abordar a educação sobre a morte nas escolas. 2017. Dissertação de Mestrado – Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia: Psicologia Clínica – PUC/SP.

MARANDOLA Jr., Eduardo. **Fenomenologia do ser-situado: crônicas de um verão tropical urbano**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

MEDEIROS, Adriano. Natal na Segunda Guerra Mundial: o cotidiano da cidade de Natal na Segunda Guerra Mundial (1942-1945). **Fatos e fotos de Natal antiga**, Natal-RN, 02 de fev. de 2022. Disponível em: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/o-cotidiano-da-cidade-de-natal-na-segunda-guerra-mundial-1942-1945/>. Acesso em 16 de jun. de 2022.

MEDEIROS, Gênisson Costa de. **Imaginários da morte: poéticas das imagens em cemitérios brasileiros**. 2015. 212f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MEDEIROS, Rostand. O último militar americano em Natal. **Tok de História**. Natal, 17 de nov. de 2012. Disponível em <https://tokdehistoria.com.br/2012/11/17/4341/>. Acesso em 16 de jun. de 2022.

_____. Judeus em Natal – a saga dos Palatinik. **Tok de História**. Natal, 12 de out. de 2016. Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2016/10/12/judeus-em-Natal-a-saga-dos-palatinik>. Acesso em 25 de jun. de 2022.

MELLO, Juçara da Silva B. de; VIANA, Iamara da Silva. Educação patrimonial e ensino de História. **Encontros**. Ano 11, nº 20, 1º semestre de 2013.

MENDES, Lais Dourado; VAN DEN BERG, Irene. **Arte tumular no cemitério do Alecrim: simbolismo e memória em um campo santo potiguar**. In: Van den Berg, Irene (org.). *Memória religiosa da cidade do Natal: coletânea de ensaios*. Mossoró-RN: Edições UERN: 2022. v. 2.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônios sombrios: memórias difíceis**. In FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patrícia. *História e Arte: herança, memória e patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013. 128f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) – Mestrado em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro. 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. ProfHistória. São Paulo. (10). Dez. 1993. (Trad. Yara Aun Khoury).

O BAIRRO do Alecrim. **Fatos e fotos de Natal antiga**, Natal-RN, 11 de out. de 2021. Disponível em: <https://fatosefotosdenatalantiga.com/o-bairro-do-alecrim/>. Acesso em 14 de dez. de 2022.

OLIVEIRA, Luciana Souza. **A fala dos passos: imigração e construção de espaços judaicos na cidade do Natal (1919-1968)**. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFRN, Natal, 2009.

OLIVEIRA, Marcos F. de; CALLIA, Marcos H. P. (Orgs.). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005.

PAIVA, Lara. Uma foto da obra da maternidade Januário Cicco. **Brechando**, Natal-RN, 18 de abr. de 2020. Disponível em: <https://brechando.com/2020/05/26/uma-foto-da-obra-da-maternidade-januario-cicco/>. Acesso em 08 de out. de 2021.

POLING Wiliam Jonh 417667. **Aviation Heritage Museum**, c2022. Disponível em: <https://aviationmuseumwa.org.au/afcraaf-roll/poling-william-john-417667/>. Acesso em 19 de jun. de 2022.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROSENTAL, Claude; FRÉMONTIER-MURPHY, Camile. **Introdução ao método quantitativo em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Edições Piaget, 2001.

SARAIVA, Gumercindo. **Lendas do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1984.

SILVA, Wesley Carlos da. **Cidades dos mortos originando cidades para os vivos**: Um estudo da representatividade do Cemitério do Alecrim, Natal (RN, Brasil) como opção de atrativo para o Turismo Mórbido. *Turismo & Sociedade* (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 11, n. 3, p. 383-411, set.- dez. de 2018.

SOARES, Lênin Campos. Alecrim: Pedro Velho, a alma republicana do Rio Grande do Norte **Natal das Antigas**. Natal-RN, 3 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/pedro-velho>. Acesso em 20 de jun. de 2022.

_____. O heroísmo de Luiz Gonzaga. **Natal das Antigas**. Natal, 22 de dez. de 2019. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/heroismo-de-luiz-gonzaga>. Acesso em 27 de jun. de 2022.

_____. Alecrim: Por que Alecrim? **Natal das Antigas**. Natal, 24 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/origem-do-nome-alecrim>. Acesso em 23 de out. de 2022.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. 4ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SOUSA, Ivanaíla de Jesus. **Geografia e a fenomenologia dos espaços cemiteriais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPI. Teresina, 2018.

TAVARES, Diego Fontes de Souza. **Os muros do além**: a construção do cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões, UFPB. João Pessoa, 2016.

_____. **A casa de todos os mortos**: o cemitério do Alecrim como sepulcrário comum dos natalenses. In: Van den Berg, Irene (Org.). *Memória religiosa da cidade de Natal: coletânea de ensaios*. Natal-RN, RN Editora, 2021. 246 p.: il.

THÉRY, Hervé; ARCHELA, Rosely Sampaio; “Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos”. **Confins**: Revista Franco-brasileira de Geografia, nº 3, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/3483>. Acesso em: 24 de jun. de 2021.

ULIANA, Isabel. **O Cemitério de Maringá (Paraná) enquanto espaço de memória e saberes históricos (1947-2017)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória). UEM, Maringá, 2018.

VIANA, Iamara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos. **Encontros**, Ano 11, nº 20, 1º semestre de 2013.

VIANA, Roberto dos Santos. **Cemitério Municipal de Pérola-PR**: espaço dos mortos, vidas narradas (1959-2018). Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória). UEM, Maringá, 2018.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história**: fantasmas e incertezas nas natalidades desde a idade média até o Século XX. São Paulo: Ática, 1997.